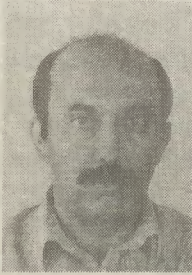


Diferenças significativas

O mínimo que se pode exigir a um partido que através do voto popular assumiu as responsabilidades de poder que o PS tem hoje no plano nacional e distrital, é que diga aos cidadãos que ali vivem ou trabalham quais as propostas que tem para o desenvolvimento.



■ Jorge Pires

Pág. 18

Debate democrático pede-se

O debate em democracia assenta em convicções e argumentos. Repudia a baixeza dos insultos e calúnias, tal como a torpeza de insinuações cobardes.

■ João Amaral

Pág. 19

A Reabilitação Urbana dos Bairros Históricos de Lisboa

■ António Abreu

Pág. 20

O projecto de lei do PP para a Segurança Social

■ Eugénio Rosa

Pág. 21

Ambiente e Áreas Protegidas

■ José Brinquete

Pág. 24

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Junho de 1998 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1281 • Director: José Casanova

Pág. 5

Sim à despenalização

Carlos Carvalhas na abertura da campanha do referendo

Desmancho, Aborto ou Interrupção Voluntária da Gravidez

REJEITAR



Centrais

A HIPOCRISIA



EDITORIAL

A caravana da solidariedade



Carlos Carvalhas na abertura da campanha sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez

RESUMO

8
Segunda-feira

O PCP organiza um debate sobre o aborto, com a participação de Carlos Carvalhas ■ O secretário de Estado da Economia garante que não haverá despedimentos colectivos nos Estaleiros de Viana do Castelo ■ A União Europeia apela expressamente à libertação de Xanana Gusmão, no dia em que proíbe novos investimentos na Sérvia e congela os fundos deste país ■ Na Guiné-Bissau prosseguem os confrontos entre o exército e os revoltosos ■ Ainda em greve, os pilotos da Air France oferecem-se para trabalhar de graça no transporte de adeptos dos clubes estrangeiros durante o Campeonato do Mundo de Futebol.

9
Terça-feira

Carlos Carvalhas participa no Encontro de Jovens Trabalhadores do Porto e numa sessão em Braga sobre «Competitividade e Salários», depois de visitar os estaleiros de Viana do Castelo ■ O presidente da Indonésia mostra-se disposto a atribuir um estatuto especial a Timor-Leste ■ Na Guiné-Bissau, centenas de civis fogem da capital devido aos confrontos ■ A Nato manifesta-se disposta a recorrer à força aérea para pôr fim à violência no Kosovo ■ Um dia depois da morte do presidente da Nigéria Sani Abacha, Abdulsalam Abubakar ocupa o seu lugar.

10
Quarta-feira

É celebrado o dia de Portugal ■ Um avião C-130 português deixa Cabo Verde com destino à Guiné-Bissau, com uma força de elite a bordo ■ O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia aprova um «pacote» de propostas destinadas a acabar com o conflito do Kosovo, que prevê um conjunto de medidas de coersão contra a Sérvia ■ A polícia israelita reprime violentamente uma manifestação de dezenas de palestinianos e cristãos ocidentais contra a colonização judaica, em Jerusalém-Leste ■ O ex-ditador argentino Jorge Videla é preso.

11
Quinta-feira

Os portugueses que se encontravam em Bissau abandonam o país ■ O Presidente da República apela à união de todas as organizações e negociadores em relação à PAC ■ O governador de Timor, Abílio Osório, pede a libertação de Xanana Gusmão ■ Os ministros de Defesa da Nato ameaçam Belgrado com uma intervenção armada no Kosovo e decidem organizar exercícios aéreos na Albânia e Macedónia.

12
Sexta-feira

Centenas de portugueses provenientes da Guiné-Bissau chegam a Lisboa, depois de fazerem escala em Dakar ■ A greve na CP regista uma adesão de quase cem por cento, bem como a dos pilotos das barras e portos ■ Uma manifestação de timorenses é fortemente reprimida pela polícia indonésia, em Jacarta ■ O Grupo de Contacto para a ex-Jugoslávia exige o fim dos conflitos no Kosovo, com a ameaça de recorrer a «todos os meios».

13
Sábado

O presidente da Indonésia diz estar a ponderar libertar Xanana Gusmão ■ Milhares de europeus participam numa manifestação contra o desemprego, em Cardiff ■ Na Guiné-Bissau, forças do Senegal e tropas leais ao presidente tomam o quartel de Brá e o Bairro de Santa Luzia, matando 60 rebeldes ■ O Conselho de Segurança da ONU aprova a aplicação de sanções adicionais contra a Unita, se esta não cooperar de imediato.

14
Domingo

Os rebeldes guineenses continuam a resistir às investidas do exército ■ Alastram-se os combates no Kosovo entre as tropas sérvias e os independentistas albaneses ■ A cidade francesa de Marselha é palco de confrontos entre hooligans britânicos e as forças de segurança ■ Catorze pessoas são mortas na Argélia durante o fim de semana.

15
Segunda-feira

A Federação dos Camionistas suspende a sua greve, depois de a GNR te intimidado os motoristas na fronteira de Vilar Formoso ■ Os estudantes de Dili suspendem a onda de manifestações pró-referendo ■ Inicia-se a Cimeira Europeia, em Cardiff ■ Aviões de combate da Nato fazem exercícios sobre a Albânia e a Macedónia ■ Israel impõe novas condições para aceitar a proposta de retirada da Cisjordânia ■ O historiador e político César Oliveria falece.

16
Terça-feira

Encerra a presidência britânica da UE... ■ ...que lança apelo aos revoltosos da Guiné-Bissau para que deponham armas ■ A China declara-se contra a criação de um Tribunal Criminal Internacional independente das instâncias políticas internacionais ■ Os assassinos da deputada francesa Yann Piat são condenados a prisão perpétua.

Partindo de vários pontos do país chegou a Vigo a caravana de solidariedade com Cuba. Resultado do esforço colectivo de um vasto conjunto de activistas (tendo como polo impulsor a Associação de Amizade Portugal-Cuba e contando com a acção dinamizadora de vários dos seus Núcleos, nomeadamente o de Almada) a caravana comporta um significado que deve ser sublinhado. Com efeito, neste tempo de inversão fraudulenta de valores, de imposição de antivalores como se dos mais nobres valores humanos se tratasse, a noção de solidariedade é com frequência subvertida e posta ao serviço de objectivos situados nos seus antípodas. Neste caso, todavia, trata-se de Solidariedade no rigoroso e sério sentido da palavra e, por isso, claramente distinta da caridadezinha travestida que o discurso e a prática da política de direita pretendem impor-nos todos os dias. (Distinta também, obviamente dessa outra «solidariedade» contida na monstruosidade jurídica e política hipócritamente baptizada de «Lei para a liberdade e a solidariedade democrática com Cuba», mais conhecida por Lei Helms-Burton - autêntico programa de acção contra-revolucionária com o objectivo expresso de «restaurar o capitalismo em Cuba sob o controlo absoluto do Estados Unidos da América»). Trata-se do concreto apoio fraterno, da concreta palavra amiga, do concreto gesto feito de sensibilidade e de dignidade - apoio, palavra, gesto que não se ostentam nem se agradecem, que são, apenas e só, Solidariedade.

Milhões de homens, mulheres e jovens souberam perceber nesse momento que a luta do povo cubano era, agora mais que nunca, uma luta que dizia respeito a todos os que não desistiram de lutar pela construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem exploradores nem explorados

As toneladas de equipamentos e bens recolhidos nos últimos meses, provenientes de empresas diversas e de milhares de cidadãos anónimos, expressam concludentemente a grande disponibilidade solidária existente no nosso País para com o povo de Cuba e a sua heróica resistência. Essa disponibilidade é visível igualmente no exemplo do conjunto de activistas que concretizou esta iniciativa, composto certamente por pessoas de diversas opções políticas e partidárias mas convergindo na vontade de expressar solidariedade activa a um povo que dela necessita e que a ela tem direito.

O cerco a Cuba, promovido pelo mais poderoso país do Planeta há quase quatro décadas, tendo como objectivo essencial a integração da Pátria de Martí no subserviente rebanho ao mando e às ordens dos Estados Unidos da América, evidencia de forma clara a essência do imperialismo norte americano. Por outro lado, o inêxito deste cerco mostra que, ao contrário do que nos querem fazer crer os difusores do pensamento único, é possível resistir e que, resistindo é possível vencer. Por tudo isto, Cuba é um exemplo e um símbolo que muito justamente preocupa o imperialismo norte-americano. Resistindo a invasões e tentativas de invasão; resistindo a leis iníquas e violadoras do direito internacional e de elementares direitos humanos; resistindo a tentativas de assassinato dos seus dirigentes; resistindo ao

famigerado bloqueio; resistindo, enfim, às violentas e permanentes pressões no sentido de deixar de ser o que é e quer ser e se transformar no que os sucessivos governos dos Estados Unidos da América querem que seja - o povo de Cuba não se encaixa na visão do Mundo concebida pela Casa Branca e é possível, até, que os computadores do Pentágono já tenham decidido que tal país e tal povo não existem. Pela simples razão de que nesse computador não é possível introduzir quaisquer dados sobre o valor da firmeza de princípios e da coerência revolucionária. Pela simples razão de que essa visão do Mundo não abarca a força que têm a determinação, a coragem e a dignidade de um povo. A pequena Cuba, resistindo ao gigante imperialista, é David lutando contra Golias tornando actuais as palavras de José Martí: «Vivi no monstro e conheço-lhe as entranhas; e a minha funda é a funda de David».

É certo e é sabido que Cuba tem vivido nos últimos anos, e vive ainda hoje, momentos particularmente difíceis. As consequências do bloqueio norte-americano, avolumadas com o desaparecimento da União Soviética e dos restantes países socialistas do Leste da Europa, traduziram-se num brutal agravamento da situação económica do país e das condições de vida do povo cubano. Um mar de problemas e de dificuldades invadiu a pequena ilha e ameaçou submergir os sonhos, os projectos, os objectivos do seu povo. Por esse mundo fora, muitos foram os que duvidaram da capacidade de Cuba para resistir a essa situação. E não foram poucos os que, peremptórios, anunciaram o dia e a hora do fim de Cuba socialista. A realidade mostrou como estavam iludidos. E essa realidade decorre

essencialmente da determinação com que os dirigentes e o povo cubano encararam a situação e lhe fizeram frente, deixando bem claras as suas intenções logo na primeira decisão tomada na sequência da avaliação da nova situação: «resistir, resistir no caminho socialista da revolução». Essa realidade decorre, também, de forma significativa das múltiplas iniciativas de solidariedade com Cuba levadas à prática em todo o Mundo. Na verdade, milhões de homens, mulheres e jovens souberam perceber nesse momento que a luta do povo cubano era, agora mais que nunca, uma luta que dizia respeito a todos os que não desistiram de lutar pela construção de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem exploradores nem explorados; que a luta do povo cubano constitui, ela própria, por isso mesmo, um acto de solidariedade para com a luta pelo futuro travada em cada país; e que a luta do povo cubano precisava da sua solidariedade e do seu apoio.

Entre os que vêem as coisas nesta perspectiva estão, concerteza, muitos dos activistas que concretizaram a caravana de solidariedade com Cuba, este magnífico exemplo a que importa dar a continuidade que a solidariedade exige.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Saco Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Saco Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linhão — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L1 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Tel.: (01) 923 89 00
Campo Raso — 2710 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

O dono disto tudo

Dono do dinheiro, do êxito, do Público, da TVI, do poder, dos governos; dono do País e possuidor das qualidades requeridas para integrar o pelotão da frente dos donos do mundo, enfim dono disto tudo é, sem sombra de dúvida, o senhor Belmiro de Azevedo. Disse-o ele próprio, à sua maneira, na entrevista que fez o favor de conceder a Judite de Sousa, na RTP. Entrevista que diga-se desde já, foi a demonstração concreta, a exemplificação sem margem para dúvidas, a confirmação peremptória do domínio absoluto do poder económico sobre o poder político.

Já se sabia e Belmiro de Azevedo veio confirmar que o grande capital é, sempre e em todo o lado, arrogante, insolente, autoritário, insultuoso, antidemocrático, ou seja, é sempre e em todo o lado, o que Belmiro foi na referida entrevista.

Pobre Judite de Sousa! O que aquela senhora teria sofrido e viria a sofrer se tivesse tido a coragem de se afirmar como jornalista pondo o cavalheiro na ordem! E que triste papel aquele de ter que fazer do sorriso e do silêncio os seus principais atributos profissionais! Na

verdade foi um espectáculo deprimente aquele: o, digamos assim, entrevistado comportando-se como dono de Portugal; e a, digamos assim, entrevistadora reconhecendo-o como tal.

Foi grande o impacto das declarações de Belmiro de Azevedo. Corrijo-me: foi grande o impacto das declarações respeitantes ao líder do PSD - que Belmiro, implacável e impiedoso, condenou à morte política, partidária, institucional (e não sei se só...). Porque, curiosamente, no que respeita às restantes sentenças de Belmiro não houve comentários. Ou porque ninguém ouviu mais nada do que ele disse ou sabe-se lá porquê. Por exemplo, Belmiro, que não ri em serviço, chamou reaccionários a todos os jornalistas, considerou mesmo a classe dos jornalistas como a mais reaccionária de Portugal - e nenhum jornalista, que eu saiba, o contestou. Judite, em directo, ouviu e sorriu o seu sorriso de serviço. José António Lima e Fernando Madrinha, que comentaram a entrevista no Expresso não deram sinais de ter ouvido dado que nenhum deles alude ao facto. Carlos Magno, esse parece ter ouvido

bem tudo o que Belmiro disse e, em editorial do Diário de Notícias, não resistiu a urdir o panegirico do dono disto tudo: a destacar «a frontalidade do empresário», que «diz o que pensa» e «pensa no que diz»; a sublinhar como «é bom para a democracia que haja empresários assim»; a super valorizar este herói «cruel mas autêntico» representando «o seu próprio papel, matando quem lhe faz frente. No palco» - e por aí fora, num preito de admiração tal e numa tal ostentação de belmirismo integral que bem merece ser chamado a assumir alto cargo na TVI, integrando assim, de pleno direito a família empresarial de Belmiro e passando a ser mais um dos «homens da Sona».

Sobre o significado do silêncio dos restantes jornalistas face à acusação de reaccionários que lhes é feita, o que se pode dizer é que eles aceitam a carapuça que Belmiro lhes enfiou, acham que ela lhes serve e têm prazer em usá-la. Mas esse é um problema deles e não do dono do Público e da TVI.

■ José Casanova

Novos «eleitores»?

As declarações do padre João Seabra publicadas na última edição de O INDEPENDENTE, ameaçando «passar a votar no PCP» se verificar que os partidos da direita não se empenharam na criação de «uma Alternativa Democrática de maioria sociológica a favor da vida» que dê a vitória ao «Não» no referendo sobre o aborto, merecem nota pelo seu carácter insólito.

Compreenderá porém melhor o admitido sacrifício do prior da Paróquia de Santos-o-Velho quem ler o conjunto da entrevista, cujo fundamentalismo em relação à questão do aborto não fica atrás - ressalva feita ao estilo que é de um «doutor em teologia» -, das odientas palavras do bispo de Viseu. E quem se recordar do fanatismo anticomunista de que o padre João Seabra deu sobejas provas durante mais de duas décadas.

Dir-se-á que os tempos mudaram. Facto que o próprio padre Seabra suscita ao afirmar que «pela primeira vez desde 1917 há muitas razões para um católico votar no Partido Comunista», porque «apesar de tudo os comunistas são os únicos que falam da vida real». Claro que, admite, «falaram sempre», mas era para

«arregimentar para um tipo de vida política que tinha por trás o universo da União Soviética». Agora, «aquilo que metia medo já não existe»...

Este misto de simpatia e de comiseração em relação aos comunistas, no seu apontado enfraquecimento, está pelos vistos a fazer escola. E traz evidentemente água (ideológica) no bico.

Repare-se num outro texto de um jornal do fim de semana em que um colunista sustenta a afirmação de que com a renovação o «PCP vai ser pior» e que o Partido «só faz falta a Portugal se se mantiver como está». E para que não restem dúvidas sobre que papel destina aos comunistas lá adianta a ideia de que «mais do que qualquer PP deste mundo, o PCP é o grilo falante desta história - é a consciência que muitas vezes nos falta».

Não será que estão a precipitar-se a administrarem-nos a «extrema-unção»?

■ Edgar Correia

MUNDO em convulsão

Na Guiné-Bissau militares de ambos os lados da barricada enfrentam-se e o número de mortes vai aumentando. Pelo que é dado ler e ver o povo guineense parece não acreditar nem em Nino, nem em Ussumane Mané. Outrora, há um quarto de século, esteve disposto a quase tudo para apoiar Nino, Mané e o PAIGC, movimento de libertação que conquistou a simpatia dos povos de todo o mundo. O que se passa na Guiné é o que se está a passar em muitos países emergentes do Terceiro Mundo. Não basta tomar o poder. É preciso que o povo tenha possibilidades de o controlar, pois não o tendo, os governantes afastam-se dos princípios proclamados. Por isso na Guiné-Bissau os militares combatem entre si e o povo parece alheado daqueles combates. Além disso na nova ordem mundial para receber investimentos é necessário colocar o país dentro da camisa de forças do FMI e apertar o cinto. Num país paupérrimo a imposição dos planos de reestruturação da economia, com o cortejo de privatizações e entrega de importantes alavancas da economia aos estrangeiros e seus aliados internos, gera um enorme descontentamento social. A fome e a miséria desagregam a unidade nacional conseguida nos tempos áureos do PAIGC. Exacerbam os sentimentos étnicos e a desordem. O Senegal, país com ambições na África Ocidental, enviou tropas para Bissau para esmagar a rebelião. Há conflitos históricos sobre as fronteiras (petróleo) entre o Senegal e a Guiné-Bissau. No norte da Guiné-Bissau está Casamansa onde existe uma rebelião contra o governo de Dacar. O actual conflito tem como pretexto imediato o fornecimento de armas a Casamansa. O general Ussumane Mané começou a apelar à resistência contra as tropas senegalesas. Que estará por detrás deste apelo? A Guiné-Bissau atravessa momentos terríveis. Dentro das suas fronteiras estão tropas de países vizinhos, o que certamente agravará todos os problemas.

Em Jacarta o novo homem forte do regime deixou claro o seu programa político para Timor-Leste: manter a ocupação indonésia. Ao mesmo tempo ordenava a repressão e prisão de centenas de estudantes timorenses que se manifestaram em Jacarta e Dili. Porém esta brutalidade de Habibi não causou grande sobressalto no mundo. São mais umas centenas de prisões a somar ao cortejo de mais de duas centenas de milhares de mortos... O que conta para os senhores do mundo são os seus interesses e esses estão do lado de Jacarta...

Por isso a sua preocupação vai para a Jugoslávia, que não está dentro da sua órbita. A NATO ameaçou a Sérvia com manobras aéreas, numa zona já de si explosiva e cheia de intrincados e múltiplos problemas como são os que opõem albaneses a sérvios. O mais grave de tudo isto é que o conflito se passou totalmente fora do raio de acção da NATO e só pode ter uma solução política que tenha em conta todos os interesses em presença, seja de albaneses, seja de sérvios, seja da integridade territorial da Jugoslávia. As ameaças e pressões militares são condenadas pelo direito internacional. Naturalmente que qualquer intervenção é ainda uma violação muito mais grave do direito internacional. E tanto mais grave quanto o Secretário da Defesa dos EUA e o Ministro da Defesa da RFA afirmaram que a NATO não precisa de uma resolução da ONU para intervir na Jugoslávia... Portugal participou nas manobras alinhando na defesa das grandes potências e limitando o poder da diplomacia portuguesa.

Em Angola, a UNITA continua a desrespeitar todos os acordos assinados. Em última instância a UNITA parece estar disposta a demonstrar que UNITA e democracia são incompatíveis, o que pode fazer reatar as chamas do conflito. Os perigos da UNITA residem nos apoios que teve e tem no Ocidente. O Conselho de Segurança decidiu aplicar novas sanções à UNITA se esta continuar a impedir a extensão da administração do Estado a todo o território angolano particularmente ao Andulo, Bailundo, Mango e Nharea. A ver vamos se o Conselho de Segurança passa o tempo a ditar sanções à UNITA à custa de tantos ses. No caso de Angola, como no da Indonésia, como no caso da Palestina resoluções são letra morta. Na Jugoslávia nem as resoluções são precisas...

■ Domingos Lopes



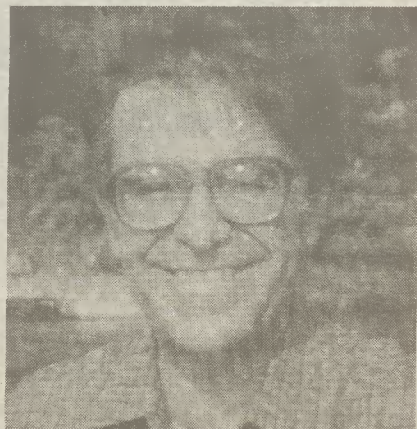
Foto: José Frade

SEMANA

Ordem da Liberdade para José Bernardino

O dirigente do PCP José Bernardino, falecido em 4 de Agosto do ano passado, recebeu a título póstumo a Grã Cruz da Ordem da Liberdade conferida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, no passado 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, nas comemorações realizadas na Praça do Cerimonial da EXPO'98. A condecoração foi entregue a Manuela Bernardino, mulher do homenageado e também dirigente do PCP, sendo conferida «pelos valiosos e abnegados serviços prestados à luta contra a ditadura e pela coragem com que enfrentou a prisão e as perseguições da polícia política».

José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino nasceu no Huambo, Angola, a 3 de Maio de 1935, onde viveu até completar o liceu, aos 17 anos, altura em que veio para Lisboa frequentar o Instituto Superior Técnico, onde se envolveu, de imediato, na actividade associativa e nas lutas estudantis, tendo sido membro de várias direcções da AEIST, dirigente da Casa dos Estudantes do Império, do Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL), do Cine Clube Universitário de Lisboa e secretário-geral da RIA (Reunião Inter Associações) em 1960/61, após ter



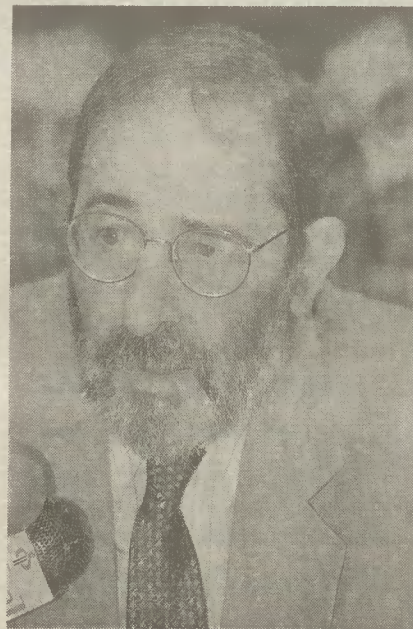
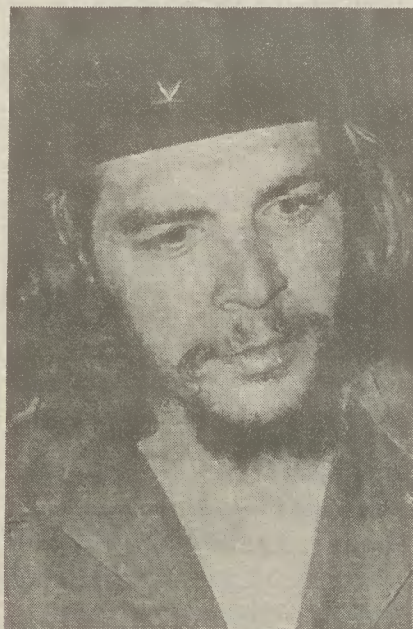
prestado dois anos de serviço militar. Participou também nas movimentações estudantis pela revogação do dec. 40900 (1956/57) e no projecto de criação da União dos Estudantes Portugueses, representando a AEIST em iniciativas internacionais. Em 1956 adere ao PCP, onde se manteve até ao fim da vida em permanente actividade. Em Junho de 1961 passa à clandestinidade, como funcionário do PCP. Responsável pela organização estudantil de Lisboa do PCP, acompanha, em contacto directo com comunistas e outros dirigentes estudantis, o desenvolvimento da greve estudantil / «luto académico» de 1962. Na mesma ocasião integra o organismo do PCP que preparou e dirigiu as importantes manifestações do 1º e 8 de Maio de 1962. Nesse mesmo mês é preso e torturado pela PIDE por dois períodos de 7 e de 9 dias de tortura do sono, não prestando quaisquer declarações. Casa em Maio de

1963 com Manuela Bernardino na cadeia do Aljube, quando aguardava julgamento. Esteve preso cerca de 7 anos seguidos, passando pelas cadeias do Aljube, Caxias e Peniche. Libertado em 1969, regressa à clandestinidade poucos meses depois e no 25 de Abril encontrava-se na cidade do Porto como funcionário do PCP e membro da Direcção da Organização Regional Norte. Prosseguiu a sua actividade partidária na região das Beiras, foi membro da Direcção de Organização Regional, responsável pelo distrito de Aveiro e candidato do PCP às eleições para a Constituinte. Posteriormente teve diversas responsabilidades na organização partidária em Coimbra e no final da década de 70 foi responsável pela organização distrital de Viseu do PCP. A partir de 1981 vem para Lisboa, tendo sido membro da Direcção Regional de Lisboa do PCP, da direcção do Sector Intelectual de Lisboa e da direcção do sector cooperativo. Nos últimos tempos foi membro da Comissão para os Assuntos Económicos junto do CC do PCP.

Che Guevara evocado no Porto

No passado domingo, no jardim do Cristal Park, realizou-se o lançamento público do álbum *Cada palavra tua é um homem de pé*, com desenhos de Siza Vieira, um texto de José Saramago e grafismo de Armando Alves. Durante o convívio, que reuniu cerca de 300 pessoas, actuou o Coral de Letras da Universidade do Porto, dirigido pelo Maestro José Luís Borges Coelho, e entrevistaram a embaixadora de Cuba e o Dr. Camilo Guevara, filho do Che, que agradeceu a iniciativa e sublinhou a beleza e significado do álbum, uma digna homenagem à memória do Che, no 70º aniversário do seu nascimento, e um contributo solidário à luta do povo cubano.

Camilo Guevara March, filho do lendário comandante, encontra-se no nosso País a convite da Comissão Regional do Porto Contra o Bloqueio e de Solidariedade com Cuba e estará em Portugal até ao próximo dia 20, participando em diversas sessões para testemunhar a vida em Cuba e a luta contra o bloqueio, nomeadamente no Porto, em Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Espinho, tendo também encontros com sindicatos e sendo convidado das Câmaras Municipais de Gaia e Matosinhos, terminando as suas intervenções públicas em Lisboa, num jantar promovido pela Associação de Amizade Portugal-Cuba.



Prémio Ibérico para Siza Vieira

A Igreja de Santa Maria em Marco de Canavezes, da autoria do arquitecto norte-americano Frank O'Ghery. O projecto de Siza Vieira para a Igreja de Santa Maria inclui não apenas o edifício, mas também todo o mobiliário do templo, desde o altar em mármore às

Guggenheim de Bilbao, da autoria do arquitecto norte-americano Frank O'Ghery. O projecto de Siza Vieira para a Igreja de Santa Maria inclui não apenas o edifício, mas também todo o mobiliário do templo, desde o altar em mármore às

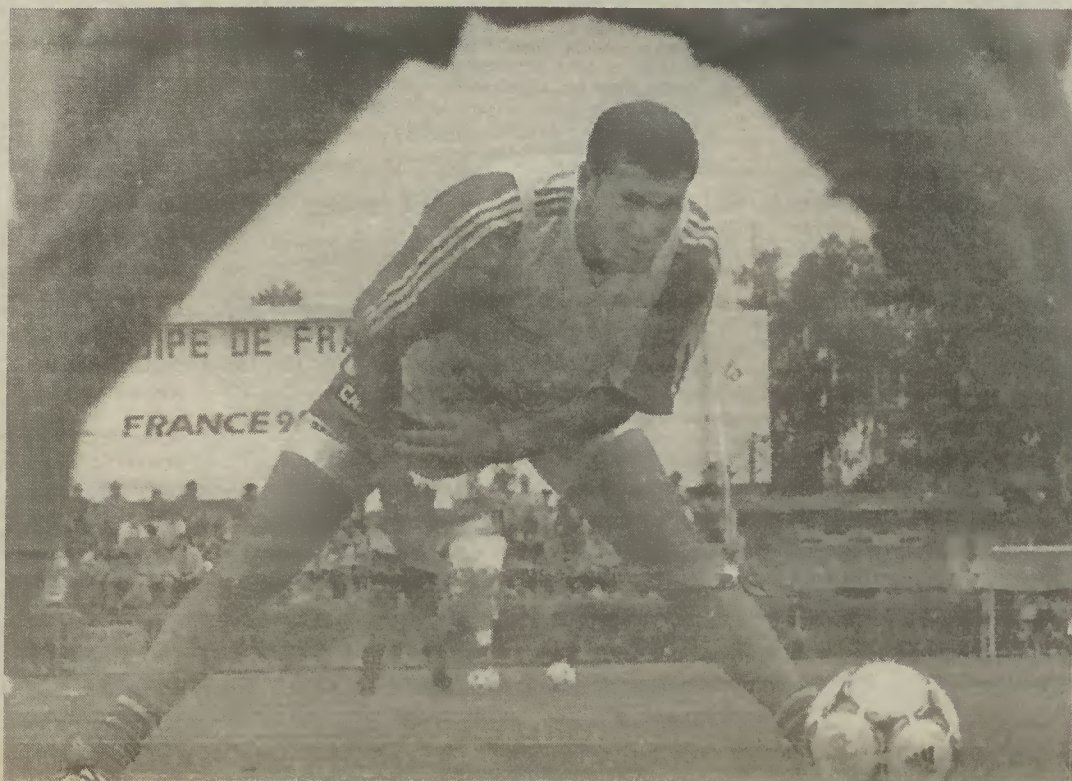
400 cadeiras individualizadas, continuando no sacrário (um cubo de madeira de cerejeira revestido a prata), na pia baptismal, no ambão e na cadeira presidencial. A obra está a arrastar autênticas multidões, nomeadamente de estudantes de Ar-

quitectura, sobretudo de Espanha. O prémio IberFAD de Arquitectura é atribuído desde há três anos a obras acabadas no ano anterior em Espanha (excepto na região da Catalunha), Portugal e Andorra e goza, já, de um elevado prestígio internacional.

Começa em França Mundial de Futebol

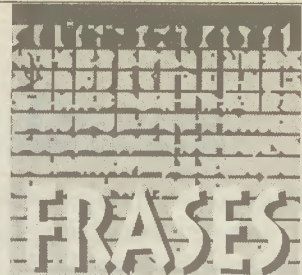
Jogou-se no passado dia 10 de Junho, no estádio parisiense de Parque dos Príncipes, o primeiro jogo do último Campeonato Mundial de Futebol deste século, a decorrer em França. Após a cerimónia de abertura, as equipas do Brasil e da Escócia defrontaram-se no que foi o primeiro jogo do Mundial, que terminou com a vitória do «escrete canarinho» por 2-1. Neste momento as dezenas de selecções apuradas para este Mundial (onde, infelizmente, não se encon-

tra a portuguesa) disputam os oitavos de final. Como era de esperar, a competição maior do futebol mundial está a levar a França muitas centenas de milhares de adeptos de todo o mundo, ao mesmo tempo que as várias provas disputadas diariamente estão a ser cobertas por milhares de jornalistas vindos das mais diversas partes do planeta, assegurando a transmissão directa de todos os jogos, via satélite. Em Portugal, a RTP tem o exclusivo dessas transmissões.



Morre César de Oliveira

Morre aos 57 anos, vítima de cancro, o historiador César de Oliveira, autor de várias obras como *História dos Municípios e o Poder Local*, *O Operariado e a República Democrática e O Socialismo em Portugal, 1850-1900*. Militante do Partido Socialista, destacou-se igualmente como deputado por este partido e na intervenção autárquica, nomeadamente como eleito na Assembleia Municipal de Lisboa e, mais tarde, presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, concelho da sua terra natal, Fiais da Beira, onde nascera em Março de 1941. Quando concorreu pela primeira vez à Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ganhou por escassa margem, mas na segunda candidatura por si encabeçada já foi reeleito por expressiva maioria, o que não o inibiu de recusar uma terceira candidatura, regressando a Lisboa e à docência no ISCTE e à actividade de investigador.



“Ele deveria ser eliminado, pura e simplesmente. Não tem a categoria, a honestidade necessárias a um líder da oposição.”

Belmiro de Azevedo sobre Marcelo Rebelo de Sousa em entrevista à RTP, 11/6/98

“Líder do PSD fica calado perante ataques violentos do patrão da Sonae.”

in «Diário de Notícias», 13/6/98

“A primeira reacção de Marcelo foi não reagir. Depois o PSD escolheu Valentim Loureiro para responder com indignação às violentas acusações do patrão da Sonae.”

Idem

“Imaginem o que aconteceria se o PSD pedisse às donas de casa para não comprarem as mercadorias nos hipermercados do engenheiro Belmiro...”

Valentim Loureiro in «Expresso», 13/6/98

“Empresários acham que Governo favorece Sonae”

Título do «Expresso», 13/6/98

“Champalimaud não financia PSD”

Idem

“Portugal não é o Far West, nem é dominado por mafias.”

Marcelo Rebelo de Sousa in «Diário de Notícias», 14/6/98

“Os nossos empresários são gente de bem, gente séria e responsável, gente bem-educada. Não são nem megalómanos, nem padrinhos da mafia.”

Idem, ibidem

“Há muitas razões para um católico votar no Partido Comunista. Porque, apesar de tudo, os comunistas são os únicos que falam da vida real.”

Padre João Seabra in «O Independente», 12/6/98

“O debate político entre os socialistas e o PSD e o PP é um debate virtual, onde se fala de coisas que não existem. Os comunistas falam do desemprego, das condições em que as pessoas vivem, das questões concretas...”

Idem, ibidem

Carlos Carvalhas na abertura da campanha do referendo

Na passada terça-feira, Carlos Carvalhas participou na sessão de abertura sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, realizada num hotel de Lisboa. Da intervenção do secretário-geral do PCP, reproduzimos aqui os principais extractos.

No momento em que partimos para a curta mas exigente campanha do referendo à despenalização do aborto, queremos saudar sinceramente, por cima de todas as fronteiras partidárias e de todas as outras linhas divisórias, todos aqueles que, tal como nós, sentem o imperativo de consciência, de lutar com tenacidade pela vitória do "Sim" como forma incontornável e não mais adiável de responder a um problema cuja sobrevivência mancha e deslustra a nossa vida colectiva nas vésperas da passagem para o novo milénio.

Com especial apreço, queremos saudar nomeadamente todas as mulheres e homens, de maior ou menor notoriedade pública, de quadras muito diversos incluindo membros do PCP, que deram vida ao Movimento "Sim pela Tolerância" ou que hoje o integram por todo o país, certos de que o seu esforço, a sua generosidade e a sua acção unida representarão uma importantíssima contribuição para a vitória do "Sim".

Com este acto de hoje, inicia-se a anunciada intervenção do PCP na campanha deste referendo, com a sua voz própria, com as suas próprias posições e argumentos, num exercício inquestionável das suas responsabilidades na vida nacional e assumindo uma incontestável linha de coerência em relação a uma causa e a um combate que poucos se atreverão a negar tem no PCP há muito tempo o mais destacado e persistente protagonista político.

Dizendo isto, não vale a pena fingir que não sabemos que, em torno deste referendo, de vez em quando alguns, possuídos por um súbito, ilimitado e desproporcionado deslumbramento pelos movimentos de cidadãos, passaram a contestar ou a exprimir reservas à intervenção dos partidos.

Como o PCP é praticamente o único grande Partido que anuncia uma intervenção própria e empenhada pelo "Sim" neste referendo, já se está a ver a quem é que se dirige aquela contestação ou reservas.

Por uma vez, repetimos de novo a este propósito: os motivos de admiração, estranheza ou escândalo não podem estar no facto de o PCP intervir na campanha, antes só podem estar no facto de outros partidos abdicarem de assumirem de

Sim

à despenalização



forma clara e transparente as suas responsabilidades perante os cidadãos.

Não é o PCP que tem de explicar porque é que faz campanha neste referendo. São os outros que têm de explicar porque não a fazem.

E não podemos deixar de anotar que as explicações até agora dadas não só não são satisfatórias como se revelam perfeitamente capciosas.

Na verdade, alguns outros partidos alegam que não intervêm oficialmente na campanha porque o que estaria em causa diria sobretudo à "consciência individual", pelo que não se justificaria uma posição de partido.

Mas, meus senhores, será que o artigo do Código Penal que prescreve a pena de prisão até 3 anos para as mulheres que recorram ao aborto caiu do céu aos trambolhões ou será que lá está porque houve partidos que o votaram ou houve partidos que não o deixaram tirar? E, nesse caso e nessa altura, para estes partidos o assunto já não era de "consciência individual"?

E mais: então há um partido – o PS – que apresenta e vota a favor um projecto-lei de despenalização e há outros dois partidos – o PSD e o PP – que votam contra e, nessa altura, para uns e para outros onde é que estava a questão da "consciência individual"?

Na Assembleia da República, podem votar a favor ou contra uma lei mas depois, no referendo em que se vai decidir da sorte de que antes defenderam, já não têm posição. (...)

Por muito que não queiramos – e não queremos – amalgamar todas as personalidades ou grupos que fazem a campanha pelo "Não", por muito que queiramos – e queremos – respeitar democraticamente as opiniões alheias, não é possível deixar de continuar a combater algumas mistificações e truques que unem todas as componentes da campanha do não.

E a primeira, a mais deliberada e pertinaz mistificação é o esforço que todos os dias desenvolvem para

fazer crer que o referendo se destinaria a apurar quem é pelo aborto ou contra o aborto ou que o referendo se destinaria a que cada indivíduo exprimissem o seu juízo ou a sua opinião pessoal sobre o aborto.

E perante a cansativa persistência desta mistificação e deste truque, não há outro remédio se não repetirmos, até que nos doa a voz, que a verdade incontestável é que os portugueses neste referendo não vão decidir se o aborto em si mesmo é óptimo, péssimo ou assim-assim, o que vão decidir é se se mantém a pena de prisão até 3 anos para as mulheres que recorram ao aborto ou se se acaba com essa injusta e obsoleta penalização. O que vão decidir é se as mulheres devem continuar a ser empurradas para o aborto clandestino ou se podem passar a realizar uma interrupção da gravidez, até às 10 primeiras semanas, em condições de segurança e assistência médicas. (...)

Como já vimos, quando não usam expressões mais fortes, falam sempre do aborto como um "crime" e como a "eliminação de um ser humano".

Mas, depois, por puro medo das consequências de agredirem e hostilizarem directamente todas as mulheres que em Portugal em algum momento das suas vidas recorreram ao aborto, nunca têm obviamente a coragem de lhes chamar criminosas, ou de reclamar que sejam presas ou condenadas e alguns até se desfazem em meigas palavras de compreensão e compaixão pelas mulheres que já abortaram.

Pode ser que consigam iludir alguém, mas a nós não nos enganam: **a violência maior que cometem está na caracterização que fazem do aborto e é essa caracterização que transporta consigo uma injusta acusação contra as mulheres, sempre dentro de uma linha para acentuar a sua culpabilização, para aumentar a sua angústia e a sua incomodidade.**

E digam eles as boas, santas e meigas palavras que disserem, a

verdade é que todos aqueles que se comprazem na manipulação e no uso e abuso mórbido e chocante de imagens de fetos, esses é que cometem a acção indigna e o crime imperdoável de pretenderem criar ou reavivar nas mulheres que já abortaram um terrível sentimento de culpa retroactivo.

A essa violência, a essa agressão e a essa arma hedionda de culpabilização – que nenhuma estatística pode medir – nós chamamos, pura e simplesmente, **desumanidade e falta de escrúpulos.** (...)

E, por favor, também não nos digam a nós que a grande linha de enfrentamento do problema do aborto, enquanto fenómeno de massas, está na generalização do planeamento familiar, da educação sexual e das medidas de protecção da maternidade, porque foi graças à nossa iniciativa e sob o nosso impulso que em 1984 se aprovaram importantes medidas legislativas nessas áreas que, por sinal, em dez anos de governo, o PSD bem pouco se preocupou em concretizar plenamente, antes pactuando com as pressões conservadoras interessadas em sabotar tais avanços. (...)

Já chega de tempo perdido e, por isso, é agora o tempo de, com coragem e inteligência, virar esta página sombria da vida das mulheres portuguesas e da nossa sociedade.

Sabemos que, tal como nós, há muitos democratas que não perdoam a sabotagem que foi feita da aprovação final da lei e que sempre discordaram da realização deste referendo.

Mas é preciso dizer-lhes, que havendo referendo como há, agora o nosso dever é tudo fazermos para o vencer, sob pena de, pela nossa abstenção e desinteresse, favorecermos os opositores da lei de despenalização.

Sabemos que há constrangimentos, aliás compreensíveis, de muitos cidadãos em falarem deste assunto, mas a todos é necessário dizer que nem o referendo nem a

nossa intervenção têm o propósito de invadir áreas legitimamente reservadas da vida dos cidadãos e que, no centro do referendo e da nossa campanha, o que está é sobretudo um grave problema de saúde pública, uma situação ofensiva da dignidade das mulheres, um problema social e humano que não devemos ignorar e que, independentemente do sexo e da idade, a todos diz respeito.

Sabemos que os resultados positivos de sondagens podem levar muitos cidadãos a pensar que a vitória do sim está automaticamente garantida e, por isso, há que lembrar aos que comodamente se deixarem tocar por excesso de confiança que não devem ser ignorados ou desvalorizados os meios de pressão de que a campanha do não dispõe e que só o trabalho e o esforço é que podem garantir a vitória do sim com uma activa e massiva mobilização para o voto de todos os que apoiam a despenalização do aborto.

Pela nossa parte, inserimos a nossa intervenção a favor desta grande e justa causa em toda a vasta e longa luta que há muito travamos pela afirmação dos direitos das mulheres na família, no trabalho e na sociedade, pela resposta decidida aos seus problemas e aspirações, pela construção de uma sociedade mais justa e liberta de opressões, humilhações e chantagens que são incompatíveis com a dignidade humana.

A doze dias do voto no referendo sobre a despenalização do aborto, o PCP e os comunistas portugueses testemunham perante o país o seu sólido empenho em lutar pela vitória do sim, pela vitória da tolerância sobre a hipocrisia, pela vitória da coragem de enfrentar o aborto clandestino sobre o cinismo e insensibilidade da sua conservação, pela vitória do humanismo, da liberdade e da responsabilidade sobre as coacções de um conservadorismo bolorento e cruel.

Este é o nosso compromisso de honra. Um compromisso para cumprir numa batalha para ganhar.

Campanha do PCP contacta milhares de trabalhadores

A Campanha do PCP pelos direitos dos trabalhadores terminou terça-feira da passada semana, no Porto, com uma sessão realizada na Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, em que participou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

Na iniciativa estiveram dezenas de jovens, maioritariamente raparigas, que ali deram os seus testemunhos sobre as dificuldades que enfrentam no mercado de trabalho. Precariedade, ausência de direitos são traços de uma realidade dura que atinge em particular os jovens.

Sobre as situações e opiniões manifestadas na sessão contamos publicar no próximo número um relato mais detalhado. Quanto à campanha do PCP, o balanço que a DORP faz é positivo, realçando que ela permitiu contactar milhares de jovens, diversas estruturas juvenis, sendo igualmente motivo de várias reuniões entre jovens comunistas nas estruturas concelhias e de uma maior colaboração entre JCP e PCP.

No mesmo dia, o secretário-geral do PCP esteve nos Estaleiros de Viana do Castelo, onde teve encontros com os trabalhadores e a administração, participando ainda numa sessão pública realizada em Braga sobre o tema «competitividade e salários».

Outras iniciativas inseridas nesta campanha decorreram um pouco por todo o país, designa-

damente no distrito de Setúbal, onde para além de dezenas de acções de distribuição de documentos junto das empresas, realizaram-se, entre 22 de Maio e 5 de Junho, reuniões e plenários das células de trabalhadores das Câmaras de Sinés e de Alcácer e da Auto Europa.



Encontro de jovens com Carlos Carvalhas

Na Lisnave, durante um almoço de convívio que juntou cerca de 200 participantes foram recrutados dois novos militantes, enquanto a Célula do Arsenal promoveu um jantar com 80 pessoas, tendo aí efectuado quatro recrutamentos. O convívio foi igualmente a nota dominante do concurso de pesca organiza-

do pelos trabalhadores da autarquia de Almada.

No âmbito da campanha, tiveram lugar duas sessões públicas realizadas em 2 e 3 de Junho, a primeira em Almada, com Jerónimo de Sousa, registando 80 presenças, e a segunda em Alcochete, com José Ernesto Cartaxo, com 50 participantes.

Medidas gravosas

Promovido pela Comissão Concelhia de Peniche, realizou-

mais gravosas para os trabalhadores portugueses».

No decorrer da sessão, ex-trabalhadoras da Fábrica Unipeixe de Peniche solicitaram a ajuda do PCP para sensibilizar as entidades competentes para a sua situação. Depois do encerramento da unidade fabril e do fim dos 18 meses de subsídio de desemprego, estas trabalhadores passam grandes dificuldades: na sua maioria com mais de 50 anos, estão sem emprego e sem qualquer apoio financeiro. Jerónimo de Sousa comprometeu-se

mento nacional foi entregue uma publicação regional intitulada «Avançamos Lutando».

Durante o período da campanha, os comunistas fizeram numerosos contactos com trabalhador, debateram os problemas e divulgaram as suas propostas. Perspectivados novos recrutamentos e apontadas novas formas de intervenção e organização do Partido, o PCP/Madeira decidiu criar um organismo voltado especificamente para o trabalho nas empresas e destacar novos camaradas para esta fren-



Debate em Peniche com Jerónimo de Sousa

-se no passado sábado, dia 13, um debate sobre os direitos dos trabalhadores, que contou com a participação de Jerónimo de Sousa. Na sua intervenção, este membro da Comissão Política do PCP afirmou que o «Governo ao contrário do anterior substituiu os pacotes por medidas avulsas, mas em diversos casos tão ou

a apresentar o problema ao grupo parlamentar do PCP.

Na Região Autónoma da Madeira, a campanha centrou-se nas principais zonas industriais - Zona Franca, Cancela, Socorridos, Porto Novo - e junto das grandes empresas da região. Nos contactos realizados, para além de ser distribuído o docu-

te de trabalho. Como concluiu o plenário de activistas realizado no passado dia 30 de Maio, «o trabalho nas empresas, a afirmação das posições do Partido com a sua fisionomia própria, não se esgota nesta campanha, ou em acções pontuais e tem de passar a constituir uma linha permanente da actividade do Partido».

8ª Assembleia de Setúbal

Um Partido ligado aos trabalhadores

Cerca de 200 delegados e convidados estiveram presentes na 8ª Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal do PCP, realizada a 7 de Junho na Albergaria Laitau, e na qual participou Jorge Pires, da Comissão Política do Comité Central.

Na intervenção de abertura, Augusto Flor, membro do Executivo da DORS e responsável pela organização concelhia, relatou o

gados. Subdividido nos capítulos «Organização dos Trabalhadores», «Movimento Associativo», «Poder Local», «Juventude», «Batalhas Eleitorais» e «A Organização do Partido», o relatório aprovado por unanimidade caracteriza a Assembleia como «por excelência um período de reflexão, debate político e ideológico que importa valorizar, e também uma oportunidade de conhecer

neamente de partida». O conjunto vasto de intervenções, abrangendo praticamente todos os aspectos da luta dos trabalhadores e das populações e o papel dos comunistas aos vários níveis e nas várias frentes, assim como, naturalmente, as questões organizativas, disso foi a prova viva, entrecortado aliás pelas resoluções ou moções sobre a **despenalização da interrupção voluntária da gravidez**, a hipótese anunciada da **incineração de resíduos sólidos industriais e perigosos na Sécil** (que a Assembleia reassu-

miu combater), de **solidariedade com a luta dos trabalhadores da Sodica** (ex-Renault), da **Torralt** e dos **Serviços Municipalizados** (pela sua integração no quadro dos trabalhadores da Câmara, consumada a privatização daqueles), a **solidariedade com os povos e a luta juvenil**.

A Comissão Concelhia eleita foi renovada e rejuvenescida, em particular com quadros da JCP e outros jovens comunistas.

Na sua intervenção de encerramento, Jorge Pires situou esta 8ª Assembleia num movimento

mais geral do Partido de reflexão e tomada de medidas organizativas para o reforço do Partido, para e por um Partido mais ligado aos trabalhadores, às massas e à sociedade, e denunciou a inexistência de «uma palavra que fosse sobre o referendo de 28 de Junho» nas palavras dos dirigentes do PS que, horas antes, discursavam no Congresso da Federação Distrital de Setúbal daquele partido. Presente durante os trabalhos da magna reunião dos comunistas de Setúbal esteve o colectivo local de «Os Verdes».



desenvolvimento do trabalho preparatório, no qual as Assembleias Plenárias foram ocasião para a discussão do Projecto de Relatório que, sob o título «Com o PCP Setúbal tem mais futuro», foi objecto de muitas dezenas de propostas de alteração que em geral foram acolhidas e integradas no texto final apresentado aos dele-

de forma mais profunda a organização, as suas debilidades e possibilidades», exortando os militantes de Setúbal à «participação crítica e autocrítica, à mobilização para o reforço do nosso Partido e uma maior intervenção política, social e cultural».

Por outras palavras, «um momento de chegada e simulta-

Montijo analisa últimas autárquicas

Com a participação de Francisco Lopes, membro da Comissão Política e do Secretariado, realizou-se no passado dia 7 de Junho a 7ª Assembleia da Organização Concelhia do Montijo, subordinada ao lema «Com os trabalhadores, reforçar o PCP».

Na mesa que dirigiu os trabalhos, encontravam-se, para além de Francisco Lopes, vários membros da Comissão Concelhia cessante, entre os quais a ex-presidente da Câmara Municipal, Jacinto Ricardo, e ainda Luis Piçarra, do Executivo da Direcção Regional de Setúbal.

A Assembleia, constituída por 62 delegados, discutiu e aprovou por unanimidade uma Resolução Política onde faz o balanço da actividade do

Partido, aborda a situação actual no concelho - nomeadamente as últimas eleições autárquicas e a nova gestão PS - e destaca um conjunto de objectivos orgânicos e prioridades de trabalho, designadamente o reforço da ligação do Partido aos trabalhadores, à juventude, às populações.

A 7ª Assembleia do Montijo elegeu ainda por unanimidade a nova Comissão Concelhia, composta por 27 membros. A encerrar os trabalhos, Francisco Lopes referiu-se aos problemas e lutas em análise, nomeadamente as que se ligam com a deslocação do Cais do Pessegueiro para o Seixalinho, e analisou os aspectos mais marcantes da política de direita do Governo PS e a necessária luta para encontrar uma alternativa de esquerda.

Moita PCP mais forte melhor concelho

Com a presença de 221 delegados, eleitos nas 50 assembleias plenárias e reuniões, e mais de 80 convidados, decorreu no passado dia 7 de Junho, no Cine-Parque da Baixa da Banheira a 6ª Assembleia da Organização Concelhia da Moita.

A Assembleia, que contou com a participação de Luísa Araújo, do Secretariado e da Comissão Política do PCP, constituiu um forte contributo para o reforço da organização e para a intervenção política e social do Partido no concelho.

Em todo o trabalho preparatório - reuniões, acções de propaganda, contactos com militantes, debate dos documentos - foram envolvidos mais de um milhão de militantes comunistas.

Foi assim possível reactivar as células dos trabalhadores da Câmara Municipal da Moita, da Santa Casa da Misericórdia, dos professores e a Organização de Freguesia do Vale da Amoreira, tendo sido eleitos 14 secretariados de zona e localidade da Organização de Freguesia da Moita. O debate e as intervenções na Assembleia centraram-se na situação política e social do concelho, nas lutas dos trabalhadores, nomeadamente dos têxteis, da Petrogal, e das populações que reivindicam mais e melhores serviços de saúde, segurança e redes viárias.

Foi também analisado o papel dos comunistas na dinamização do movimento associativo, dos reformados, das cooperativas de consumo e de habitação.

A acção e intervenção dos comunistas nas autarquias teve também atenção especial, destacando-se o balanço de 23 anos de trabalho realizado e as propostas e linhas de intervenção para ultrapassar deficiências e melhorar o trabalho.

No quadro do reforço orgânico do Partido e no espírito das conclusões da reunião do Comité Central de 14 e 15 de Fevereiro, a Assembleia decidiu realizar até meados do próximo ano assembleias de organização nas freguesias e células em funcionamento, criar células em várias empresas do concelho e apontou como meta o recrutamento de 150 novos militantes até Outubro de 1998. Foi ainda decidido criar diversos organismos e comissões ou grupos de trabalho para o acompanhamento dos fundos, organização e imprensa do Partido. A Assembleia manifestou o seu empenhamento na campanha pelo SIM no referendo sobre a IVG e no combate à ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores.

A nova Comissão Concelhia é agora composta por 41 membros, dos quais 21 são operários, 11 empregados, sete quadros técnicos e intelectuais, um estudante e um desempregado.

Aveiro Ilegalidade na Rilago

Uma situação «atentatória dos mais elementares direitos do trabalho e das liberdades fundamentais dos cidadãos», é como a Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP classifica o que se passa na empresa Rilago, em nota à comunicação social onde manifesta a sua total solidariedade para com as trabalhadoras em luta.

Em 30 de Abril, a empresa Rilago - Indústria e Calçado, Lda., alegando falta de laboração propôs a rescisão "voluntária" do vínculo de trabalho a 50 trabalhadoras, 23 das quais efectivas. Face à recusa das trabalhadoras, foi então proposto a algumas delas um novo trabalho em empresas da zona, com contratos a prazo, desde que assinassem a carta de despedimento.

Entretanto, as trabalhadoras com contrato a prazo foram readmitidas. Às 23 restantes foi-lhes comunicado que entrariam de férias durante 10 dias, a partir de 11 de Maio, situação que não aceitaram, dada a inexistência de qualquer comprovativo e a possibilidade da eventual utilização desse facto como justa causa para despedimento. Como retaliação, estas trabalhadoras ficaram sem trabalho. Não tendo, contudo, recebido subsídio de férias, nem qualquer outra prova de que se encontravam em gozo de férias, as trabalhadoras continuavam a comparecer na empresa.

No dia 12, depois de almoço, os portões da empresa estavam encerrados e vigiados por homens que, face à insistência das trabalhadoras para entrar, espancaram-nas com bastões, murros e pontapés. Duas trabalhadoras foram transportadas de ambulância para o Hospital, com ferimentos.

Entretanto, a empresa instaurou-lhes um processo disciplinar, acusando-as de desestabilização e invasão das instalações durante o período de férias.

As trabalhadoras porém não desistiram e há quase um mês que todos os dias se concentram à porta das instalações. Ao mesmo tempo, segundo consta, a empresa persiste em dar trabalho ao domicílio.

O PCP, apoiando a justa luta das trabalhadoras da Rilago, comunicou a situação à Assembleia da República, através do seu Grupo Parlamentar, a fim de que seja reposta a legalidade.

Bragança Ambiente ameaçado

A propósito da passagem do Dia Mundial do Ambiente, a Direcção da Organização Regional do PCP de Bragança - distrito do País com a maior extensão em Área Protegida -, assinalando o evento, lembra alguns problemas que nesse campo afectam o distrito.

A DORBA chama a atenção para a falta de Planos de Ordenamento, falta de ETAR's e à proliferação de lixeiras. Os principais núcleos urbanos continuam sem planos coerentes de recolha e tratamento de resíduos sólidos; os problemas de poluição persistem no Cachão; a grande quantidade de resíduos tóxicos e explosivos que, à superfície e no subsolo das antigas Minas de Arozelo, fazem perigar a segurança da população local, são outros problemas ambientais que preocupam o PCP em Bragança.

A tudo isto, os comunistas acrescentam as ameaças à região vindas da parte do Governo espanhol e da sua pretensão de instalar em Aldeiadávila um cemitério de Resíduos Nucleares, de construir uma Central Nuclear em Sayago e de levar por diante um Plano Hidrológico que prevê a redução drástica dos caudais dos rios Tuela, Rabaçal e Douro.

Face a este panorama, a DORBA do PCP, no Dia Mundial do Ambiente, exorta as populações à defesa e valorização do «riquíssimo património natural» do distrito.

Cabos Ávila Garantir postos de trabalho

No passado dia 4 de Junho, reuniu a Célula do PCP da empresa Cabos Ávila que discutiu a situação social naquela unidade industrial de Alfragide.

A reunião que foi bastante participada concluiu que os trabalhadores continuam empenhados na luta pela viabilidade da empresa e defesa dos seus postos de trabalho.

Recordando que o Estado é o primeiro credor da Cabos Ávila, a Célula exigiu que o Governo, sem demagogias, assumia sem demora as suas responsabilidades de modo a criar rapidamente condições para a normal laboração da empresa.

Toxicod dependência Fazer recuar o flagelo

Na passada sexta-feira, o PCP apresentou, em conferência de imprensa, um conjunto de propostas de medidas de prevenção da toxicod dependência, e divulgou a sua apreciação da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o controlo de drogas, num documento que aqui publicamos.

Na mesa da conferência estiveram Francisco Lopes, da Comissão Política do PCP, Carlos Gonçalves, do Comité Central e da Comissão Nacional para as Questões da Toxicod dependência e Narcotráfico, António Filipe, do Comité Central, deputado do PCP na AR e da Comissão Nacional para as Questões da Toxicod dependência e Narcotráfico.

No momento em que encerra a Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU destinada aos problemas da Droga, o PCP entende ser oportuno divulgar uma posição sobre as suas resoluções e anunciar algumas medidas a adoptar no nosso país para enfrentar e fazer recuar o flagelo da toxicod dependência.

A Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU é uma realização de grande amplitude, que chama a atenção para a droga como problema mundial de enorme gravidade, que a partir de uma avaliação global e multidisciplinar adianta orientações e medidas, define processos, estabelece compromissos e calendários e que, independentemente de observações críticas a fazer, revela uma maior abrangência e profundidade na observação e resposta ao fenómeno da droga.

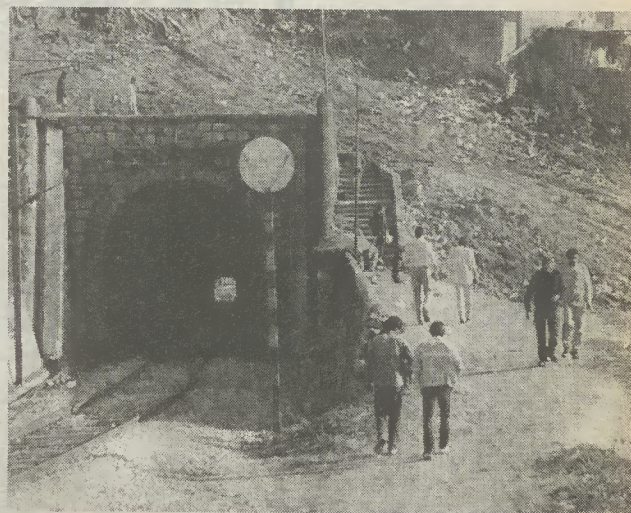
São de destacar, pela abordagem inovadora ou pela prioridade atribuída, aspectos como: a redução da procura; a atenção particular ao problema dos estimulantes tipo anfetaminas; os

compromissos de controlo dos precursores químicos; o apoio ao desenvolvimento alternativo; a ideia de que não estão de um lado os países ditos produtores ou de trânsito e do outro os ditos consumidores; o reforço da cooperação judicial; a atenção ao combate contra o branqueamento de capitais e a recomendação para que o segredo bancário não sirva de protecção aos branqueadores.

Identificar causas

Há, no entanto, aspectos decisivos para enfrentar com êxito estes problemas, em relação aos quais a Assembleia Geral da ONU passou ao lado.

É o caso da identificação das causas sociais que estão na base da explosão do consumo de drogas nas últimas décadas e do seu alargamento a cada vez mais países. Nessa identificação encontram-se características essenciais do capitalismo: a exploração, as injustiças sociais, a miséria, o lucro que cilindra valores fundamentais,



O combate à toxicod dependência passa pela diminuição das injustiças sociais

uma sociedade que em muitos aspectos se organiza de forma cada vez mais nociva para o ser humano. A redução da procura não passa assim apenas por programas de informação ou controlo das drogas, exige alterações profundas na própria organização da sociedade.

No mesmo sentido se coloca, para além do anunciado apoio a países produtores para a substituição de culturas, a necessidade de uma nova ordem mundial, de travar e inverter orientações dominantes de desregulamentação e liberalização da actividade económica, de pôr fim às trocas desiguais e à dependência, de penalizar os capitais especulativos e de privilegiar a actividade produtiva, de perdoar a dívida externa dos países em vias de desenvolvimento e promover decididamente as suas produções tradicionais e o seu desenvolvimento global.

A Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU é um contributo para uma acção

mais alargada e mais eficaz. Mas, evitando políticas de ingerência e dominação de povos e países, é absolutamente vital que as resoluções agora aprovadas tenham uma efectiva implementação e que, vencendo hipocrisias e cumplicidades, algumas a alto nível no plano financeiro, económico e político, seja garantida uma intervenção com real vontade política, para atacar o coração dos interesses da droga, para confiscar lucros e bens ilegítimos e eliminar o poder dos que beneficiam do tráfico de droga.

Em Portugal, face à dimensão alarmante da toxicod dependência e à insuficiência de meios e de resultados, é indispensável acompanhar o alerta e a dinâmica da acção que resulta da Sessão Extraordinária da Assembleia Geral da ONU, para definir, aprofundar e concretizar orientações que permitam o salto qualitativo necessário na resposta à toxicod dependência.

Iniciativa legislativa do PCP

Mais eficácia na prevenção primária

Associada à exigência de orientações políticas globais que intervenham para alterar os factores de organização e degradação social que conduzem à toxicod dependência, o PCP considera que uma das principais prioridades de uma política integrada é a adopção de orientações e medidas para o substancial alargamento e reforço da eficácia da prevenção primária, em geral e dirigida a sectores de risco.

É com este objectivo que o PCP anuncia a próxima apresentação na Assembleia da República de um projecto de lei sobre a definição dos princípios gerais da prevenção primária da toxicod dependência e a aprovação de medidas de intervenção em situações de risco e de reinserção social e laboral de toxicod dependentes em recuperação.

Do vasto conjunto de orientações e medidas que o projecto de lei contém destacamos quatro aspectos:

1. A generalização, aprofundamento e reforço da prevenção em meio escolar com: a introdução generalizada, nas actividades curriculares e extra-curriculares dos ensinos básico e

secundário, da temática dos estilos de vida saudáveis e da perigosidade do consumo de substâncias tóxicas; a criação de equipas de apoio à prevenção em meio escolar; a designação, em cada escola do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, de um professor que assumia as funções de coordenação e dinamização das acções de prevenção da toxicod dependência em articulação com toda a comunidade escolar.

2. A superação da quase completa ausência de formação em áreas relacionadas com a toxicod dependência no ensino superior preconizando-se a inclusão de formação específica em matéria de toxicod dependência na definição dos conteúdos

curriculares dos cursos superiores, nomeadamente de medicina, enfermagem, psicologia, ciências sociais e de formação para a docência.

3. A determinação das áreas, bairros, situações ou grupos de risco de expansão epidémica da dependência de drogas, medida da maior importância para dar eficácia à prevenção primária da toxicod dependência. Nesse sentido o PCP propõe não apenas o conceito de "situação, área ou grupo de risco de expansão da toxicod dependência" mas igualmente a adopção de medidas específicas de intervenção: declaração de risco, tipificação da situação; designação de uma equipa técnica responsável pela resposta; elaboração do plano de intervenção global e a dotação dos meios humanos, técnicos e financeiros para uma acção eficaz nesse âmbito.

4. A criação de um dispositivo nacional de centros de apoio em situações de risco confirmado de expansão da

toxicod dependência, baseado em centros de apoio fixos ou móveis. Medida de grande actualidade e urgência, dado que certas áreas e bairros se têm vindo a transformar em hipermercados de droga, e em autênticos guetos onde toxicod dependentes se vão aglomerando em condições infra-humanas, numa situação que exige medidas de excepção no plano da assistência, do apoio social e médico-sanitário, de redução de riscos, sempre com o objectivo de encaminhamento para soluções de tratamento e recuperação. A detecção destas situações de risco confirmado e a adopção de estratégias de intervenção coloca-se como exigência antes de a situação atingir os níveis dramáticos que atingiu no Casal Ventoso.

No quadro de uma política integrada e entre outras iniciativas, este é um contributo a somar ao de outros, num combate que é essencial travar para enfrentar e fazer recuar a toxicod dependência em Portugal e no mundo.

Comunistas do Seixal revitalizam organização

«Firmes nos princípios, unidos na acção, reforçar o Partido» foi o lema da VIII Assembleia da Organização da Célula dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal (CMS), que reuniu, no passado dia 7 de Junho, na Timbre Seixalense, cerca de oito dezenas de comunistas, tendo ainda contado com a presença das camaradas Zózimo Amado, da DORS e responsável pela célula, Manuel Valente, do Comité Central, e Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do Comité Central.

Assembleia em Paio Pires

Mais de quarenta militantes participaram na III Assembleia da Organização da Freguesia de Paio Pires do PCP, a qual decorreu sob o lema *Reforçar o Partido, para Melhor Intervir*, e contou com a presença do camarada Manuel Valente, do Comité Central do PCP. A Assembleia aprovou um plano de objectivos onde se destaca a necessidade de «reforçar a organização e intervenção do Partido na freguesia, de participar activamente em todas as iniciativas do Partido, sejam de âmbito local, concelhio, distrital ou nacional e criar frentes de trabalho para haver uma maior ligação aos trabalhadores, à juventude, às colectividades e aos reformados, bem como aos eleitos das autarquias.

A Comissão de Freguesia agora eleita coloca como principais objectivos lutar para criar uma extensão do Centro de Saúde do Seixal na freguesia e a abertura de um posto dos Correios no Casal do Marco, a melhoria das acessibilidades e transportes

O camarada Manuel Valente chamou a atenção dos militantes da freguesia de Paio Pires para as importantes batalhas políticas que se aproximam e que exigem o esforço de todos, referindo ainda a necessidade da participação de todos na construção e realização da Festa do «Avante!».

Os comunistas da CMS, que aprovaram o *Plano de Trabalho e Objectivos* e elegeram um novo secretariado de 23 membros, 13 homens e 9 mulheres, com uma idade média de 43 anos, reafirmaram o seu firme propósito de revitalizarem a célula, estruturando-se em núcleos, pelo que vão agendar para breve plenários por local de trabalho. A Assembleia fez um levantamento tão exaustivo quanto possível das causas que quase paralisaram a Célula e, por outro lado, congratulou-se pela forte revitalização da mesma, nos últimos meses, e pelo espírito optimista que anima presentemente os camaradas. São prova disso o aumento significativo das vendas do *Avante!* e o *Militante* e o recrutamento de novos militantes. Tudo isto, como se refere nos documentos aprovados, «dá ânimo e confiança para continuar a reforçar e estruturar» a célula da CMS. Não como um fim, «mas como um meio de melhorar a capacidade de resposta dos comunistas e de mais trabalhadores às batalhas que teremos de travar na defesa dos direitos e liberdades alcançados com o 25 de Abril de 1974 e que os sucessivos governos persistem em nos retirar».

Os comunistas da CMS aprovaram como objectivos a serem materializados a curto prazo, entre outros, a distribuição de tarefas e responsabilidades ao

maior número de militantes, funcionamento regular de Célula e dos seus organismos Executivos, o recrutamento de novos militantes, em especial, jovens com menos de 30 anos, a promoção de cursos de formação política e ideológica, a criação de grupos de trabalho de forma a dar respostas a áreas de intervenção específicas da célula, o acompanhamento do trabalho dos comunistas na estrutura sindical, Serviços Sociais e Comissão de Higiene e Segurança e a convocação de reuniões regulares com os quadros técnicos comunistas, a fim de os integrar da melhor forma no trabalho da Célula.

Manuel Valente, por sua vez, referiu o trabalho preparatório da Assembleia Concelhia, marcada para 22 de Novembro. Pôs em evidência certas dificuldades, que serão ultrapassadas com o funcionamento regular da célula; uma maior ligação entre os comunistas eleitos e trabalhadores; uma maior intervenção junto dos trabalhadores e um importante contributo dos trabalhadores em particular dos trabalhadores comunistas para a concretização do Programa Eleitoral da CDU ao serviço das populações.

Concluindo: o PCP precisa dos trabalhadores, os trabalhadores precisam deste partido.

O camarada Jerónimo de Sousa, que participou nos trabalhos da Assembleia, aproveitou a oportunidade para alertar para os perigos decorrentes da política do Governo, nomeadamente, no que respeita à legislação laboral e social, que o Governo poderá tirar de factores que poderão afrouxar a



Assembleia da Célula da CM do Seixal

atenção dos trabalhadores como o «mundial» de futebol, a Expo/98 e as próprias férias. Simultaneamente, apelou à mobilização dos camaradas para as grandes batalhas que se avizinham, como seja a campanha pela despenalização do aborto.

Plenário de eleitos

De acordo com o plano de trabalho aprovado no início do ano a Comissão Concelhia do Seixal promoveu, no dia 6 de Junho, um plenário de eleitos e candidatos comunistas do concelho do Seixal às autárquicas de 97 para fazer um balanço dos seis meses de mandato, definir com mais rigor as orientações para o actual mandato e preparar a Assembleia da Organização Concelhia.

Os comunistas do concelho do Seixal concluíram que estão reunidas as condições e se abrem boas perspectivas para que o Programa Eleitoral maciçamente votado pela população seja plenamente cumprido. Ao mesmo tempo, apontaram medidas para reforçar ainda mais o trabalho dos comunistas nos órgãos do Poder Local, nomeadamente: um maior acompanhamento por parte da estrutura partidária aos colectivos de eleitos municipais e de freguesia, discussão mais regular e aprofundada das questões autárquicas e maior

ligação às populações de modo a possibilitar uma mais vasta intervenção partidária na resolução dos problemas.

Quanto ao trabalho institucional, o plenário traçou como orientação para os eleitos uma mais efectiva aproximação aos trabalhadores autárquicos e à população, a desburocratização e descentralização dos serviços, bem como o melhoramento do atendimento público, da informação e valorização do trabalho realizado e o reforço da democracia participada. Os eleitos, por indicação do plenário, deverão dar toda a atenção às pequenas obras, a par da conclusão dos grandes projectos previstos para o mandato.

Os comunistas vão canalizar os seus esforços para áreas prioritárias de intervenção como a do ambiente, acessibilidades e transportes, cultura e economia. Paralelamente, vão intensificar as suas reivindicações junto da Administração Central, que tem fugido às suas responsabilidades e não tem dado resposta a questões que são da sua exclusiva competência.

No que diz respeito ao trabalho preparatório da Assembleia Concelhia, vão ser agendados diversos plenários de organizações do Partido e auscultados o Movimento Associativo e as instituições para uma melhor definição dos objectivos da Assembleia na defesa dos interesses de todos e do concelho.

CAMARADAS FALECIDOS

António Francisco Martins

Faleceu, com 83 anos, o camarada António Francisco Martins. Engenheiro reformado, residia em Paranhos (Porto), onde estava organizado. Velho lutador e democrata deixou saudades em todos que com ele conviviam.

Arnaldo António Gomes Assucena

Faleceu no dia 8 de Junho, com 78 anos de idade, o camarada Arnaldo António Gomes Assucena, de Carcavelos, onde esteve organizado. Actualmente militava na freguesia de S. Jorge de Arroios, em Lisboa. Foi activista sindical no sector dos bancários.

Eduardo Benite da Silva

Com 56 anos, faleceu no dia 6 de Junho, o camarada Eduardo Benite da Silva, de Alverca do Ribatejo onde estava organizado. Foi trabalhador da ex-Mague, onde desenvolveu uma luta muito activa.

Hermenegildo Veríssimo Gonçalves

Também em Alverca do Ribatejo, faleceu no dia 3 de Junho, com 66 anos de idade, o camarada Hermenegildo Veríssimo Gonçalves. Pertencia à Comissão Local do Bom Sucesso.

Maria Lucília de Jesus

Faleceu, no passado dia 4 de Junho, com 71 anos de idade, a camarada Maria Lucília de Jesus, residente em Almada, onde estava organizada.

Maria de Jesus Soares

Faleceu, no passado dia 9 de Junho, com 77 anos de idade, a camarada Maria de Jesus Soares, da célula dos CTT.

Com uma vida militante intensa até ao limite das suas forças, realizou e assumiu várias responsabilidades nas actividades do Centro de Trabalho Vitória, na célula dois CTT e no Sector Público da Organização Regional de Lisboa.

De todas as tarefas partidárias a que se entregou sempre com o maior empenho, foram as de organização e de ligação aos membros do Partido as que mais atenção lhe mereceram, possuindo uma rara capacidade para sensibilizar aqueles com quem contactava para a importância do papel activo e militante que cada um deles podia desempenhar.

A sua postura solidária e frontal granjeou-lhe forte amizade junto de camaradas e colegas de trabalho que com ela conviviam. O seu funeral, no qual participou António Andrez, membro da Comissão Política, constituiu uma última e expressiva homenagem prestada por muitos amigos e camaradas.

Miguel Alves Gomes

Faleceu recentemente, com 74 anos de idade, o camarada Miguel Alves Gomes. Membro da célula da EPAC teve participação destacada na primeira Comissão Coordenadora de Trabalhadores, então ainda da CAL, logo após o 25 de Abril. Desenvolveu também actividade sindical, tendo sido delegado do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa.

Salvador Antunes Soares Pacheco

Faleceu, no dia 13 de Junho, o camarada Salvador Antunes Soares Pacheco. Estava organizado na freguesia de Vialonga, onde militava desde 1977.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos do colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Lisnave/Gestenave Uma Célula reforçada

A 7ª Assembleia de Organização da Célula da Lisnave-Gestenave constituiu um momento de reflexão e debate e traçou as orientações de trabalho para o reforço da organização e intervenção junto dos trabalhadores.

O plano de destruição da Lisnave que levou à constituição de duas empresas, mereceu desde o início uma forte reacção por parte dos trabalhadores e demonstrou a grande capacidade de intervenção da Célula, que superando as dificuldades conseguiu sempre mobilizar os trabalhadores para a tomada de posições certas na altura certa e para a luta em defesa dos direitos e da sua unidade.

Respondendo à intensificação, agressividade e

sofisticação da ofensiva ideológica por parte da administração e do Governo, a Célula travou uma grande batalha e foi com orgulho que os comunistas da Lisnave e Gestenave afirmaram na Assembleia: «vencemos!». Hoje o Partido e as suas mensagens têm grande receptividade no seio dos trabalhadores e a administração e o Governo não conseguiriam diminuir a o papel da Célula na vida da empresa.

Foi esta dinâmica que marcou o almoço de confraternização que a Célula promoveu na Quinta da Atalaia, que juntou duas centenas de pessoas e contou com a presença de Jerónimo de Sousa.

No convívio juntaram-se camaradas e amigos que estão no activo e que saíram das empresas; recordaram anos de trabalho e de luta; reviveram tempos passados e discutiram o presente.

Apesar da redução de efectivos na empresa e da correspondente diminuição dos seus membros, a Célula mantém uma actividade diária e constante. Como afirmou um camarada no almoço «a chave deste grande segredo é o facto de estar permanentemente ligada aos trabalhadores e saber assimilar a sua experiência e sabedoria».



Fortalecer o Partido é o desafio lançado pela 7ª Assembleia da Lisnave

Lei das incompatibilidades



PS, PSD e PP aprovaram na semana transacta um

relatório que aponta para a revisão da lei das incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e para a mudança da composição da Comissão de Ética. O texto, que mereceu a oposição do deputado comunista António Filipe, foi elaborado com o objectivo de resolver o conflito de competências - artificial na perspectiva da bancada do PCP - que há mais de ano e meio opõe as comissões parlamentares de Assuntos Constitucionais e de Ética.

De acordo com o relatório, todas as competências para a fiscalização dos mandatos dos deputados são atribuídas à Comissão Parlamentar de Ética, que passa também a ter uma composição diferente. Em vez da actual situação de paridade (um representante de cada grupo parlamentar), a Comissão de Ética passará a ter uma representação proporcional ao peso de cada bancada. Para António Filipe, o conflito artificial entre as duas comissões parlamentares visou a mudança da composição da Comissão de Ética e a alteração da lei das incompatibilidades, objectivos já claramente presentes no relatório elaborado pelo deputado do PSD Guilherme Silva. O deputado do PCP não concorda com o fim do carácter paritário da Comissão Parlamentar de Ética, entendendo, simultaneamente, que o grupo de trabalho em que participou nunca deveria ter assumido a tarefa de propor alterações à lei das incompatibilidades.

Licença de maternidade e paternidade



A Assembleia da República deverá analisar no próximo

dia 29 um projecto de lei do Partido Ecologista Os Verdes (PEV) que pretende conferir aos deputados o direito do exercício da licença de maternidade e paternidade. Socorrendo-se do seu direito de agendamento potestativo, "Os Verdes" confiam numa votação favorável do diploma, que justificam pela importância do tema. Em sua opinião, é inaceitável que a situação de licença de maternidade e paternidade não esteja contemplada no estatuto dos deputados. "É preciso criar todas as condições para fomentar a participação das mulheres nos órgãos políticos, o que passa necessariamente pela incrementação de medidas positivas favoráveis a essa participação, de modo a garantir que as mulheres não percam direitos pelo facto de participarem politicamente", refere a exposição de motivos do diploma apresentado pelo PEV.

Finanças Locais Por uma lei que fortaleça o Poder Local

A Assembleia da República aprovou, na generalidade, a proposta de lei do Governo sobre Finanças Locais. O diploma foi viabilizado com os votos favoráveis da bancada socialista e com as abstenções do PSD e do PCP. O Grupo Parlamentar do PP votou contra. Não deixando de reconhecer alguma melhoria no conteúdo das propostas do Governo, a bancada comunista manteve uma postura crítica ao longo do debate, pondo em relevo o que considerou serem as claras insuficiências da proposta de lei.

A admissão por parte de João Cravinho de que eram justas e fundamentadas algumas das críticas oriundas da bancada do PCP e a abertura por si revelada já no final do debate para em sede de especialidade promover uma aproximação capaz de responder às preocupações levantadas, justificaram, de certa maneira, a abstenção dos parlamentares comunistas.

"O Governo quer um amplo e rápido consenso com todas as forças políticas com representação parlamentar, tendo em vista a aprovação de uma nova Lei das Finanças Locais até 30 de Junho", disse o ministro do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território.

O PSD, apesar de ter contribuído para viabilizar a segunda versão da proposta de Lei de Finanças Locais do Governo, também não poupou críticas, acusando o PS de incumprimento da promessa de duplicar as transferências de dinheiro para as autarquias no período de quatro anos.

O PP, por seu lado, justificou o voto contra com o argumento de que o texto concede "menos autonomia para o Poder Local".

Neste contexto, parecem assim estar criadas condições para que uma nova Lei das Finanças Locais seja aprovada, em votação final global, até ao final do corrente mês, como aliás tem defendido o PCP.

Uma lei que, como salientou Luís Sá, "contribua para fortalecer o Poder Local", "seja instrumento de justiça e de desenvolvimento", contribuindo simultaneamente para a "qualidade de vida e para realizar os direitos das populações".

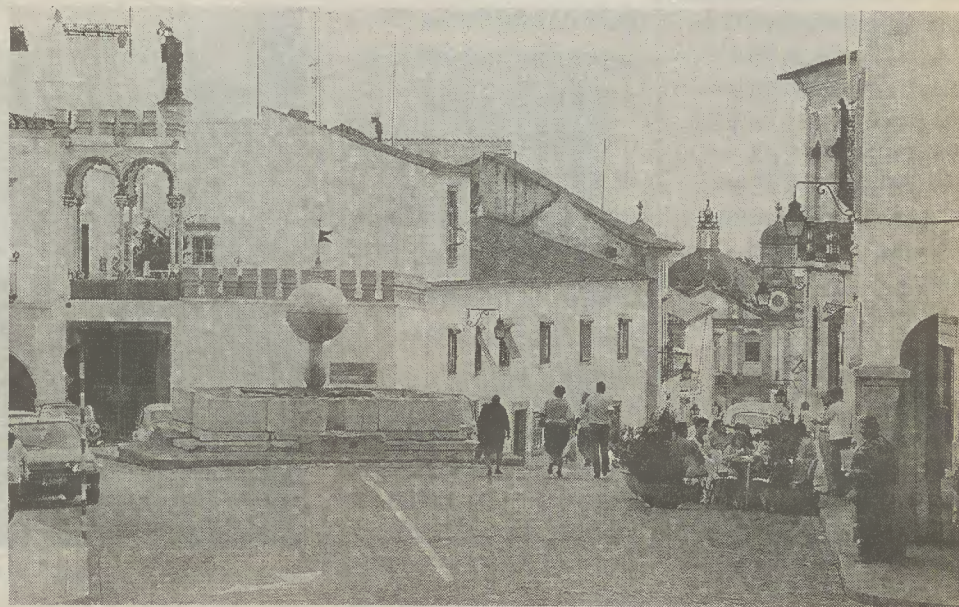
Para que esse objectivo seja alcançado, importa, entretanto, que em debate na especialidade, as insuficiências e os aspectos negativos da proposta de lei possam ser corrigidos. Para eles chamou a atenção Luís Sá, lembrando, desde logo, no que se refere às verbas a transferir, o facto de o novo texto continuar "longe de caminhar para a recuperação da capacidade financeira do Poder Local, afectada pelo incumprimento da Lei de Finanças Locais".

Com efeito, embora a repartição financeira entre a administração central e local assente na média aritmética do IRS, IRC e IVA - fórmula que merece a concordância da bancada comunista -, a verdade é que a percentagem está longe de garantir a

recuperação, como sublinhou Luís Sá, que reclamou o seu aumento para valores superiores aos 33,5 por cento propostos.

Esta exigência, em sua opinião, é perfeitamente "realista", uma vez que, explicou, "não implica a necessidade de aumento da carga fiscal e, se for essa a preocupação do Governo, "nem sequer comprometerá os objectivos de convergência europeia".

O facto de a proposta de lei não garantir o "aprofundamento do carácter redistributivo do volume de transferências", constitui outra das críticas formuladas por Luís Sá, que se manifestou igualmente preocupado com os critérios adoptados para a "distribuição de verbas entre receitas correntes e receitas de capital".



Os comunistas lutam por uma Lei de Finanças Locais que seja um instrumento de justiça e desenvolvimento

"A concretizar-se esta proposta existiriam 154 concelhos cuja receita diminuiria num montante total de 9,2 milhões de contos. Existem mesmo concelhos onde essa redução nas transferências correntes ultrapassaria os 20 por cento. Em Penafiel é mesmo de 46,5 por cento", alertou Luís Sá, para quem esta drástica redução, a concretizar-se, "teria efeitos profundamente desestabilizadores, particularmente em matéria de trabalhadores das autarquias".

No entender da bancada comunista - e estas são outras tantas preocupações que serão objecto de propostas suas em sede de especialidade -, sempre que o Governo decida conceder benefícios fiscais os municípios devem ser compensados, do mesmo modo que o "regime de crédito deve merecer adequada ponderação, tendo em conta as suas largas incidências na gestão das autarquias".

Defendido pela bancada do

PCP, de acordo com Luís Sá, é ainda o princípio de que a retenção de transferências para pagamento de dívidas não ultrapasse os 10 por cento, entendendo, por último, que a regulamentação dos contratos-programa deve assegurar que estes "só existam para o poder central participar em obras do poder local", nunca podendo servir, "por mecanismos de chantagem, para o poder local financiar o poder central".

Direitos dos militares

PCP quer acabar com restrições injustas

O regime de exercício de direitos fundamentais pelos militares esteve em debate no Parlamento. A discussão foi suscitada por um projecto de lei do PCP visando alterar, designadamente, a limitação vigente quanto ao direito de associação dos militares. O diploma baixou à comissão, sem votação, onde aguardará por uma proposta de lei do Governo sobre a matéria.

Em causa está, sobretudo, o polémico artigo 31º da Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, aprovado em 1982, o qual, no entender da bancada comunista, impõe "excessivas, injustas e desproporcionadas" restrições. Essas restrições incidem no plano dos direitos de associação, petição colectiva, expressão, reunião, manifestação e capacidade eleitoral passiva.

Foram várias as razões invocadas por João Amaral para justificar as "reformulações urgentes" propostas pela sua bancada. Desde logo, assinalou, está o facto de o legislador do artigo 31º não ter observado, no plano material, "dois princípios jurídicos fundamentais". Em sua opinião, esquecido foi que o "princípio que rege a ordem jurídica portuguesa quanto ao exercício de direitos é o da plenitude desse exercício". Significa isto que a Constituição e o regime democrático "não desconfiam dos direitos fundamentais, assumem-nos pela positiva, com confiança", ao contrário de toda a lógica do artigo 31º que, sustentou, "é a da desconfiança, a do temor, a da negação".

O segundo princípio que na perspectiva de João Amaral foi também esquecido diz respeito ao artigo 18º n.º 2 e 3, segundo o qual "as restrições de direitos não podem ser excessivas, devem limitar-se ao necessário, devem ser proporcionais e não devem nunca descaracterizar o conteúdo essencial dos direitos que restringem". Ora, lembrou João Amaral, "estes princípios têm expressão no próprio artigo 270º, que só permite restrições «na estrita medida das exigências das suas funções próprias»".

Resulta claro, pois, que as restrições impostas pelo artigo 31º "não podem deixar de ser consideradas excessivas", no entender de João Amaral, que, entre os vários exemplos por si citados, referiu a proibição pura e simples de apresentação de petições colectivas, quando é certo que o artigo 270º da Constituição só permite restrições e não proibições de exercício de direitos.

Recordado por João Amaral foi ainda o contexto político em que se deu a aprovação do artigo 31º e que ajuda a compreender as razões pelas quais este é, do seu ponto de vista, um artigo que traduz "uma espécie de «vingança servida a frio», um acto de revanche, de profunda desconfiança dos militares, particularmente dos que mantinham vivos os ideais do 25 de Abril".

É que, lembrou, estava-se em 1982, quando o poder político resolveu extinguir o Conselho da Revolução e acabar com a intervenção dos militares e mandá-los para os quartéis. "O artigo 31º nasce de um confronto político, com o poder político determinado em calar os militares, impondo-lhes mesmo um estatuto diminuído de cidadania", sublinhou João Amaral, explicando assim por que é que em sua opinião ele "nasceu torto".

Passados 16 anos sobre a aprovação do artigo 31º, quando o tempo se encarregou já de apagar as "razões conjunturais de política" que estiveram na sua génese, quando "o mundo é outro" e Portugal também mudou profundamente, é, por conseguinte, mais que tempo, como sublinhou o deputado do PCP, "para acabar com o seu carácter antidireitos e dar-lhe uma feição mais democrática e mais consentânea com os nossos tempos".

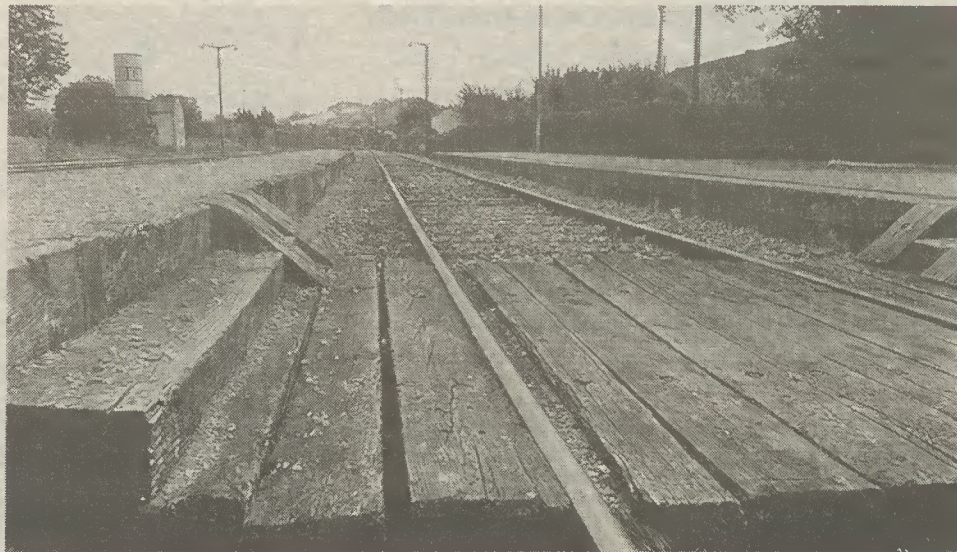
Tanto mais que, desde então para cá, acrescentou, foram ainda aprovadas duas resoluções no quadro das instituições europeias, recomendando, qualquer delas, a consagração nas legislações nacionais da permissão de os militares terem o direito de criarem associações profissionais.

É, pois, nesse sentido que vai a alteração proposta pelo PCP, ao preconizar não apenas associações profissionais com competência deontológica - como hoje a lei só admite -, mas a constituição de associações profissionais com poderes de representação.

Desmontado por João Amaral foi ainda, por último, o argumento dos que acusam a proposta comunista de ser uma fonte de indisciplina. Considerando-o "caricato e injurioso", explicou porque: "caricato, porque a proposta do PCP corresponde a uma realidade de outros países da NATO, que não conta que tenham Forças Armadas pouco eficazes; injurioso, porque isso é fazer dos nossos militares uns irresponsáveis, é querer amarrá-los a um estatuto de cidadãos de segunda".

TRABALHADORES

Repetiu-se forte adesão no dia 12 Amanhã a CP pode voltar a parar



Os ferroviários, em unidade, optam pelo caminho da luta com resultados

Foram requisitados 294 autocarros, segundo o porta-voz da CP, para tentarem suprir as ligações suburbanas em Lisboa, Porto e Coimbra, afectadas pela forte adesão dos ferroviários à greve da passada sexta-feira.

Tal como no dia 29 de Maio, a paralisação quase total foi tão evidente que nem pôde ser contestada. O Governo e o Conselho de Gerência da CP (e as administrações da Refer e Emef) têm presente a forte contestação que a sua política está a ter entre os trabalhadores da ferrovia nacional e, em resultado desta nova greve, convocaram para ontem uma reunião com a FSTFP/CGTP. A federação mais representativa do pessoal do sector, não menosprezando a importância que a reunião poderia ter, manteve, no entanto, o pré-aviso de greve para amanhã.

Não será certamente indiferente a esta atitude o facto de, confrontado com a marcação das greves, o CG da CP ter convocado os sindicatos e a federação «para uma série de reuniões com o objectivo claro de suspender a luta, não avançando absolutamente nada relativamente às grandes questões», como acusava o Sindicato dos Ferroviários do Centro num comunicado em que apelava à paralisação no dia 12.

O sindicato notava ainda que o CG, naquelas reuniões,

«disponibilizou 200 a 300 mil contos para o subsídio de refeição e para tímidas alterações de alguns índices escalonares (defendemos que devem ser imediatamente aplicados), dando-nos razão quando, na altura do fecho das negociações do Acordo de Empresa por parte de outros sindicatos, afirmámos

que se podia e devia ir mais longe».

Além dos aumentos salariais, que se ficaram pelos 3 por cento, a FSTFP e os sindicatos querem acabar com situações de discriminação na atribuição de prémios e nas avaliações profissionais e exigem o início de negociações de um regulamento de carrei-

ras que já deveria estar acordado em 1996.

Manifestando total apoio à luta, o organismo dos Ferroviários da DOR do Porto do PCP considerou as elevadas adesões às greves como expressão de «uma enorme vontade de defender direitos conquistados e que se encontram ameaçados».

Cães-polícia contra camionistas

A greve de motoristas de pesados marcada para segunda-feira foi suspensa pela FESTRU/CGTP, que denunciou pressões e violência por parte da GNR, em Vilar Formoso. Amável Alves referiu aos jornalistas que, durante a madrugada, foram intimidados camionistas e dois destes foram mesmo mordidos por cães-polícia. Sublinhou que a suspensão da greve não quer dizer que a razão dos trabalhadores não se mantenha nem que a FESTRU desista de

reivindicar melhores condições de trabalho, sociais e salariais. Amanhã são retomadas negociações com as associações patronais, e os sindicalistas admitem novo recurso à luta.

O comandante distrital da Guarda da GNR disse à Lusa que houve «incitação» dos cães pelos manifestantes, daí a resposta destes. Não chegou a dizer que algum dos motoristas tenha mordido um cão. Talvez para a próxima...

Hotelaria do Norte recorre ao protesto bilingue

O Sindicato da Hotelaria do Norte decidiu iniciar segunda-feira acções de protesto junto das principais unidades hoteleiras e de restauração da região, em protesto contra o fim do direito à alimentação.

As acções de luta anunciadas na semana passada, no Porto, incluem a concentração de dirigentes e delegados sindicais à porta dos estabelecimentos hoteleiros e de restauração, onde um carro de som explicará, em inglês e português, as razões do protesto. O sindicato admitiu, segundo a Lusa, que as formas de luta poderão assumir outros contornos durante a Cimeira Ibero-Americana, que se realiza em Outubro, no Porto.

A decisão do sindicato foi tomada na sequência da ruptura, no dia 1 de Junho, das negociações para a revisão do contrato colectivo de trabalho, onde a associação patronal manifestou a intenção de retirar aos trabalhadores o direito à alimentação, o que levou o sindicato a requerer a passagem à fase de conciliação, com intervenção do Ministério do Trabalho.

Sheraton

Os trabalhadores do Hotel Sheraton de Lisboa, que aderiram a 95 por cento à greve de 7 e 8 de Junho por melhores salários, obtiveram da administração o compromisso de apresentação de uma proposta

até dia 16 (anteontem). Nesta data os trabalhadores decidiram ou não novas paralisações, na sua luta por um aumento salarial de quatro por cento e a extensão de sete para oito dias do prémio da Páscoa, atribuído anualmente.

Rodolfo Caseiro, dirigente do Sindicato da Hotelaria do Sul, frisou à Lusa que se mantêm as greves marcadas para hoje, nos quatro hotéis Tivoli (Tivoli Lisboa, Tivoli Jardim, Tivoli Sintra e Tivoli Seteais) e no Hotel Ritz. Para o sindicato, as melhorias salariais reivindicadas justificam-se, quer pelas baixas remunerações praticadas no sector, quer pelos lucros extraordinários que as empresas estão actualmente a arrecadar.

Torraltá

Também a administração da Torralta continuava a mostrar resistência face às reivindicações dos trabalhadores, quer quanto a actualizações salariais, quer em relação a outras cláusulas do Acordo de Empresa com expressão pecuniária. Após uma reunião realizada com a administração no dia 8, Joaquim Pires, da comissão negociadora sindical, deu conta do impasse verificado e acrescentou que a administração continua a querer aplicar as mesmas tabelas a todos os complexos turísticos, o que significaria um retrocesso face ao AE assinado em 1986. Ficaram entretanto marcadas novas reuniões para dia 20, na sede da Torralta, em Lisboa, e dia 26, em Tróia.

SUCH na rua

Vão manifestar-se hoje em Coimbra os trabalhadores das lavandarias e incineração dos Serviços de Utilização Comum dos Hospitais da Zona Centro (Universidade de Coimbra, Tocha e Viseu), reclamando aumentos salariais e dos subsídios de alimentação e de trabalho nocturno, bem como de um prémio de produtividade que está a ser recusado devido à greve efectuada a 25 de Maio. O Sindicato da Hotelaria do Centro anunciou ainda que está convocada greve para segunda e terça-feira, acrescentando que a manifestação de hoje se insere também nos protestos contra as alterações que o Governo pretende introduzir nas leis laborais e na Segurança Social.

Vale do Garrão

Uma trabalhadora de origem cabo-verdiana está a ser discriminada pelo administrador do aldeamento turístico do Vale do Garrão, que desde 1 de Maio decidiu atribuir a todas as trabalhadoras a classificação de «empregadas de andares», de acordo com as suas funções reais. Bernardina Moreno, no entanto, não foi abrangida pela reclassificação e está, desde 28 de Maio, «posta de castigo isolada das suas colegas e fora do contacto dos clientes», denunciou o Sindicato da Hotelaria do Algarve, que acusa o patrão, Daniel do Adro, de marginalizar aquela trabalhadora, colocando-a mesmo a trabalhar «fora das suas funções habituais e das normas aplicáveis no âmbito da higiene, saúde e segurança no trabalho».

Teima da TMG

O trabalho ao sábado é uma prática que a administração da Têxtil Manuel Gonçalves teima em manter, mesmo depois do acordo e da publicação da lei que reduz os horários para 40 horas semanais em cinco dias, denunciou a União dos Sindicatos de Braga, referindo que a Inspeção Geral do Trabalho «já autuou a empresa e continua diariamente a chamar a atenção desta para as ilegalidades, remetendo os autos para o Tribunal de Trabalho». Numa nota de imprensa divulgada dia 8, um dia depois de uma reunião de trabalhadores em que participou Carvalho da Silva e onde foram decididas acções de luta, a USB/CGTP condena «o silêncio que a maioria da comunicação social faz desta vergonhosa violação dos direitos» e «o silêncio do Governo perante as provocações da administração, em clara submissão ao poder económico».

Agenda 2000

O coordenador nacional da CGTP manifestou «apreensão relativamente ao espaço de manobra com que a Comissão Europeia pretende ficar para gerir os fundos estruturais e para poder fazer chantagem sobre os países». Carvalho da Silva falava à imprensa no final de uma audiência com o Primeiro-Ministro, no dia 9, para informações sobre o Conselho Europeu de Cardiff, do qual «não se esperam grandes decisões».

«Temos preocupações em relação àquilo que pode ficar como indicadores para a discussão da Agenda 2000, quer no que concerne às grandes opções económicas, quer no que concerne aos planos de emprego», referiu. Quanto às grandes opções económicas, «a questão central continua a ser a rentabilidade do capital e, portanto, o facto de tudo ser visto em função da convergência nominal e não da convergência real», observou. Carvalho da Silva, citado pela Lusa, criticou ainda «a insistência dos ministros da economia dos vários países da UE em limitações, quer em relação aos salários, quer a outras matérias relativamente às quais um País como Portugal não pode ficar quieto e calado».

Cabos Ávila

Os trabalhadores continuam unidos e empenhados na luta pela viabilidade da Fábrica de Cabos Ávila e pela garantia dos postos de trabalho, de acordo com a análise feita pela célula do PCP na empresa. Reunidos dia 4, os comunistas dos Cabos Ávila reclamaram que o Governo, como primeiro credor, assumia sem demoras as suas responsabilidades, de modo a criar rapidamente condições que possibilitem a laboração normal da fábrica.

Eurofer

O processo de transição, desde 1 de Junho, deve merecer dos trabalhadores da Eurofer uma grande atenção e um esforço de manutenção da unidade, em defesa dos postos de trabalho, da viabilização da empresa e da melhoria das condições de vida dos trabalhadores - apela a célula do PCP na fábrica do Porto, num comunicado distribuído após o plenário de 30 de Maio. Desde o início de Junho, foi constituída uma nova sociedade com o Grupo Intermet, que assume 50 por cento do capital e a maioria na gestão. O Grupo Jorge de Melo reduz a sua participação para 50 por cento do capital. Os comunistas admitem que o novo projecto poderá ser bom, mas exigem salvaguarda de direitos e vínculos laborais, e transparência na anunciada redução de 80 postos de trabalho (dos actuais 530).

TRABALHADORES

Dyrup

Exigindo aumentos salariais no valor de, pelo menos, 6 mil escudos para cada trabalhador, o pessoal da Dyrup decidiu voltar a recorrer à greve na passada segunda-feira, informou o Sinqifa/CGTP, sublinhando que a resposta dos trabalhadores não poderia ser outra, depois de a direcção da empresa ter ameaçado que os dinamarqueses poderiam chatear-se e levar a fábrica para Espanha.

Iberol/Copaz

A reabertura das empresas e a garantia dos postos de trabalho foi a exigência que uma delegação de trabalhadores da Iberol e Copaz levou, anteontem, ao Ministério da Economia e à administração do Banco Totta & Açores. Segundo o Sinqifa, «os trabalhadores, que em Setembro de 1997 se viram obrigados a recorrer à lei dos salários em atraso, estão cansados de esperar pela reabertura das empresas» e decidiram passar à luta.

Renault

Face aos acordos e compromissos por cumprir, a célula do PCP na fábrica da Renault em Cacia exige «respostas claras» quanto ao futuro. Em comunicado aos trabalhadores, os comunistas da empresa recordam que, enquanto o acordo da administração com o Governo previa a criação de 180 novos empregos, o facto é que desapareceram, nos últimos anos, mais de uma centena de postos de trabalho e a empresa, ao mesmo tempo, passou a recorrer à mão-de-obra externa. Em Setúbal (Sodia), a célula de Cacia constata «que igualmente o acordo e as garantias dados pelo Governo se estão a traduzir, na prática, no despedimento colectivo de 600 camaradas».

Cruz Vermelha

Ainda durante Junho os trabalhadores do Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa poderão voltar à greve, se a administração continuar a recusar-se a negociar a revisão do Acordo de Empresa. O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses e a Federação da Hotelaria (Feshot/CGTP) admitem ainda que o conflito possa ser desbloqueado, se a administração subscrever o compromisso de que as negociações serão iniciadas logo que seja registada a nova Sociedade Gestora Hospitalar, SA.

Conferência da CGTP rejeita cedências ao capital financeiro

Aumento imediato da pensão mínima

A CGTP-IN reivindica um aumento intercalar imediato de dois mil escudos da pensão mínima, para colocar o seu valor, no final do ano, em 65 por cento do salário mínimo nacional.

Maria do Carmo Tavares - falando à Agência Lusa no final da Conferência Nacional sobre Segurança Social, que a CGTP realizou no dia 6 em Lisboa, considerou que «a etapa de igualar a pensão mínima ao salário mínimo terá de vir depois progressivamente».

Na conferência, foi rejeitada a proposta do Governo sobre reforma da Segurança Social, apresentada recentemente na Assembleia da República e que, segundo a dirigente que responde por este pelouro na Comissão Executiva da CGTP, «apresenta graves cedências ao patronato e ao sistema financeiro». Maria do Carmo

Tavares referiu, em especial, a imposição de um «tecto» para as contribuições e as pensões, que entregaria às seguradoras privadas uma valiosa parte do actual sistema, e as medidas selectivas que iriam privilegiar a atribuição de pensões segundo os rendimentos familiares declarados ao fisco, em detrimento dos descontos pagos.

Na proposta global reivindicativa da conferência, a CGTP-IN preconiza o aperfeiçoamento e melhoria da Segurança Social, através de uma reforma financeira profunda e alterações na organização e gestão, bem como uma melho-



ria dos sistemas complementares.

A CGTP considera «uma fraude» a proposta do PP, pois os 53 contos que hoje correspondem ao valor líquido do salário mínimo nacional só seriam aplicados à pensão mínima em 2005, e desde que o trabalhador tivesse mais de 16 anos de contribuições.

Mais grave é, para a central, o facto de o PP não dizer que todas as pensões acima da mínima passariam para o sector privado.

Na Conferência estiveram 350 delegados representando sindicatos, federações sectoriais e uniões distritais da CGTP-IN e ainda sindicatos não filiados.

A Segurança Social é paga com os descontos de quem trabalha, sublinha a CGTP

Jornada nacional de luta

Contra piores leis laborais por melhor Segurança Social

Para hoje, em Lisboa, a partir das 15 horas, está convocada uma concentração na Praça do Comércio, que depois se dirige até à Assembleia da República. No sábado, a partir das 15.30, tem lugar uma manifestação de protesto na Praça da Batalha, no Porto. Estão ainda marcadas acções sindicais, para hoje, em Faro, Coimbra, Évora, Braga, Santarém e Vila Real e, para sábado, em Espinho e Leiria.

As estruturas da CGTP estão a preparar para estes dias outras acções noutros distritos (dia 26, em Guimarães e Castelo Branco), numa iniciativa que tem por objectivo expressar o descontentamento e o repúdio dos trabalhadores face aos conhecidos projectos de alteração de leis laborais e de reforma da Segurança Social.

Favor ao patronato

No que respeita às alterações de legislação laboral, a CGTP recusa o alargamento do trabalho a tempo parcial, em moldes que prejudicam a estabilidade, os salários e os direitos dos trabalhadores, enquanto privilegiavam os patrões com novas

isenções de descontos. Para a *Inter*, este é um favor que o Governo quer fazer ao patronato, por antecipação à futura redução dos horários de trabalho, uma vez que permite que esta seja feita com redução de salários.

A retribuição do trabalho, na versão pretendida pelo Governo, iria alargar a parte variável do salário, pondo em causa o carácter regular e periódico deste e possibilitando reduções nos

subsídios de Natal e férias, no pagamento de feriados, folgas e baixas, nas prestações sociais e, mais tarde, nas pensões de reforma.

A redução dos encargos patronais e o agravamento dos custos suportados pela Segurança Social (dos actuais 50 para 70, ou mesmo para 85 por cento!) é o objectivo do Governo patente nas alterações ao regime do *lay-off*.

Passada esta primeira leva, ainda serão apresentados, até

Julho, projecto sobre férias (fazendo a sua duração depender da assiduidade e admitindo que possam ser reduzidas para 10 dias úteis por ano, contra os actuais 22), contratos a prazo (passando a sua duração máxima de 3 para 4 anos), trabalho nocturno (reduzindo o período actualmente abrangido e o correspondente subsídio) e a participação patronal na elaboração de leis do Trabalho.

Supermercados «mosqueteiros» não devem ter facilidades

O Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal solicitou à Inspecção Geral do Trabalho uma intervenção junto da cadeia francesa de supermercados Intermarché e Ecomarché - conhecidos como «os mosqueteiros» - que acusa de não cumprir a legislação laboral.

Em conferência de Imprensa que deu na semana passada, o CESP/CGTP-IN disse que vai alertar os responsáveis municipais de todos os concelhos onde já existem ou vão abrir este ano novas lojas dessa cadeia para que não lhes concedam facilidades sem se assegurarem previamente de que não haverá ilegalidades no seu funcionamento.

Os sindicatos agora integrados no CESP já anteriormente desenvolveram contactos com os responsáveis de vários destes supermercados, procurando solucionar os problemas, mas - afirmam, citados pela Lusa - «o único resul-

tado foi a perseguição e despedimento de trabalhadores que julgavam estarem sindicalizados ou, pelo menos, informados dos seus direitos».

Os dirigentes sindicais distribuíram uma lista exaustiva de dezasseis violações da legislação laboral que acusam os supermercados de cometer. Dessa lista destacam-se os horários de trabalho não conformes à lei, o não cumprimento das normas de higiene e segurança, a não aplicação do contrato colectivo do sector, o não respeito pelas funções das várias categorias profissionais e perseguição a sindicalistas.

Para o CESP, a cadeia «os mosqueteiros», pelo seu comportamento social marginal, «mais parece uma seita instalada em Portugal, cujos feriados nacionais não respeita, pois só reconhece como feriado o Dia Nacional da França».

Feriados parados

Os trabalhadores dos museus, palácios e sítios de interesse arqueológico dependentes dos institutos portugueses dos Museus (IPM) e do Património Arquitectónico (IPPAR) estiveram em greve nacional nos feriados de quarta e quinta-feira. Além dos feriados nacionais de 10 e 11 de Junho, aqueles trabalhadores - cerca de 300 - decidiram fazer greves locais em todos os feriados municipais até ao final deste ano. Esta é uma forma de protesto pela falta de resposta do Ministério da Cultura às reivindicações dos trabalhadores, refere um comunicado da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, que acusa o MC de não ter feito qualquer diligência no sentido de negociar com os representantes dos trabalhadores nem aprovar um projecto de reestruturação das carreiras profissionais, específicas do IPM e do IPPAR, que foi elaborado em 1995.

Natureza por vigiar

Guardas e vigilantes da natureza concentraram-se, durante a greve de segunda-feira, junto à residência oficial do Primeiro-Ministro, reclamando a intervenção de Guterres para uma resposta positiva às suas reivindicações.

Paulo Trindade, da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, criticou, em declarações à Lusa, o «impasse e falta de respeito com que estão a ser tratados os trabalhadores» e alertou para a forma como «não é protegida a natureza».

No dia 16, iniciou-se uma greve à realização de horas extraordinárias, que se prolonga até Setembro. Paulo Trindade adiantou que, se não houver nenhum avanço neste processo até ao fim do mês, será marcada nova greve para os dias 1 de Julho, na zona Norte do País, 2 de Julho, na zona Centro, e 3 de Julho, na zona Sul, conforme decisão tomada no 2º Encontro Nacional de Guardas e Vigilantes da Natureza.

O Ministério do Ambiente tem ao seu serviço 300 guardas e vigilantes da natureza, o que a FNSFP/CGTP considera manifestamente insuficiente para garantir a fiscalização da pesca nos rios, das construções nas margens, da qualidade das águas, dos furos efectuados para a obtenção de água, bem como a protecção da fauna e flora e a detecção de fogos florestais. Os guardas também desempenham funções pedagógicas, acompanhando visitas guiadas aos parques naturais, e fiscalizam a caça.

1.ªs Jornadas da Olivicultura

Os olivicultores de Trás-os-Montes, região onde se produz cerca de 30% do azeite nacional, reuniram-se em Mirandela, dia 22 de Maio, para debater a oliveira e o azeite.

Nestas primeiras jornadas de Olivicultura da Terra Quente – promovidas pela ADAB, Associação Distrital dos Agricultores de Bragança – o lema foi “A Oliveira e o Azeite – Plano Nacional de Olivicultura – suas implicações para Trás-os-Montes – vale a pena investir no olival?”

Mais de 500 participantes agricultores, técnicos e autarcas analisaram os problemas que se colocam à COM – Organização do Comércio Mundial do Azeite e as suas repercussões na produção de azeite em Trás-os-Montes.

Um dos aspectos mais discutidos centrou-se nas propostas, surgidas na União Europeia, de substituição das ajudas à produção pelo subsídio por árvore. Uma medida que penalizaria os produtores que tratam devidamente do olival, que fizeram investimentos nos últimos anos e que poderá contribuir para a desertificação e o desequilíbrio do meio ambiente.

Depois de um debate muito vivo e participado foi aprovada uma proposta de conclusões que, no essencial, se reporta a seis pontos:

1. Manutenção da ajuda à produção nos moldes actuais;

2. Alertar para as dificuldades de aumento do plantio da oliveira do tipo cobrançoso, cujo volume pode vir a prejudicar as

características do azeite transmontano;

3. A manutenção de diferenciação entre pequenos e grandes olivicultores;

4. A não eliminação de ajuda ao consumo, antes a sua alteração, ou seja, ajuda ao consumo atribuído aos agrupamentos de produtores, reconhecidos e a reconhecer, como maior garantia de genuinidade do produto e da cadeia de produção, e a ajuda ao consumo aplicada apenas nas unidades embaladoras e escaladas em zonas demarcadas de produção do olival.

5. Manutenção do mecanismo de intervenção no mercado;

6. Apoio à produção de azeitona de mesa, do tipo negrinha, de Trás-os-Montes, com a consequente atribuição de denominação de origem.

Sim pela Tolerância abre campanha em Lisboa

O Movimento Sim pela Tolerância abriu a campanha eleitoral para o referendo do próximo dia 28, sobre a despenalização da IVG, com uma sessão que se realizou, na noite da passada segunda-feira, no Fórum Lisboa.

Intervieram na sessão os mandatários Sérgio Sousa Pinto, Alexandra Dourado, Diana Andringa, João Amaral, Luísa Amorim, Fernando Rosas, Margarida Botelho e Helena Roseta.

Entre as intervenções, houve momentos musicais, com a participação de Amélia Muge, Janita Salomé, Vitorino e João Afonso, entre outros.

Um pouco por todo o país, têm vindo a surgir novos núcleos do Movimento Sim pela Tolerância. Em Viseu, no passa-

do dia 5 de Junho, um grupo de cidadãos do distrito fez a apresentação pública do núcleo local do Movimento, com “o objectivo de dinamizar iniciativas de informação quanto à despenalização da intervenção voluntária da gravidez”.

JCP em notícias

Plenário em Aveiro

Dia 6 de Junho realizou-se no Centro de Trabalho do PCP de Aveiro o II Plenário Distrital da Organização do Ensino Secundário (OESEC) da JCP de Aveiro.

A análise da política educativa, o reforço da organização, a consciência avaliação da intervenção dos jovens comunistas e o desenvolvimento e fortalecimento da OESEC foram os assuntos em análise no Plenário.

A criação de uma Coordenadora Distrital do Ensino Secundário – um órgão capaz de reunir periodicamente e de executar e orientar a actividade – foi uma das orientações deste Plenário, tendo já sido traçadas algumas propostas para o ano lectivo 98/99.

Na crítica à política implementada pelo ME, foram referidos, em particular, os currículos extensos e desajustados, carga horária, falta de condições e infra-estruturas, o abandono e insucesso escolar, não aplicação da Lei da Educação Sexual, injusta avaliação e o difícil acesso ao Ensino Superior. A que há que acrescentar ainda dois diplomas – Regime Disciplinar e Autonomia e Gestão – sem esquecer a nota mínima.

A JCP de Aveiro considera o diploma sobre Autonomia como uma tentativa de clara desresponsabilização do Estado pela educação, obrigando-se as escolas a alargarem as suas formas de autofinanciamento, conduzindo-as assim para o aumento dos preços dos materiais vendidos e dos serviços prestados.

Em relação ao documento de Regime Disciplinar, os jovens comunistas consideram que está em causa uma aposta na punição e castigo dos estudantes ignorando uma série de condicionantes sociais e humanas que os envolvem.

A JCP de Aveiro exige o fim dos *numerus clausus*, um acesso justo ao ensino superior, uma verdadeira responsabilização do governo na Educação.

IVG em debate

Sábado passado, os jovens comunistas da Covilhã organizaram um debate no centro de Trabalho do PCP sobre *interrupção voluntária da gravidez*. Uma iniciativa em que participou Margarida Botelho, mandatária do Movimento pela Tolerância.

Também em Lisboa, a IVG estará em debate, nesta sexta-feira, com a participação de Antónia Dimas e Sandra Benfica.

Um debate que irá inaugurar o espaço de convívio, animação e intervenção política – o Tavarich Bar –, a funcionar todas as sextas-feiras a partir das 21 horas no Centro de Trabalho de Benfica do PCP.



Faleceu Dulce Nunes

Com 35 anos e após doença prolongada, faleceu, no passado dia 8 de Junho, Maria Dulce da Silva Nunes. Simpatizante do PCP, Dulce Nunes integrou várias vezes as listas da CDU para a Assembleia de Freguesia de Alhandra, no concelho de Vila Franca de Xira. A sua morte causou grande consternação e pesar entre familiares e amigos, nomeadamente na organização local do PCP.

Dulce Nunes era mulher de Alberto Catarino Nunes e nora de Liocínio Isidro Nunes, membro do Organismo de Direcção de Alhandra do PCP, que expressou o seu agradecimento à solidariedade manifestada por todos os camaradas e amigos de Alhandra no duro transe sofrido com a doença e a morte de Maria Dulce.



O entusiasmo marcou a caravana de solidariedade

Caravana de solidariedade com Cuba

Duas centenas de activistas da Associação Portugal-Cuba dos núcleos de Almada, Setúbal, Lisboa e Porto acompanharam desde as suas cidades de origem noventa toneladas de material escolar, roupas, mobiliário e outro material, com que quiseram ser solidários com Cuba e condenar o bloqueio dos EUA à ilha.

Na “Xornada de Solidariedade Galego-Portuguesa em Cuba” que a Associação de Amizade Galego-Cubana “Francisco Villamil”, o “Canto Xeral” por Cuba e o Comité Universitário “Praia Giron” convocaram para junto do monumento a José Martí, em Vigo, a representante da Associação de Amizade Galega e saudou o movimento de solidariedade português, acentuando o carácter de solidariedade internacionalista entre povos irmãos que o acto representava.

A representante da Galiza historiou as relações Galiza-Cuba, desde a guerra de Espanha-EUA, da “insurreição independentista” de José Martí e Máximo Gomez de 1895 até à revolução cubana de 1959 que abriu um novo caminho nas relações entre os povos de Portugal, Galiza e Cuba.

O Dr. Pedro Noronha, do núcleo de Almada da Portugal-Cuba acentuou o esforço dos activistas da Portugal-Cuba, quer na recolha, quer na planificação e na classificação dos materiais e posteriormente do seu armazenamento e transporte.

O Dr. Pedro Noronha fez ainda questão de acentuar que muitos amigos de Cuba sem partido e mesmo não associados da Portugal-Cuba colaboraram de diversas formas quer fornecendo material, transporte ou mesmo “deslocando-se a Vigo com o seu camião”. No mesmo acto, o empresário Mário Peixoto, do núcleo de Setúbal da Portugal-Cuba, recordou o entusiasmo com que os núcleos locais têm desenvolvido as suas próprias iniciativas de solidariedade e destacou a diversidade de contributos vindos de pessoas de todos os sectores sociais para a campanha.

Humberto Hernandez Reinoso, cônsul de Cuba na região da Galiza, agradeceu em nome do povo cubano a magnífica prova de solidariedade à revolução cubana e ao seu povo: “Mais do que a solidariedade material é o vosso entusiasmo – e os olhos alegres embora cansados da grande viagem que fizestes – que nos traz ânimo e coragem para continuar a nossa luta e a nossa revolução” – frisou o cônsul de Cuba.

Embaixadora de Cuba despediu-se da caravana

Na Praça de Espanha, em Lisboa, a embaixadora de Cuba em Portugal, despediu-se dos activistas com uma declaração oficial de agradecimento em nome do Estado Cubano, sublinhada com palavras pelos participantes presentes.

Durante a noite de 9 para 10 de Junho muitos dos activistas de Almada e Setúbal, que há vários dias embalavam os materiais de solidariedade, passando-os de armazéns para os contentores onde pintavam palavras de ordem contra o bloqueio, não dormiram a carregar contentores para camiões e partiram alegremente para a estrada.

Durante a viagem, os activistas foram fazendo declarações para as rádios locais dos distritos por onde passavam, destacando-se afim particular, o entusiasmo com que as redacções das rádios locais recolheram declarações a partir dos telemóveis dos activistas e fazendo-as ir “para o ar” à passagem da Caravana.

Em Aveiras de Cima fez-se a primeira grande concentração proveniente de Setúbal, Almada, Lisboa e Évora e era notório o entusiasmo com que os activistas das várias regiões confraternizavam.

Sandra Elias, 19 anos, activista da Portugal-Cuba, quis sublinhar, sobre o ambiente que se vivia: “Estamos a ser colectivamente solidários com uma causa que é de todos nós, amigos do povo cubano. As crianças de Cuba merecem todo o nosso apoio”.

Na estação de serviço de Carvalhas, no Porto, deu-se o reencontro com os activistas do núcleo do Porto da Associação de Amizade Portugal-Cuba. Os jornalistas que integravam a Caravana e as equipas de reportagem da televisão tiveram então uma primeira ideia sobre a solidariedade global transportada para Vigo: “São um conjunto de camiões provenientes em especial de Almada e Setúbal a que se quiseram associar activistas de Lisboa, Porto e Évora. Trata-se de material escolar (esferográficas, giz, sabão, mobiliário, cadernos escolares), um parque infantil completo, material do mais diverso e das mais diversas origens, que no seu conjunto representa mais de 90 toneladas” – esclareceu-nos Paulitos, do núcleo de Almada.

Celeste Amorim, do mesmo grupo, frisava o carácter de “trabalho colectivo, solidário” que representava esta Caravana.

Um grupo de membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação, também presente na iniciativa, explica-nos a sua participação: “Desde a primeira hora o CPPC tem vindo a participar em todas as caravanas de solidariedade” – esclareceu-nos Idália Correia.

Depois do almoço em Valença a Caravana seguiu para Vigo, onde chegou cerca das 17 horas. As dificuldades de acesso ao porto de Vigo, no final de um dia de trabalho, atrasaram alguns dos actos previstos para o porto e para a cidade.

No porto de Vigo, assistiram à descarga dos contentores os activistas presentes e ainda os representantes das Associações de Amizade Galegas, e os representantes oficiais de Cuba em Espanha.

À noite, no Café Odeon, em Vigo, uma jornada de solidariedade e de confraternização, com canções portuguesas, galegas e cubanas, permitiu um final de festa entre todos os activistas presentes. Dançou-se e cantou-se até à madrugada.

Berlim Reunião de Partidos de Esquerda da Europa

Em 5 e 6 de Junho realizou-se em Berlim uma nova reunião de Partidos de Esquerda da Europa em que participaram 19 forças políticas, quase todas ao mais alto nível.

O PCP esteve representado por Carlos Carvalhas, Secretário-Geral, Agostinho Lopes, membro da Comissão Política e Secretariado e Albano Nunes, membro do Secretariado e Responsável pela Secção Internacional. Em representação do Grupo Confederal de Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica no Parlamento Europeu participou Joaquim Miranda, vice-presidente do Grupo.

Na reunião propriamente dita, que teve lugar no dia 5 e foi aberta e concluída por Lothar Bisky, presidente do PDS, foi abordado um amplo leque de questões, particularmente as relacionadas com a fase actual do processo de "construção", os problemas levantados pelo "euro" e o Pacto de Estabilidade, o próximo ano de eleições para o Parlamento Europeu, o

problema do desemprego e outros problemas sociais que afectam duramente os trabalhadores e os povos da Europa. Evidenciou-se fortemente a vontade de prosseguir e reforçar a cooperação dos partidos presentes e, no respeito pela identidade respectiva, intensificar a acção comum ou convergente, tendo sido encaradas diversas iniciativas, nomeadamente em torno da luta pela redução do horário de trabalho para as 35 horas.

Festa Europa

No dia 6 teve lugar no centro de Berlim, junto a Alexander Platz, ao ar livre, um Festival organizado em conjunto pelo PDS e pelo jornal "Neusdeutschland". Nesta "Festa Europa", cujo momento mais alto terá sido o Comício final em que



Momento da participação de Carlos Carvalhas nas iniciativas de Berlim

usaram da palavra os camaradas Lothar Bisky e Gregor Gysi, Presidente do Grupo Parlamentar do PDS, participaram muitos milhares de pessoas, apesar do calor intensíssimo que se fazia sentir. Ao longo de todo o dia houve espectáculos e debates - o camarada Carlos Carvalhas participou com outros partidos num sobre "União Europeia - clube fechado?". Muitas dezenas de stands - de partidos estrangeiros convidados, organizações de solidariedade, estruturas do PDS e de Juventude - e pequenos restaurantes animaram o recinto. O PCP e o "Avante!" dispunham de um stand bem cuidado, com uma exposição legendada em alemão e em que era distribuído um "Avantinho" também redigido em alemão e onde os camaradas Rui Paz, Luciano e Mário Pinto, que se deslocaram expressamente a Berlim para o evento, prestavam esclarecimentos aos

numerous alemães que se dirigiam ao espaço português.

Na iniciativa participaram os seguintes partidos: Partido do Socialismo Democrático da Alemanha; Partido Comunista da Áustria; Partido Comunista da Bélgica; Partido Progressista do Povo Trabalhador de Chipre (AKEL); Partido Popular Socialista, da Dinamarca; Iniciativa por Catalunha, de Espanha; Aliança de Esquerda, da Finlândia; Partido Comunista Francês; Movimento dos Cidadãos, de França; Partido Comunista da Grécia; Synapsismos da Grécia; Partido Socialista da Holanda; Esquerda Democrática, da Irlanda; Partido da Refundação Comunista de Itália; Partido da Esquerda Socialista da Noruega; Partido Comunista Português; Partido da Esquerda da Suécia; e Partido Suíço do Trabalho.

Esquerda Unitária Europeia na Grécia

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica realizou de 9 a 11 de Junho uma reunião em Corfu, na Grécia.

Da agenda de trabalho constaram temas como "Política Agrícola Comum (PAC) e suas consequências para os países do sul", "Política de Ambiente na UE" e a "Situação nos Balcãs". Participaram nos trabalhos representantes do Partido Comunista Grego e do Partido da Coligação da Esquerda e do Progresso - Synapsismos e também, do Partido AKEL, de Chipre.

Relativamente à PAC, o balanço efectuado sobre as suas consequências foi bastante negativo, nomeadamente para as produções mediterrâneas. Foi reafirmado que esta deverá ter em conta o princípio da coesão, e como importante objectivo o apoio ao desenvolvimento da pequena e média agricultura, sendo para tal necessária a sua total reorientação. Foi ainda alertado que a reforma da PAC, prevista na Agenda 2000, não responde às exigências dum pró-

ximo alargamento da UE, pelo contrário, em vez de criar os "antídotos" necessários, potencializa as más consequências para a agricultura da UE.

Sobre o ambiente, foi chamada a atenção para a gravidade da situação actual, sendo proposta a realização de um balanço da situação existente e da aplicação das directivas ambientais. Foi ainda salientada a necessidade de reorganizar e racionalizar toda a legislação comunitária existente nesta área.

Sobre a situação na província sérvia do Kosovo, o grupo expressou que não existe solução militar para o problema, e que só negociações directas entre as autoridades da República Sérvia e os representantes da comunidade Kosovar, que permitam uma autonomia da região no respeito das fronteiras actuais, poderá garantir uma solução justa e durável.

O grupo teve ainda oportunidade de visitar as comunas de Aharai e de Ag. Mathos, onde teve contactos com os seus responsáveis e com a cultura desta ilha grega.

Cimeira de Cardiff Esqueceram-se do emprego

O primeiro-ministro britânico e ainda presidente em exercício do Conselho, Tony Blair, comparece hoje perante o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, para prestar contas da cimeira de chefes de Estado e de Governo da UE realizada em Cardiff nos primeiros dias desta semana.

Blair deverá resumir aos eurodeputados os temas que dominaram a discussão em Cardiff e que constituíram as suas principais decisões: a comunicação por parte de alguns países da UE que consideram que as contribuições para o orçamento comunitário deviam ser distribuídas de forma mais equitativa; a decisão de concluir em Março de 1999 a discussão sobre as perspectivas financeiras da UE, a chamada Agenda 2000; a realização de uma cimeira informal em Outubro para aprofundar as discussões sobre o futuro da Europa, ou seja, a realização das reformas institucionais consideradas necessárias ao alargamento a Leste e, como não podia deixar de ser, apelou aos Estados-membros e ao sector privado para que realizem os passos necessários por forma a assegurar que a introdução do euro em Janeiro de 1999 seja bem sucedida. Recuada, mas apesar de tudo significativa, foi a decisão de apelar à libertação dos prisioneiros políticos de Timor-Leste detidos pelas autoridades indonésias.

Após escutarem, os deputados dirão de sua justiça e, no final, aprovarão uma resolução com a opinião do PE sobre o conteúdo da cimeira.

Temas por demais conhecidos e badalados ao longo da semana, acompanhados da ideia de que foi uma cimeira sem especial conteúdo, havendo mesmo quem lhe chamasse uma cimeira "de transição".

Talvez até tenha sido uma cimeira algo "vazia". Mas podia ter sido diferente. O que foi menos badalado foi que, em Novembro de 1997, numa cimeira extraordinária dedicada exclusivamente ao problema do emprego, ficou decidido que cada Estado-membro deveria elaborar Planos Nacionais de Emprego para serem aplicados a partir de 1999, mas que seriam submetidos a uma primeira análise e avaliação em Junho de 1998. Em Cardiff. Na cimeira que agora terminou e que ao tema não dedicou uma palavra. A não ser que a discussão passava para o próximo semestre.

Para evitar esquecimentos, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia (GUE/NGL), de que fazem parte os deputados do PCP, apresentou uma proposta de resolução cujo primeiro ponto é precisamente "Economia e Emprego" e onde se começa por "lamentar que o Conselho Europeu não tenha efectuado uma análise aprofundada dos planos nacionais de emprego e tenha remetido as suas decisões sobre as orientações para o emprego em 1999 para o Conselho Europeu de Viena", que se realiza no final deste ano. O que, para quem se propõe a resolver o flagelo do desemprego na Europa (18 milhões de desempregados) a partir de 1999 é manifestamente curto.

Estas opções não surpreendem, antes confirmam a hierarquia de prioridades que actualmente orienta a acção dos "construtores" da União Europeia.

A decisão de dar prioridade à luta contra o desemprego adoptada em Novembro passado surgiu num contexto em que um pouco por toda a UE se multiplicavam as acções de protesto que culminaram com os importantes movimentos de desempregados registados em França e na realização de manifestações gigantes que acompanharam as últimas cimeiras europeias. A decisão adoptada na altura visou acima de tudo acalmar os ânimos mediante a elaboração dos referidos planos nacionais de emprego para os quais não foram destacadas nenhuma verba nem estabelecidos objectivos concretos a atingir. Ao contrário, por exemplo, da metodologia rigorosa adoptada para a concretização da União Económica e Monetária.

Entretanto, o principal está feito com o pontapé de saída dado para a introdução da moeda única em Janeiro do próximo ano.

Um novo rumo na construção europeia

A reunião em Berlim, realizada um ano antes das eleições europeias, a poucas semanas das eleições alemãs e no seguimento das iniciativas que se realizaram em Paris, Lisboa e Madrid, permitiu uma larga troca de opiniões sobre a situação social na União Europeia e sobre a luta dos trabalhadores e dos povos.

As questões relativas ao aprofundamento neoliberal da construção da União Europeia, o Euro, o papel do Banco Central Europeu, o Pacto de estabilidade, o desemprego, as ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, a segurança europeia, estiveram no centro das atenções.

Nesta iniciativa foi manifestada a vontade clara de se intensificar a cooperação, nomeadamente no que respeita às próximas eleições para o Parlamento Europeu.

A intervenção do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, incidiu particularmente na importância das próximas eleições para o Parlamento Europeu, nas experiências positivas do Grupo existente e na necessidade de assegurar a sua continuação e reforço, na disponibilidade e interesse do PCP em examinar a possibilidade de iniciativas conjuntas na campanha eleitoral, desde algo tipo Plataforma, Apelo ou Manifesto, até à participação recíproca em iniciativas dos diferentes partidos. Exemplificou um grande leque de questões em que é possível e necessária a cooperação de forças representadas no Encontro e outras, tais como a luta pelas 35 horas (em que as diferenças de produtividade não devem impedir o apontar já do objectivo), a reorientação do Banco Central Europeu, questões de segurança (em que o "não" à NATO não implica a militarização da EU mas o exame do papel da OCSE) ... Sublinhou que o actual caminho de construção europeia vai contra os interesses dos povos, que o Pacto de Estabilidade é inaceitável havendo ainda três anos para lutar pela sua renegociação, no sentido do emprego, e da coesão económica e social.

No seguimento do debate foi decidido realizar uma reunião dos responsáveis das secções internacionais para se concretizar, no respeito e na soberania de cada força, um conjunto de campanhas e objectivos comuns no quadro da defesa de um novo rumo da integração europeia.

Lothar Bisky (PDS, Alemanha), que concluiu o debate, mencionou a vontade de todos de se concretizar uma "Plataforma" ou um "Apelo" para as eleições europeias bem assim como a realização de novos encontros nomeadamente pela ocasião das "Cimeiras" da União Europeia.

Eleições em Itália

A coligação de centro-esquerda Oliveira - no poder - registou uma descida eleitoral nas eleições locais parciais italianas, realizadas no passado dia 7. A direita, liderada pelo antigo primeiro-ministro Silvio Berlusconi, conseguiu alcançar a maioria em zonas tradicionalmente de esquerda da Toscana e da Emílie-Romagne. Com uma abstenção recorde que atingiu os 46 por cento, foram eleitos 529 conselhos municipais e doze assembleias de província.

Fome no Sudão

A semana passada, a organização humanitária Socorro Católico chamou a atenção da opinião pública internacional para a situação de fome por que 350 mil sudaneses actualmente passam e para o perigo de mais 600 mil caírem no mesmo estado. A maioria destas pessoas pertencem às minorias animistas e cristãs, alvos prioritários dos islamitas no poder em Cartum.

300 sindicalistas mortos em 1997

Perto de 300 sindicalistas foram assassinados durante o ano passado em todo o mundo por defenderem os direitos dos trabalhadores, declarou recentemente a Confederação Internacional dos Sindicatos Livres. Esta organização afirma que a mundialização da economia se faz acompanhar de uma grande repressão sindical. Mais de 1500 outros sindicalistas foram torturados e maltratados, cerca de 2300 foram detidos e 3400 foram vítimas de intimidação. A organização acusa ainda 79 países de ingerência nas questões sindicais. A Colômbia é o país com mais mortes. Estes números revelam uma deteriorização da situação comparando com 1996.

Sindicalistas alemães em congresso

A Confederação Alemã dos Sindicatos, reunida no seu 16º Congresso na semana passada, propôs uma carta europeia que prevê a participação das estruturas dos trabalhadores na



O perigo de se espalhar uma epidemia de cólera entre a população refugiada é real

Guiné-Bissau

Militares contra «Nino» Vieira

A situação na Guiné-Bissau continua crítica. Cem mil pessoas refugiaram-se no interior ou fugiram para os países vizinhos, enquanto os revoltosos e as forças do exército leais ao presidente «Nino» Vieira - apoiadas por 400 soldados da Guiné-Conacri e 1300 do Senegal - prosseguem os combates na capital.

Cerca de duas mil pessoas saíram do país a bordo do navio português «Ponta de Sagres», chegando a Dacar na sexta-feira à noite. A bordo viajaram muitos portugueses, mas também cidadãos de outras nacionalidades.

A água e a comida escasseiam, e as associações humanitárias chamam a atenção para o perigo de se espalhar uma epidemia de cólera ou de se agravar a situação da malária.

Bissau está irreconhecível, com muitas casas destruídas, soldados em quase todas as artérias e, segundo o bispo Settimio Ferrazetta, «centenas de mortos espalhados pelas ruas». As embaixadas da França, dos Estados Unidos, da Rússia e o edifício da representação da União Europeia foram também atingidos.

Aparentemente, o cenário político não será alterado a curto prazo. Os revoltosos liderados pelo brigadeiro

Ansumane Mané afirmaram na televisão, na segunda-feira, que «caso não haja negociações vamos continuar». «Temos tropas por todo o país: temos mísseis terra-ar, temos canos especiais de anti-aérea, temos mísseis do tipo Stinger prontos a abater qualquer avião», anunciou o porta-voz do grupo.

Apesar desta atitude ofensiva, o major Melciades Gomes Fernandes declarou que «nunca pretendemos mandar neste país. Nem ser directores-gerais, quanto mais ministros!». Nas suas palavras, «não se trata de um golpe de Estado», mas de uma acção que procura «restabelecer a justiça no país e garantir eleições livres».

No sábado, as instalações militares de Brá, onde os revoltosos se concentraram, foram tomadas pelos soldados de Bissau, de Conacri e de Dacar. As forças de Mané deslocaram-se para outras instalações do exército próximas

daquele local. Fontes oficiais anunciaram a acção como uma importante vitória, mas poucas foram as alterações consequentes.

Os objectivos dos revoltosos

Os soldados rebelaram-se no domingo, um dia depois do seu líder, o chefe do Estado Maior-General das Forças Armadas, Ansumane Mané, ter sido demitido do seu cargo, devido ao seu alegado envolvimento num caso de tráfico de armas para Casamansa. Segundo os revoltosos, o próprio presidente teria sido o «mentor» do polémico caso, pelo que defendem que «devia comparecer» perante a justiça.

Num comunicado manuscrito enviado ao delegado da agência Lusa na Guiné, no dia 9, a Junta Militar revoltosa apresenta como principais objectivos a demissão do governo e do presidente «Nino» Vieira e a realização de eleições «livres e transparentes» em Julho próximo.

«Não somos ambiciosos e nem estamos interessados em assaltar o poder, porque somos militares e, como tal, o nosso lugar é o quartel», lê-se no documento, onde acrescentam que «as forças que se encontram sob o poder do governo não são suficientes para fazer face às forças de que dispomos. Podíamos há muito lançar uma ofensiva generalizada, mas não queremos atingir a nossa população inocente».

Ferrovieiros europeus concentram-se no Luxemburgo

Os ferroviários europeus estão de novo em luta. Em resposta ao apelo dos respectivos sindicatos, delegações da França, Bélgica, Espanha, Alemanha, Itália, Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha... convergem hoje para o Luxemburgo, culminando três dias de mobilização a nível nacional.

A data da concentração não foi escolhida ao acaso. A Comissão Europeia apresenta esta quinta-feira aos ministros dos Transportes as novas orientações que visam abrir à concorrência as redes ferroviárias europeias, em particular no que respeita aos sectores mais rentáveis (transportes de mercadorias), ao mesmo tempo que se propõe alterar as actuais regras do serviço público.

Não é a primeira vez que se realiza uma acção conjunta de

ferroviários a nível europeu. Em 1992, a primeira eurogreve conseguiu restringir os limites da directiva 91-440, que preconiza, entre outras coisas, o reagrupamento das companhias ferroviárias, bem como a separação (não estrutural) entre a gestão e a exploração das redes. Em 1995, a comissão procurou abrir o acesso às redes, mas foi forçada a recuar. Em 1996, a contestação dos trabalhadores contra o «Livro Branco» que insistia na total liberalização dos transportes ferroviários conseguiu uma vez mais emperrar o processo. O mesmo processo que hoje volta a estar na ordem do dia e leva os ferroviários até Estrasburgo, no que promete ser um prelúdio de nova greve europeia no início do Outono.

Comunidade internacional condena rebeldes

A comunidade internacional não hesitou em condenar o levantamento rebelde guineense e aceitou sem comentários a ingerência de tropas estrangeiras no conflito. As forças da Guiné-Conacri e do Senegal continuam no país, apoiando «Nino» Vieira. Este facto foi comentado por Albano Nunes, membro do Comité Central e do Secretariado do PCP, na quinta-feira passada. Em nome dos comunistas portugueses, Albano Nunes congratulou-se com a retirada dos portugueses da Guiné, mas manifestou preocupação em relação às ingerências estrangeiras no conflito. O Presidente português, Jorge Sampaio, enviou uma mensagem ao seu homólogo guineense, manifestando-lhe a sua «solidariedade» e «preocupação». «Faço sinceros votos para que o rápido e indispensável restabelecimento da legalidade constitucional e democrática se possa lograr com os menores custos humanos e materiais», acrescenta. Por seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, apelou à rápida conclusão da questão «para que a Guiné-Bissau normalize a sua vida política, como país democrático, no respeito pelos Direitos do Homem, prosseguindo a experiência que o Presidente «Nino» Vieira iniciou há alguns anos». A União Europeia condenou «a tentativa de golpe militar» e pediu o «rápido restabelecimento da ordem constitucional e da segurança», numa posição adoptada durante uma reunião do Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Quinze. A OUA condenou «com firmeza» as acções do grupo chefiado por Mané e «expressa a sua solidariedade ao presidente, ao governo e ao povo da Guiné-Bissau». O primeiro-ministro cabo-verdiano, Carlos Veiga, classificou a situação como «extremamente grave» e afirmou tratar-se «de uma tentativa de alterar a ordem constitucional estabelecida por meios violentos, portanto nós repudiamos e rejeitamos em qualquer circunstância uma tal tentativa». O presidente moçambicano também partilha esta opinião. «O que se passa é mau. Toda a África já tinha chegado a consenso de que todas as mudanças que tenham que ocorrer devem ser de forma democrática, todos os problemas que existem devem ser resolvidos pela via do diálogo», afirmou Joaquim Chissano. Para o presidente de São Tomé, Miguel Trovoada, «não será pela via das armas que os nossos países podem resolver os seus problemas».

PCP no congresso do PC da Finlândia

Realizou-se em Helsínquia, nos passados dias 6 e 7 de Junho, o Congresso do Partido Comunista da Finlândia, que contou com a presença de vinte partidos comunistas. O PCP foi representado por José Neto, membro do Comité Central.

Na iniciativa, realizada no quadro de uma ofensiva política neoliberal contra conquistas históricas dos trabalhadores finlandeses, foram intensamente debatidos aspectos relacionados com a luta pelas 35 horas de trabalho, bem como as consequências da entrada da Finlândia no euro e as fortes pressões para a integração do país na NATO.

José Neto leu na tribuna do congresso a mensagem de solidariedade do PCP e participou numa mesa-redonda sobre a NATO, conjuntamente com outros convidados e prestigiadas personalidades não pertencentes ao PCF.

Ainda no âmbito das relações de amizade entre os dois partidos, houve lugar para uma frutuosa troca de impressões com o camarada J. Hakanen, reeleito no congresso como presidente do PCF.

NATO prepara intervenção no Kosovo

Com o alegado objectivo de «pôr fim à violência no Kosovo», os ministros europeus da Defesa, membros da NATO, aprovaram a semana passada uma série de medidas que constituem o prenúncio de uma intervenção militar na Jugoslávia que se afigura cada vez mais iminente.

Para além da suspensão dos voos internacionais, na NATO há já consenso para medidas tão inquietantes como a destruição da defesa anti-aérea jugoslava; a criação de uma zona de exclusão no Kosovo para toda a artilharia pesada; vigilância da região pela força aérea; operações de interferência electrónica contra as telecomunicações militares sérvias; envio de homens e materiais (em pára-quedas) para o Kosovo; deslocação de tropas terrestres.

Em simultâneo, a NATO decidiu efectuar manobras militares na Albânia, ao longo da fronteira da Jugoslávia, ou seja, ao sul do Kosovo. Previsto para Julho, numa evidente «manifestação de força», está o envio de aviões de combate para a Albânia, antecipando desta forma as manobras inicialmente previstas para finais de Agosto.

Os membros da NATO, que se afirmam tão ciosos da paz no Kosovo, não consideraram

necessário fazer qualquer tipo de aviso ou tomar qualquer medida contra o chamado «exército de libertação do Kosovo» e respectivos representantes políticos, cujos membros não só não sofrem nenhuma pressão internacional para se sentarem à mesa com Belgrado, como continuam a dispor de fornecimento bélico e apoio de retaguarda a partir de e na própria Albânia. Nos seus planos, a NATO também não revela qualquer interesse em ouvir o que o Conselho de Segurança da ONU tem a dizer sobre os seus planos de ingerência na Jugoslávia. Resta saber se tal se deve ao facto de recear não encontrar aí o consenso desejado, ou se pura e simplesmente considera tal consulta dispensável.

Na verdade, as reacções às medidas militares anunciadas para o Kosovo foram praticamente nulas. A Rússia, tradicional aliado de Belgrado e em princípio contrária a uma intervenção militar na região, limitou-se a pedir, através de um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que as manobras militares sejam desenvolvidas «de forma a não provocar uma

escalada da força na região», e a lembrar que «qualquer outra acção da NATO não deve ser empreendida sem o acordo do Conselho de Segurança da ONU». O resto da comunidade internacional parece preferir lavar as mãos do assunto, enquanto a generalidade da comunicação social vai diabolizando os sérvios e explorando até à exaustão a tecla dos coitadinhos dos kosovares, metendo no mesmo saco populações aterrorizadas e independentistas armadas, como se estes últimos fossem vítimas inocentes e não beligerantes com gravíssimas responsabilidades na situação que se vive na região.

E assim vai o mundo assintindo aos preparativos de guerra contra a Jugoslávia, sob a batuta de países como a Inglaterra (que há décadas mantém uma dominação sangrenta no Ulster), da França (sempre pronta a intervir além-fronteiras), da Alemanha (grande responsável da tragédia na Bósnia) ou dos Estados Unidos (com um recorde de intervenções à escala mundial sem paralelo, em apoio de regimes ditatoriais). Em nome da pax ocidental, evidentemente.

PCP condena manobras militares

A propósito das manobras militares da NATO na Albânia, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou a seguinte nota:

«As manobras aéreas da NATO junto ao território da Jugoslávia constituem uma violação brutal da soberania daquele país e do direito internacional. São, por isso, gravíssimas as afirmações dos ministros da defesa dos EUA e RFA ao defenderem a intervenção da NATO na Jugoslávia mesmo sem qualquer resolução da ONU. Elas confirmam que a chamada nova ordem mundial assenta nos interesses das grandes potências capitalistas e no desprezo pela soberania dos países e nos interesses dos povos.

É, assim, de condenar o envolvimento da Força Aérea Portuguesa naquelas manobras, alinhando com os interesses dos EUA e da RFA e outras potências, o que limita a afirmação de Portugal enquanto país soberano e com voz própria na comunidade internacional.»

Ásia

Crise económica chegou ao Japão

A crise no sudeste asiático já provocou, em termos globais, entre dez a vinte milhões de desempregados. Agora chegou a vez do Japão.

O Japão reconheceu a semana passada ter entrado em recessão e o primeiro-ministro nipónico, Ryutaro Hashimoto, considera que o país não está em condições de travar sozinho a desvalorização do yen. Na segunda-feira, a moeda japonesa continuava a descer, passando a barreira dos 146 yens por dólar, arrastando na queda as divisas e as bolsas da região, provocando ao mesmo tempo uma forte quebra nas praças bolsistas europeias e de Wall Street.

Falando no parlamento nipónico, Ryutaro Hashimoto admitiu que o Japão venha a pedir ajuda ao estrangeiro: «Uma vez que nós não podemos alterar o mercado sozinhos, necessitaremos naturalmente de procurar a cooperação (de outros países)», declarou perante a comissão do orçamento da Câmara baixa.

Este ano, o yen perdeu 21 por cento do seu valor, e 46 por cento em relação ao seu nível mais elevado (79,75 yens por dólar), alcançado em Abril de 1995. O importante plano de relançamento (126 mil milhões de dólares) lançado em Abril pelo governo continua sem dar resultados visíveis.

A crise japonesa está a provocar novas ondas de choque nas fragilizadas economias asiáticas, com graves consequências a nível social.

Em termos globais, a crise no sudeste asiático já provocou entre dez a vinte milhões de desempregados. Na Tailândia, em menos de um ano, o desemprego passou de 1,5 por cento para seis por cento; na Indonésia, estima-se que ultrapasse os 11 por cento, afectando 16 milhões de pessoas sem nenhuma protecção social, enquanto 58 milhões de indonésios vivem agora abaixo do limiar da pobreza, contra os 22,5 milhões nessas condições antes do início da crise.

O tema esteve recentemente em debate na conferência internacional sobre a crise regional, realizada em Bangkok, que reuniu durante dois dias peritos da ONU, do Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Na mensagem enviada por Kofi Annan à conferência, o secretário-geral da ONU adverte: «O marasmo económico na Ásia está em vias de se estender ao mundo inteiro. Ninguém pode ainda dizer qual será o impacto definitivo da crise asiática. Mas sabemos já que ela provocou enormes sofrimentos humanos e que os pobres foram os mais gravemente afectados».

«É evidente, prossegue a mensagem, que os outros países em desenvolvimento - geograficamente e mesmo economicamente distantes dos seus parceiros asiáticos - sofrerão as repercussões da crise, e mais severamente do que as nações desenvolvidas».

Também o vice-primeiro-ministro tailandês, Supachai Panitch, manifestou a sua inquietação com as eventuais consequências da crise asiática. Atribuindo a responsabilidade principal da crise à excessiva mobilidade de capitais devido à mundialização e à falta de instituições e sistemas financeiros perante um tal fenómeno, Supachai Panitch chegou a uma brilhante conclusão: «Nestes tempos de mundialização, não se pode abandonar totalmente às forças do mercado os movimentos do dinheiro e de capitais, tal como os fluxos privados, sem correr riscos consideráveis».

Argentina Videla volta à prisão

O general Videla, antigo chefe da Junta Militar no poder na Argentina entre 1976 e 1983, foi preso no início da semana passada, em Buenos Aires, sob a acusação de envolvimento no roubo de crianças e adopções ilegais durante a «guerra suja».

A prisão do antigo ditador constitui uma vitória do movimento das «Loucas da Praça de Maio», as mães e avós que desde 1977 se manifestam em volta daquela praça, no centro da capital argentina, exigindo o total esclarecimento sobre o desaparecimento das crianças presas pelos militares. Segundo as organizações de direitos humanos, o número de desaparecidos durante a ditadura chegou aos 30 000, continuando ainda hoje sem se saber o destino de grande parte deles.



O general Videla (ao centro, de bigode), em Março de 1976, quando prestava juramento após o golpe militar

Só a persistência do movimento - que elaborou uma lista de 28 militares, em que constam todos os chefes da Junta, acusando-os do roubo de crianças - permitiu o prosseguimento das investigações e, mais importante ainda, que este tipo de crime fosse declarado imprescritível, o que é caso único na Argentina. É este facto, de resto, que possibilita a prisão de Videla.

Condenado a prisão perpétua após a queda da ditadura, por violação dos direitos humanos, Jorge Rafael Videla não cumpriu mais do que seis anos de prisão: em 1990 é posto em liberdade graças a uma amnistia concedida pelo Presidente Carlos Menem. Confrontado com a nova prisão de Videla, acusado de envolvimento em cinco casos de desaparecimento de crianças nascidas quando as mães se encontravam presas, entre 1976 e 1981, Menem limitou-se a afirmar que o ocorrido prova que «as instituições argentinas funcionam bem».

O que o Presidente argentino não disse é que só em Março último, por pressão das forças de esquerda, o Parlamento anulou as famigeradas leis do «ponto final» e do «dever de obediência», adoptadas em 1986/87, e que objectivamente visaram amnistiar os militares. Apesar de a decisão não ter efeitos retroactivos, os que persistem na luta para que os responsáveis pela «guerra suja» respondam pelos crimes cometidos estão hoje mais confiantes de que a impunidade tem os dias contados na Argentina.

gestão das empresas, bem como um pacto para o trabalho com a aceitação da moderação salarial em troca da criação de postos de trabalho. «A mundialização não é uma fatalidade a que nos devemos submeter, mas o resultado de decisões políticas e do desenvolvimento económico», afirmou no último dia de trabalhos Dieter Shulte, o presidente desta organização que agrupa 13 grandes sindicatos e 8,6 milhões de aderentes.

ONU adopta declaração antidroga

A conferência da ONU sobre a luta contra a droga, que se realizou durante a semana passada em Nova Iorque, adoptou uma declaração política que propõe reduzir o consumo e cultura de coca, de ópio e de cannabis até ao ano 2008, combinando a repressão policial com o desenvolvimento de culturas alternativas. Será dada uma atenção particular ao desenvolvimento e à produção de drogas sintéticas. Os governos dos 150 países participantes comprometeram-se a reforçar a cooperação judiciária contra o branqueamento do dinheiro da droga, estimado em 200 milhões de dólares por ano.

Embargo contra Líbia parcialmente levantado

A OUA decidiu levantar parcialmente o embargo aéreo decretado pela ONU contra a Líbia a partir de Dezembro, se o acórdão do Tribunal Internacional de Justiça sobre o caso que opõe Tripoli a Londres e a Washington não for respeitado. A Líbia é acusada de não entregar à Grã-Bretanha e aos EUA os pressupostos responsáveis pela explosão de um avião de passageiros, em 1992.

Greve na General Motors

Três unidades de montagem da General Motors juntaram-se, na segunda-feira, à greve que várias fábricas desta multinacional estão a levar a cabo em Flint, no Estado norte-americano de Michigan. O número de trabalhadores em greve ascende a 63 mil.

Desmancho, Aborto ou Interrupção Voluntária da Gravidez

Texto: Margarida Folque Fotos: Vítor Castro

Despenalizar, rejeitar hipocrisia

Uma assistência vivamente interessada ouviu opiniões especializadas de convidados portugueses e estrangeiros

Inserido na grande campanha de esclarecimento sobre o referendo que no próximo dia 28 vai decidir o sim ou não à despenalização do aborto, o PCP realizou, no passado dia 8, no Hotel Continental, um encontro-debate que, para além da presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, e de Odete Santos, deputada comunista na Assembleia da República, contou com a participação de Antónia Tomasini, dirigente do Forum delle Donne e do Partido da Refundação Comunista de Itália, de Dominique Benoit Frot, representante do Partido Comunista Francês no Colectivo Nacional dos Direitos das Mulheres de França, e do dr. Maia Costa, procurador-geral adjunto do Supremo Tribunal de Justiça e mandatário do Movimento Tolerância.

SIM

Uma vitória de todas as mulheres

Em França, a despenalização do aborto resultou de uma lei aprovada no Parlamento em 1975, não tendo sido sujeita, por isso mesmo, a qualquer referendo. Ela corresponde a um direito fundamental das mulheres, ou seja, o direito de ter um filho quando e nas condições em que decidirem, e representa uma etapa essencial na emancipação das mulheres.

Em depoimento ao «Avante!», Dominique Benoit Frot lembra que, apesar de ter entrado imediatamente em vigor, a lei foi contudo obrigada com alguma lentidão, em virtude da necessidade de criar algumas novas estruturas, nomeadamente os Centros para a Interrupção da Gravidez. Ainda hoje, uma grande reivindicação das mulheres é a atribuição de mais meios a estes centros e de um real estatuto profissional para os médicos e todo o pessoal que aí trabalha.

Também o prazo de 10 semanas para a realização da IVG, previsto na lei francesa, se tem revelado insuficiente. Foi um prazo que - tal como em Portugal - resultou de negociações e necessidade de consensos, mas cujo alargamento para as 12 semanas o PCF e as mulheres estão a exigir.

E também em França, ao contrário do que os adversários do aborto pressagiavam, o número de abortos baixou bastante com a aprovação desta lei. Os casos de interrupção da gravidez que hoje se verificam são quase todos acidentais, acabou-se praticamente com as mortes fruto de aborto clandestino e com todas as sequelas psicológicas e físicas que dele resultavam, nomeadamente a esterilidade, assim como com o tráfico financeiro que existia sobre o corpo das mulheres.



Além do mais, a penalização do aborto significa que as mulheres têm que pagar um preço mais alto que os homens pela sua liberdade, sublinha Dominique.

Não se pode dizer que hoje, em França, exista aborto clandestino, mas há casos em que ele se verificará, prossegue. Isso pode acontecer, por exemplo, entre mulheres com situação económica muito difícil e vítimas privilegiadas das políticas de regressão social. Ou, por se aperceberem da sua gravidez já depois das 10 semanas, verem-se obrigadas a recorrer à interrupção, muitas vezes em Espanha.

Dai a existência de um grande movimento, em que participa o Partido Comunista e um Colectivo Nacional dos Direitos das Mulheres - que integra 166 organizações e associações de mulheres -, no sentido de alargar o prazo de dez para 12 semanas. Em 1995, uma grande manifestação exigiu também esse alargamento.

Tudo isto, naturalmente, a par de um grande esclarecimento e do trabalho realizado nos Centros, com entrevistas de aconselhamento às mulheres, geralmente em situação de desespero, que querem recorrer à interrupção da gravidez e para quem, aliás, a lei foi feita.

Existe ainda um trabalho particular de informação e prevenção dirigido às adolescentes. Porque, para Dominique Benoit Frot, não é possível desligar o direito ao aborto do direito à contraceção e à informação, uma das grandes reivindicações das mulheres francesas.

Finalmente garante que está feliz por se encontrar entre nós e confiante na vitória do sim no referendo do dia 28, porque essa será uma vitória de todas as mulheres.

havia quase uma morte por dia, agora verificam-se menos de duas mortes por ano).

Em sua opinião, as mulheres, agora, ao responsabilizarem-se pelos seus actos, «oferecem às crianças outros modelos de identificação, que não os patriarcais.» E têm finalmente «direito ao domínio da sua fecundidade.»

O dr. Maia Costa, por sua vez, congratulou-se com a verificação do que, já se sabendo, foi, contudo, confirmado pelas convidadas estrangeiras no debate: «que a despenalização do aborto faz diminuir o número de abortos.»

E lembrando que no próximo referendo o que se vai decidir é uma questão jurídica, referiu a ineficácia da actual lei.

Quanto à protecção do feto, que tão hipocritamente é invocada, lembrou que este não é tratado como pessoa no Código Penal, onde o aborto é considerado como ataque à vida intra-uterina e nunca como homicídio.

Em 1966 é que o Código Civil considerava o casamento como um «contrato entre o homem e a mulher para a vida em comum e procriação». Hoje a mulher deixou de ser uma mera «depositária».

No debate que a seguir teve início, a assistência - onde mulheres e homens eram em número quase idêntico -, levantou várias questões, no fundo as mais candentes hoje na opinião pública.

Assim, por exemplo, enquanto um dos presentes lembrava que «as pessoas que dizem não ao aborto são as mesmas que estiveram contra a aplicação da educação sexual nas escolas e apresentam reservas em relação ao Planeamento Familiar», uma dirigente sindical contava a sua experiência no contacto com trabalhadoras.

Um trauma para as mulheres



Para Antónia Tomasini - a quem o «Avante!» solicitou uma entrevista que será publicada na próxima edição -, a lei de despenalização do aborto e o referendo que em 1982 a reforçaram vieram demonstrar que, contrariamente ao que afirmavam os defensores do não, desde essa altura o número de abortos diminuiu. Por outro lado, a generalização da informação sobre a sexualidade que a lei veio permitir, serviu ainda para provar que o aborto não foi nunca encarado pelas mulheres como um método contraceptivo, sendo, sim, um grande trauma para todas as que a ele são obrigadas a recorrer.

Em Itália, os resultados do referendo - considera Antónia Tomasini - significaram também uma vitória esmagadora das mulheres. Possível porque, sempre que se verificavam pressões por parte de grupos católicos e principalmente de grupos fascistas, as mulheres saíam à rua e ocupavam alguns lugares públicos, tomando nas suas mãos a defesa da lei.

Mas não só. Contrariamente ao que se verifica em Portugal, onde o Partido Socialista não tem posição oficial sobre a questão da despenalização do aborto que no próximo dia 28 vai ser referendada, em Itália o grande movimento era também dos partidos de esquerda.

A 20 anos de distância, pode considerar-se que apesar dos problemas que eventualmente se tenham verificado na aplicação da lei - e eles naturalmente existem - a lei 194 foi e ainda é uma boa lei, que permitiu sobretudo aos jovens tomarem consciência da sua sexualidade.

Por fim, Antónia Tomasini diz que, para ela, direito à vida significa direito à tolerância e, neste momento, quando o desemprego atinge em Itália um tão elevado número de mulheres, a questão que se coloca é já outra: assegurar o direito de a mulher ter um filho, podendo assumir toda a responsabilidade que esse facto implica.

Designadamente foi focado o aspecto da desinformação existente e, concretamente, o caso de muitas trabalhadoras que se dizem contra o aborto - «que é morte» - mas a favor do «desmancho».

Um avanço de civilização

Numa curta intervenção de encerramento dos trabalhos, Carlos Carvalhas falou da batalha pela tolerância que se está a travar: «uma batalha pela tolerância, pela verdadeira cidadania, pela defesa da liberdade individual e pela democracia. Uma batalha contra a hipocrisia, pela emancipação do ser humano, pela emancipação da mulher.»

Mas, para os comunistas - disse -, é também uma questão de saúde pública e de avanço de civilização.

«Nós estamos nesta questão com uma grande seriedade, uma grande responsabilidade», afirmou, lembrando que o PCP foi o partido que apresentou os três projectos de lei que hoje são leis da República - do planeamento familiar, da educação sexual, da protecção da maternidade. Depois, denunciando aqueles que se mostram «muito preocupados com a vida» mas «não estão preocupados com as condições sociais, nem com a morte materna, nem com o parto em condições inaceitáveis», disse ser a campanha pela despenalização do aborto também «uma batalha contra a hipocrisia», sabendo-se, «pelo que temos visto aí nalguns folhetos e pelas declarações de alguns bispos que se eles pudessem já tinham acendido a fogueirinha.»

A esses, Carvalhas lembrou que «a intolerância, a calúnia e o insulto não são valores cristãos nem valores da civilização.»



Corroborando ainda o que alguns dos presentes afirmaram o secretário-geral do PCP apelou ao empenhamento de todos na campanha do referendo de dia 28: «pode-se pensar que a batalha está ganha, pode-se pensar que as sondagens nos dão já uma inclinação muito positiva.» Mas, alertou, de facto ela não está ganha e exige de todos um grande empenhamento.

É preciso esclarecer que o que está em causa «não é o sim ou não ao aborto». O que está em causa é «uma questão de saúde pública, é

retirar o aborto «da esfera clandestina», é o sim ou não ao avanço da civilização». Esta a questão fundamental «de que que não nos podemos deixar desviar».

Apelando, mais uma vez, ao empenhamento de todos nesta batalha, Carlos Carvalhas reiterou as palavras de uma participante, chamando a atenção para o facto de o termo aborto ser conhecido como «desmancho» em muitos meios, devendo «nós usá-lo também no nosso vocabulário.»

Opiniões

O «Avante!» continua a recolher depoimentos de homens e mulheres que, independentemente do quadrante profissional, formação ou vivência, se manifestam pelo sim à despenalização do aborto, numa atitude de solidariedade para com o sofrimento das mulheres que, como último recurso, se vêem obrigadas a praticá-lo.

Maternidade - um acto de amor

Assim que soube que em Portugal se ia organizar um referendo sobre a IVG, logo me lembrei das mulheres com o meu coração, com o meu ventre de mulher.

Quem pode decidir no nosso lugar sobre o nosso desejo de maternidade? Quem pode pensar, sofrer em nosso nome?

Sou mãe de uma menina de oito anos e querer a despenalização do aborto é preservar a escolha de ser uma mãe feliz, satisfeita, de uma criança que será, ela também, livre e responsável. Escolher ser mãe é, «além do mais, amor», consentir, resignar-se ou suportar ser mãe é uma violência que insulta a vida em si mesma.

Despenalizar o aborto não é recomendá-lo ou desejá-lo.

Em França, a lei Veil não teve como consequência um aumento das IVG mas, bem pelo contrário, um melhor conhecimento e domínio do seu próprio corpo por parte das mulheres, a quem se entregou, ao mesmo tempo, a

sua liberdade, a sua responsabilidade e a sua dignidade.

Mas, como francesa, não tenho a pretensão de apresentar um ponto de vista que se possa assemelhar a uma lição!

A questão do aborto não pode ser decidida por aqueles e por aquelas que recusam, sempre em todos os domínios, a autonomia da mulher. Os mesmos que não aceitaram a coragem política de Simone Veil, querem também rever a abolição da pena de morte por via referendária. O papel, o dever de um político é o de tomar as decisões, por vezes contra uma maioria mal informada ou manipulada, que fazem evoluir o humano, que fazem progredir a sociedade.

É por isso que este referendo, qualquer referendo sobre questões como esta, parece-me, sim, um sinal de cobardia política.

Aina Pallier
(Jornalista e deputada independente pelo PCP no PE)

Um referendo injustificado

Estou de acordo com a Interrupção Voluntária da Gravidez porque, como é por todos reconhecido, a sua despenalização não obriga ninguém à sua prática.

O que está no centro do referendo e da campanha que o envolve é a manutenção da pena de prisão até três anos - que a lei actualmente prevê para as mulheres que recorram ao aborto - ou a permissão legal da sua realização, por decisão responsável da mulher, nas primeiras dez semanas, em condições de assistência e segurança médica.

Numa época em que se põem em causa os mais elementares direitos dos trabalhadores (homens e mulheres), através de práticas de contratação de mão de obra cada vez mais clandestina e

precária, e se tentam legitimar estas mesmas práticas recorrendo a alterações da legislação laboral e utilizando a Assembleia da República sem respeito pela vontade dos trabalhadores e suas ORT's, porque submeter a referendo a IVG, matéria do foro íntimo de cada um, depois de votada e aprovada maioritariamente na AR?

A resposta é simples, pretende-se continuar a restringir a liberdade da mulher, o seu direito de opção, como acontece em relação a muitos outros direitos. Mas estou convencido que, pela justiça do que está em causa, o sim vai ser claramente maioritário.

Júlio Vintém
(Membro do Comité Central do PCP)

Uma lei desajustada da vida

O que está em causa no referendo sobre a IVG, é apenas retirar do Código Penal a norma que condena a três anos de prisão as mulheres que recorrem ao aborto e, como consequência, admitir-se a sua realização, por decisão responsável, nas primeiras 10 semanas nos estabelecimentos de saúde públicos e em condições de assistência e segurança médicas. Não existe nisto qualquer juízo moral ou ético.

Porém, não faz sentido manter no plano jurídico normas que a prática social não reconhece.

O número de abortos clandestinos mostra isso mesmo. Por outro lado, a «discriminação» não constribe ninguém. Pelo contrário, cada um fica livre face aos valores éticos e sociais

que perfilar, de assumir responsabilidades nas suas decisões, sem medos repressivos da lei, nem intolerâncias dogmáticas.

Por último, o direito a poder abortar tem como reverso o direito de não pretender abortar, isto é, o direito a uma maternidade-paternidade consciente. Significa que a sociedade e o Estado têm o dever de proporcionar aos seus cidadãos meios materiais para a realização em condições de dignidade, deste objectivo social.

O direito ao emprego, ao salário, à habitação, à saúde, à educação sexual dos jovens não poderá ser afastado deste debate.

Manuel Veiga
(Médico)

Sexualidade tem valor próprio

Na intervenção que proferiu no debate, o procurador-geral adjunto do STJ, Maia Costa, chamou a atenção para algumas «mistificações» que se estão a fazer à volta do referendo sobre a despenalização do aborto.

«O que se vai decidir no próximo referendo é uma questão jurídica, embora se esteja a assistir à tentativa de deslocar a questão para um problema de ordem moral, de consciência, íntima, que nada tem de político. Ora, isto é uma mistificação.»

De facto, lembrou, o que se quer saber é «se uma determinada conduta inscrita no Código Penal como crime se deve despenalizar.» Trata-se, portanto, de um problema de política criminal. Em primeiro lugar, porque falta consenso em torno da penalização (como aliás a realização do Referendo vem demonstrar), em segundo lugar pela própria ineficácia da lei.

Ou seja, em primeiro lugar, para haver penalização de uma conduta tem de haver consenso em torno disso, o que não acontece. Pelo contrário, o que se passa é que mesmo as pessoas que defendem a criminalização da conduta têm uma atitude de tolerância em relação a essa conduta - numa situação de profunda hipocrisia -; em segundo

lugar, há uma conduta que é criminalizada «mas essa criminalização não evita a sua constante prática.»

Em conclusão: uma situação ambígua e hipócrita que, não punindo embora as mulheres que praticam o aborto, obriga-as à clandestinidade, e levanta-lhes graves problemas de saúde e até de morte.

Assim, a questão que se coloca é: «que protecção merece o feto? O feto é uma pessoa?» E sobre isto, Maia Costa diz que existem teorias «delirantes», que inclusive consideram que «do óvulo fecundado até ao fim da vida, é-se sempre a mesma pessoa.» Ou seja, uma outra mistificação.

Aliás, no Código Civil português, como em toda a parte, de resto, só «com vida plena» o feto poderia ser considerado pessoa. E o que importa saber é «se a opção da mulher deve prevalecer sobre a vida uterina, quando surge um conflito entre esta e outros altos valores consignados na Constituição.»

Na verdade, lembra Maia Costa, a sexualidade feminina, ao contrário da do homem, «foi sempre encarada com uma grande desconfiança, sempre conotada com as forças do mal e necessariamente ligada à maternidade.» Com a despenalização do aborto «opera-se a separação

entre sexualidade e maternidade. A sexualidade passa a ter um valor próprio, é uma forma de realização humana.» Surge, por fim, «o conceito de maternidade consciente, que não é um sacrifício ou uma imposição para a mulher.»

«Como conciliar, então, protecção com opção?» Maia Costa respondeu: «com os métodos/prazos, que correspondem àquilo que a medicina diz», ou seja, que «o feto tem um desenvolvimento embrionário, atrasado, até mais ou menos as 12 semanas.» E se, para ele, «a legalização total do aborto não seria naturalmente correcta», o facto de ter-se baixado das 12 para as 10 semanas não obedece a qualquer rigor científico, «é puramente fruto de consensos para obter o voto de mais uns quantos deputados do PS.»

Esta lei representa, contudo, um salto qualitativo, «constitucional e eticamente válidos», pois a lei actual não resolve a esmagadora maioria dos casos de interrupção da gravidez, que diz respeito a mulheres que não querem/não podem assumir a gravidez.

Como última «mistificação», Maia Costa denuncia a afirmação de que «despenalizar é ser favorável ao aborto». «Não é verdade» - garante - «é, sim, querer-se lutar contra o aborto com uma arma eficaz.»



Diferenças significativas

■ JORGE PIRES
Membro da Comissão Política

NOS DIAS 6 e 7 de Junho reuniram na cidade de Setúbal em Congresso da respectiva federação os socialistas do distrito. No mesmo dia em que este congresso foi encerrado com pompa e circunstância, mas onde não se ouviu uma única referência ao referendo do próximo dia 28, tanto na intervenção do ex-ministro António Vitorino, como do actual responsável distrital eleito uns dias antes do congresso, decorreu nos concelhos de Setúbal, Moita e Montijo as respectivas Assembleias das Organizações do PCP.

Não é minha intenção imiscuir-me na vida interna do PS no distrito de Setúbal, mas não posso deixar de nesta fase da vida nacional em que se fala muito na democracia interna dos partidos, e da abertura destes à sociedade, e que muitos dos analistas que sobre esta temática escrevem sobre o PCP, são pessoas directa ou indirectamente ligados ao PS, mas também porque hoje insistentemente se questiona a forma como se faz política e os seus protagonistas, chamar a atenção dos menos atentos para alguns aspectos das práticas deste partido comparando-as com as do PCP e desta forma mostrar não serem os partidos e os políticos todos iguais, bem como deixar claro que nestas como noutras matérias o PCP não recebe lições do PS.

Nestas quatro iniciativas de grande significado político, com âmbito e responsabilidades diferentes, podemos apesar disso encontrar duas diferenças fundamentais na forma de estar e fazer política, que sublinhamos com justificado orgulho.

A primeira é que enquanto na reunião magna dos socialistas do distrito, a questão central do debate se centrou, a avaliar pelas várias moções de estratégia, em aspectos relacionados com o poder (o poder conquistado, como mantê-lo hoje, e como vir a reforçar nos actos eleitorais até 2001), sem o mínimo de autocritica, face às fortíssimas responsabilidades que partilham com o Governo do seu próprio partido na não concretização dum conjunto vasto de promessas eleitorais não cumpridas e procurando através dum conjunto de generalidades, fugir à discussão concreta dos problemas que afectaram o distrito e a sua população, nas três assembleias das organizações concelhias do PCP, a prioridade do debate centrou-se nas pessoas que habitam ou apenas têm a sua actividade profissional nos respectivos concelhos, nos problemas que as afectam, nos níveis de qualidade de vida e na satisfação de necessidades fundamentais, na dignificação do trabalho e do trabalhador e sobretudo na procura de soluções para resolverem os seus problemas, que em grande medida são consequências das políticas seguidas pelo Governo do PS nestes quase 3 anos de governação.

A segunda, que marca de forma inequívoca uma diferença substancial na participação democrática dos militantes na vida interna dos partidos, está no envolvimento de muitas centenas de camaradas, apesar de ainda insuficiente, tanto na fase preparatória como na realização das assembleias das organizações do PCP, envolvimento a partir do qual é possível construir, já com a integração de muitas opiniões vindas de vários sectores da vida económica, social e cultural do meio onde estas organizações estão integradas, as propostas e as medidas que melhor servem os interesses colectivos.

Ao contrário, no congresso distrital do PS discutiu-se à volta dum conjunto de propostas genéricas apresentadas por alguns (poucos) que através das suas moções de estratégia procuraram acima de tudo posicionarem-se face aos lugares em aberto na estrutura partidária, mas sobretudo nas estruturas do poder público local, regional e nacional, leitura que nos é confirmada a partir das próprias moções de estratégia como são exemplo dois parágrafos que passo a citar: "É bom não esquecer que muitos dos que hoje ocupam lugares no aparelho de Estado em nada contribuíram para essas vitórias, porque nada fizeram", e "Mudar de atitude evitando jogadas pessoais, o atropelo de camaradas que podem ter mesmos interesses que nós, transformando a inveja em relação aos mais bem sucedidos em orgulho pelo seu sucesso, tentando com persistência concretizar os nossos objectivos, mas sempre com ética e solidariedade".

São apenas dois exemplos do nível que a discussão atingiu num congresso em que procuraram disfarçar as suas fraquezas criticando e injuriando aqueles que ao longo dos anos tudo fizeram para colocar o distrito no índices mais elevados de qualidade de vida a nível nacional. Esses são o PCP e muitos outros que conosco têm trabalhado, nomeadamente socialistas.

Quando falamos de democracia interna, e participação dos militantes, ou de abertura à sociedade não estamos a falar na par-

ticipação de alguns, mas do colectivo partidário, não estamos a falar da valorização do eu em detrimento do nós, não estamos a falar de falsas promessas e da instrumentalização das pessoas para ganhar votos. Estamos sim a falar dum espaço onde a valorização do indivíduo é estimulada e enriquecedora da opinião colectiva, onde a abertura à sociedade se faz na ligação permanente aos cidadãos, e às massas, procurando interpretar os seus anseios, estando

com elas nas pequenas e grandes causas, nunca procurando a sua instrumentalização e muito menos prometendo aquilo que não podemos ou não queremos fazer, como via para chegar ao poder pelo poder.

O mínimo que se pode exigir a um partido que através do voto popular assumiu as responsabilidades de poder que o PS tem hoje no plano nacional e distrital, é que diga aos cidadãos que ali vivem ou trabalham quais as propostas que tem para o desenvolvimento daquela importante região, ou sobre o conjunto de problemas que afectam os trabalhadores, os jovens que não vêem motivações e saídas para a concretização das suas aspirações, as mulheres que continuam a ser penalizadas com o desemprego e os idosos que não vêm as suas pensões de reforma actualizadas para valores compatíveis com a dignidade que o Outono da vida merece.

Por exemplo seria interessante responderem a um conjunto de interrogações que passo a referir:

- que opinião têm sobre as consequências da escandalosa política de privatizações aprofundada por este Governo do PS, no tecido económico e no plano de emprego, em que a taxa de desempregados se mantém no dobro da média nacional (+ de 13%), mas também o que pensam sobre as propostas de alterações às leis laborais que o Governo do seu partido pretende fazer aprovar, as quais vão penalizar fortemente os trabalhadores?

- Que têm a dizer aos trabalhadores da Sodina (ex-Renault) e da Torralta, que ou vão para o desemprego ou aceitam alternativas em piores condições salariais e outras regalias, que tinham conquistado durante anos de trabalho e luta, ou como no caso da Torralta os que conseguem manter-se na empresa ficaram com o corte significativo de direitos, tudo isto com o conhecimento do Governo?

- O que pensam, já que falaram muito em solidariedade, sobre a mais que provável privatização de importantes funções sociais do Estado na área da saúde e Segurança Social, mas também que iniciativas vão tomar junto do Ministério da Saúde para forçarem o governo à concretização duma grande aspiração das populações do Litoral Alentejano que é a inclusão da maternidade no Hospital de Santiago do Cacém?

- Que propostas têm para a área do ambiente, ou o que têm a dizer sobre o facto da ministra não dar respostas positivas a um conjunto significativo de propostas das autarquias do distrito relativamente ao tratamento de águas residuais, abastecimento de água à península, entre outros? Mas também e tendo em conta importantes responsabilidades autárquicas que têm no concelho de Setúbal, que dizem sobre a proposta do Governo de autorizar a Secil em pleno Parque Natural da Arrábida e incinerar resíduos industriais peigosos? Será que não têm opinião ou estão a esconder que vêem nesta possibilidade uma forma de resolver problemas financeiros da Câmara?

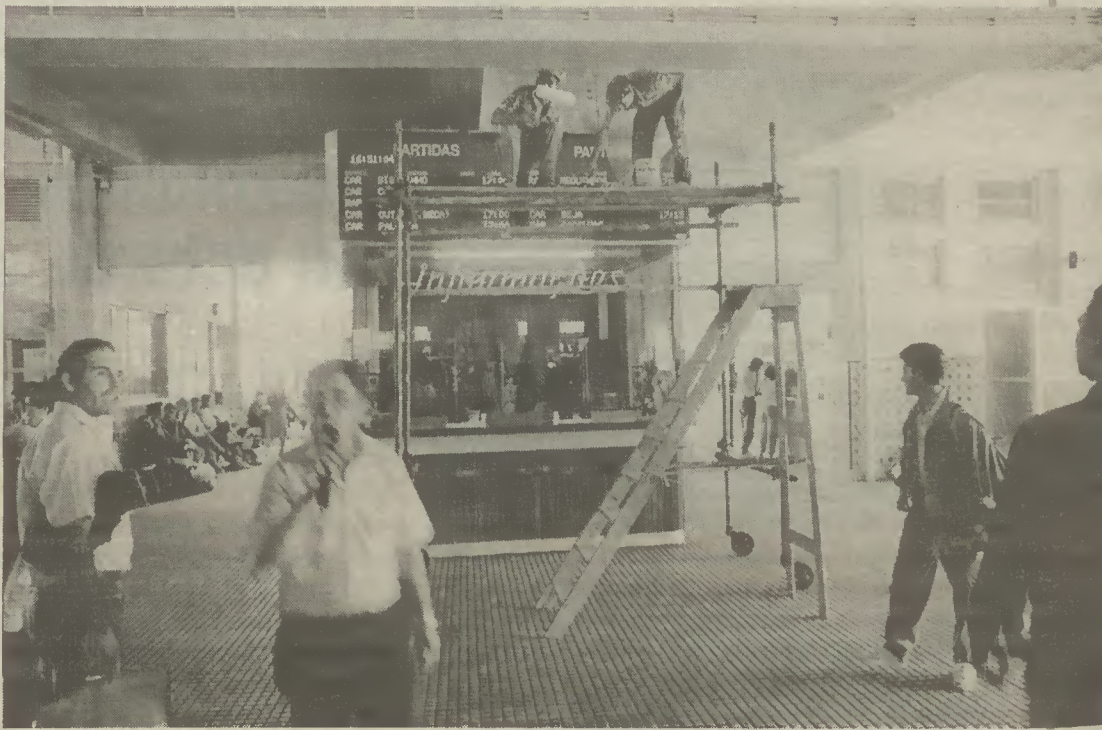
- Que opinião têm sobre a forma como o Governo tem vindo a tratar o Metro Sul do Tejo, comparativamente ao do Porto? Ou sobre a resposta que não chega para satisfação das reivindicações

de milhares de utentes que fazem travessia do Tejo entre Barreiro e Lisboa para a instalação de barcos rápidos?

Sobre tudo isto e muito mais que tem a ver com o quotidiano dos cidadãos o congresso não disse nada. Não disse porque ou não tem opinião ou o comprometimento com as políticas do Governo determina a postura do PS no distrito e impede-o de explicar porque razão o discurso e a prática não coincidem.

Estou de acordo com a afirmação feita no programa de candidatura do actual presidente da federação distrital do PS, "que só um partido motivado para a discussão dos temas que mobilizam as vontades dos cidadãos, poderá aspirar a assumir-se como

O mínimo que se pode exigir a um partido que através do voto popular assumiu as responsabilidades de poder que o PS tem hoje no plano nacional e distrital, é que diga aos cidadãos que ali vivem ou trabalham quais as propostas que tem para o desenvolvimento



líder num distrito ou numa região", só lhe faltou concluir que o seu PS não preenche estas condições.

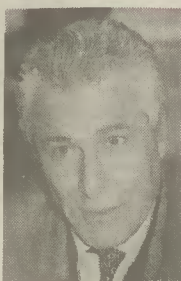
O distrito de Setúbal é uma região de que o país não pode deixar de se orgulhar com justiça, dado os níveis de qualidade de vida e de satisfação de necessidades fundamentais das populações que se conseguiram relativamente à média nacional. É uma obra extraordinária que tem a marca do PCP, dos seus aliados e de milhares de homens e mulheres, sem filiação partidária, que conosco têm trabalhado nos órgãos autárquicos. Obra que não tem sido acompanhada ao mesmo nível nas áreas de intervenção e responsabilidades dos sucessivos governos.

Por tudo isto para o distrito e para as suas gentes a alternativa é o reforço do PCP, é a opção por uma verdadeira alternativa política que congregue todos aqueles que se têm situado numa posição crítica relativamente às orientações neoliberais do Governo do PS.

Debate democrático pede-se!

O debate em democracia assenta em convicções e argumentos. Repudia a baixeza dos insultos e calúnias, tal como a torpeza de insinuações cobardes.

Analisado quanto ao seu conteúdo, o debate sobre a despenalização do aborto tem-se desenvolvido de forma não linear. Muitos são os que intervêm, pelo "sim" e pelo "não", com os seus argumentos, expostos como sabem e podem, mas dentro das regras do debate democrático. Muitos são os que apelam ao respeito pelas opiniões alheias e praticam esse respeito. Mas há também quem tenha escolhido a via do terrorismo verbal, das ameaças, dos insultos. E das insinuações torpes.



■ João Amaral

Gostem ou não os partidários do "não" (e que são os que resistem à mudança contida na pergunta em referendo), tem sido de entre eles que têm surgido as vezes insultuosas, mesmo que poucas e



minoritárias. É preciso explicar a quem assim procede que isso não é só sinal de baixo carácter. Se querem ferir os que têm outra opinião, claro que o conseguem. Ninguém é imune a insultos torpes e insinuações.

Mas, o que fundamentalmente mostram essas vezes insultuosas, é falta de argumentos. E alguma invejinha por a actual lei ser mais convincente, mais luminosa, e mais compreensível e visível.

Essa falta de argumentos é significativamente demonstrada no Acórdão do Tribunal Constitucional nº 288/98, que apreciou a constitucionalidade e legalidade do referendo (cfr. "Diário da República" nº 91/98, Suplemento, I Série A, de 18 de Abril passado).

Este Acórdão tem sido pouco referido, talvez porque as posições que o Tribunal Constitucional foi assumido ao longo do tempo o tornaram num Tribunal muito controverso e pouco amado... Mas, a leitura do Acórdão é útil, particularmente pelos que hesitam na resposta afirmativa por se sentirem tocados pela argumentação sobre a protecção da vida intra-uterina.

O Acórdão do Tribunal Constitucional merece leitura precisamente por demonstrar que, mesmo para os que assim pensam, há fundamentação para tomarem a posição de "sim" à despenalização do aborto, nas condições referidas na pergunta.

O Acórdão invoca a análise da legislação da União Europeia, bem como relevantes pareceres, estudos e decisões judiciais portuguesas (designadamente, os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 25/84 e 85/85, de apreciação da Lei nº 6/84, que introduziu no nosso direito a possibilidade legal de realizar a interrupção voluntária da gravidez por razões de ordem terapêutica - perigo de vida ou para a saúde física ou psíquica da mulher; eugénica - grave doença ou malformação do feto; e ética - gravidez resultante de violação, ou, de forma mais ampla, de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual).

O que é importante no Acórdão é a demonstração de que, mesmo aceitando que o artigo 24º da Constituição (direito à vida) abranja também vida intra-uterina, mesmo assim a solução que decorre do referendo, de despenalização da IVG nas circunstâncias e prazos definidos na pergunta, não viola um princípio da protecção dessa vida intra-uterina e não é por isso inconstitucional.

intra-uterina após a nidação, concluía que na ponderação entre esse direito e o direito da mulher ao livre desenvolvimento da personalidade, existem certas situações que não tornavam exigível que ela levasse a gravidez até ao seu termo sob a ameaça de sanções penais. Na sequência desta decisão, foi aprovada uma lei que, sem consagrar o sistema dos prazos, permitia no entanto a IVG, por razões sociais, em caso de especial angústia da mulher.

Mais tarde, em 1992, o Tribunal mudou a sua apreciação, aceitando o sistema de prazos. Com a mesma premissa sobre a vida intra-uterina, o Tribunal ponderou o conflito entre a obrigação do Estado de proteger a vida intra-uterina e a protecção de outros direitos, designadamente os direitos da mulher à vida e à integridade física, à dignidade humana e ao livre desenvolvimento da personalidade. Daí concluiu o Tribunal que o legislador podia ponderar esse conflito, admitindo que em certos casos não devia ser imposto o dever de levar a gravidez até

não goza ainda, no entanto, de um direito absoluto à vida, reconhecendo que pode haver conflito com os direitos da mulher (incluindo o seu direito ao livre desenvolvimento da personalidade), e portanto situações em que estes direitos devem prevalecer. Assim, na aplicação da lei, todas as autoridades (incluindo portanto as policiais e judiciais) aceitaram a invocação das razões sociais para a realização legítima da IVG, ancorando essas razões sociais no aborto por razões de saúde psíquica da mulher.

O Acórdão do Tribunal Constitucional português nº 288/98, para que se chama a atenção, desenvolve e aprofunda a argumentação em torno destas questões. O Acórdão aceita que o artigo 24º contenha como dimensão objectiva (isto é, não subjectivada num indivíduo) a protecção da vida intra-uterina. Só que essa protecção não se pode confundir com o direito à vida de indivíduo já nascido. A realidade é que o direito faz a distinção, quando, por exemplo só atribui personalidade aos já nascidos ou quando distingue o crime de homicídio e o aborto. Mais ainda mais, do que o direito, essa distinção é feita pelo "sentimento



Esta demonstração é feita para o sistema previsto na pergunta, o sistema de prazos. Mas, é muito interessante fazer a análise de legislação de outros países, que, sem admitirem o sistema de prazos, mesmo assim admitem a IVG fundada

ao seu termo. Mas não só, o Tribunal admitiu expressamente que o legislador pudesse adoptar um conceito de protecção da vida intra-uterina que, na fase inicial da gravidez, se centrasse em medidas de carácter preventivo, por exemplo o



em razões económico-sociais. Foi o que se passou na Alemanha (entre 1975 e 1992) e é o que se passa em Espanha.

Na Alemanha, uma célebre sentença do Tribunal Constitucional Alemão, de 1975, partindo da asserção de que o direito à vida abranjeria toda a vida

aconselhamento da gravidez, abandonando nesse prazo a ameaça penal.

Já em Espanha, a lei tem o mesmo conteúdo essencial que a actual lei portuguesa. O Tribunal Constitucional considerou que, embora o embrião constitua um bem jurídico constitucionalmente protegido,

jurídico colectivo", que pondera muito diferentemente quem faz um desmancho no início da gravidez, de uma situação de "morte" do feto pouco antes do nascimento, ou, evidentemente, de um infanticídio ou homicídio.

O Acórdão sublinha que, saber se o conflito entre protecção da vida intra-uterina e a protecção dos direitos da mulher exige ou não o recurso à ameaça penal, é um problema que só pode ser resolvido pelos princípios de política criminal. Ora a tutela penal só se justificará se for proporcionada, e, para ser, precisaria de ter eficácia, o que não se verifica na realidade social. Pelo contrário, a ameaça penal, não só é ineficaz, como pode ser causa de grave lesão de direitos fundamentais da mulher. Além de ir contra o já referido "sentimento jurídico colectivo".

Por tudo isto, pode concluir-se no Acórdão o seguinte: "Assente, v.g., que o aborto constituiu um acto irrecusavelmente negativo e intrinsecamente mau, daí não decorre axiomáticamente a necessidade da sua criminalização".

No espaço deste artigo, não é possível, sequer, resumir adequadamente uma argumentação que se desenvolve no "Diário da República" em 22 densas páginas a duas colunas e que demonstram de forma aprofundada como, mesmo se sendo contra o aborto, há sólidas razões para votar a favor da despenalização, para votar "Sim".

Evidentemente que continuará a haver quem queira que tudo continue na mesma, apesar das consequências que isso acarreta em diferentes planos. E continuará a haver alguns (poucos) que preferem aos argumentos os insultos e as torpes insinuações. Haverá sempre quem não aceite o debate democrático.

■ António Abreu

A Reabilitação Urbana nos Bairros Históricos de Lisboa

Muitas cidades procuram fixar a população dos seus centros, mais ou menos antigos, quando eles a começam a perder, perdendo com isso identidades, vida própria e relações de vizinhança. A reabilitação urbana nos bairros históricos de Lisboa procura, com essa fixação, atenuar os movimentos pendulares durante o dia, a periferação da cidade, a desertificação e a insegurança, o desenraizamento, a perda de relações de vizinhança e solidariedade entre a população, do património urbano e arquitectónico, da identidade dos bairros e da coexistência de diferentes funções urbanas, nomeadamente o pequeno comércio, os serviços de proximidade, a vida associativa e cultural.

Esta reabilitação tem como elemento fundamental a melhoria das condições de habitação e salubridade, mas não se resume a ela, procurando intervir, de forma integrada, no restante espaço urbano e na vida económica e cultural, estimulando a estima dos residentes pelos bairros, as potencialidades turísticas e a segurança. As potencialidades destas intervenções integradas, quando aplicadas a um equipamento ou a um conjunto mais notável, são as de atrair para elas novas fontes de financiamento (projectos integrados).

A reabilitação urbana destes bairros, para cumprir estes objectivos, exige uma forte intervenção do município e do Estado, já que o baixo nível de rendimentos da população e de alguns proprietários dos prédios, conduziria os processos de reabilitação, apenas baseados no mercado, a alterações significativas da população residente e a situações contraditórias com os objectivos atrás enunciados.

Naturalmente que a preocupação em fixar a população não impede a sua renovação e as actividades económicas e culturais próprias, a criar, procuram integrar na modernidade a identidade e permanência culturais.

Esta intervenção tem sido feita também em equipamentos onde serão integradas diferentes funções e que exigem uma gestão municipal participada pelas populações para poderem ser factores de dinamização da vida local. Para a gestão destes equipamentos foi mesmo constituída uma empresa municipal – a EBAHL, Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, EP.

Esta participação da população é aliás uma das características da intervenção. De facto, os gabinetes locais de reabilitação urbana, interdisciplinares, estão fortemente implantados nos bairros, em articulação com as juntas de freguesia, associações e outros actores locais, com quem vão definindo as prioridades de intervenção.

Como em todos os processos em que o município intervém no quotidiano das pessoas, por vezes com graves problemas e angústias, a reabilitação urbana dos bairros históricos não é um processo linear, é questionável, tem que ser avaliado e questionado nos objectivos e modos de agir para os realizar, tem que rejeitar decididamente concepções tecnocrá-

ticas e pretensamente modernas que pretendem impor soluções, construções assentes na destruição do que existe ou na remissão do que existe para museus.

Os bairros onde decorre

Os bairros históricos são os mais velhos bairros do centro da cidade e estão assentes em colinas laterais aos principais eixos viários. Têm como organização visível mais antiga do tecido urbano a cidade árabe. Outros nasceram no século XIV.

A reconstrução posterior ao terramoto de 1755 manteve a estrutura pré-existente nestes bairros, enquanto a zona da Baixa se baseou num traçado iluminista e numa construção de grande qualidade arquitectónica e estrutural. Enquanto esta zona se transformou no centro de negócios e perdeu a sua população residente, os bairros das colinas foram-se despoando parcialmente, perderam vitalidade económica, degradaram-se por falta de conservação e modernização.

Algumas parcelas destes bairros foram desaparecendo quando vigorava a tese de que a modernização e a salubridade exigiam a construção de novo sem garantir a continuidade das pré-existências. Porém, a consciência cívica de reabilitação urbana nos últimos vinte e cinco anos formou-se na perspectiva de valores e identidades que devem ser salvaguardados e de que a durabilidade do edificado se assegura melhor, transformando na continuidade e sem rupturas.

Origem e evolução

A reabilitação urbana decorre da participação popular e das lutas urbanas posteriores ao 25 de Abril de 1974, a que o município respondeu com a instalação de gabinetes locais para intervir num parque habitacional muito degradado, privado, na sua maioria ocupado por residentes de fracos recursos em processo de envelhecimento. Só a partir das mudanças políticas operadas no município nos finais da década de 80, esta resposta passou a ter a dignidade de eixo estratégico e inovador na gestão urbana. A partir daí as zonas de intervenção foram alargadas, abrangendo,

desde então, um conjunto de 56 mil habitantes de 26 mil fogos. Criou-se uma Direcção Municipal de Reabilitação Urbana que coordena e apoia tecnicamente as intervenções e integra competências que nos pontos da cidade estão divididas por diferentes serviços, os recursos humanos aumentaram cinco vezes e os financeiros oito vezes.

Foram ainda criados os instrumentos jurídicos e financeiros de apoio a este processo. Criaram-se para estes bairros instrumentos legislativos especiais. Estas zonas foram declaradas "zonas críticas de reconversão e recuperação urbana", o que equivale a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação. O município pode exercer o direito de preferência na venda de propriedades. Os proprietários, inquilinos e o município têm ao seu dispor o programa RECRUA que prevê um financiamento a fundo perdido que pode atingir 85% nos bairros históricos (65% nos outros bairros). O município pode substituir-se aos proprietários nestas obras quando estes as não realizarem. Um outro programa, suscitado pela Câmara Municipal de Lisboa junto do Governo, o REHABITA, permite ao município financiamentos, sendo 50% a fundo perdido e os outros 50% a taxas bonificadas para os realojamentos definitivos ou provisórios decorrentes das operações de reabilitação urbana ou da compra ou construção desses fogos. Este último programa só é aplicável nas "zonas críticas" que disponham de planos de urbanização. Estes têm sido elaborados pelos Gabinetes Locais, em estreita ligação com a população, e beneficiando da sua própria experiência de gestão.

de das construções, garantindo condições de habitabilidade e salubridade, respeitando a traça original e eliminando elementos que a adulterem, e são realizadas segundo as técnicas e os materiais originais.

Este tipo de reabilitação reduz o desperdício de materiais, recupera técnicas tradicionais de construção que recorrem a materiais naturais e à conservação passiva de energia (calor e frio), permitem uma mais forte incorporação de mão-de-obra e recorrem a mais de mil postos de trabalho que reduzem o desemprego local, procurando ir ao encontro de preocupações ecológicas e sociais, de poupança de energia e de sustentabilidade.

pelos transportes colectivos, com a redução do tráfego automóvel e a pedonização de vias.

Como referimos atrás, depois de numa base inicial, dada a gravidade da degradação da habitação, se ter intervido pontualmente, de acordo com prioridades definidas, passou-se, há quatro anos, a intervir de maneira a dinamizar as actividades económicas, culturais e sociais e a melhorar as condições de vida nestes bairros, até devido à necessidade de procurar novos apoios à intervenção, decorrentes de reduções orçamentais verificadas em 1994 e 1995. Os projectos integrados tornaram-se, então, em importantes projectos-âncora de desenvolvimento integrado, com a



O que se faz, como se faz

As intervenções no edificado são reduzidas ao mínimo e procuram assegurar a estabilidade e durabilidade

As associações locais são directamente apoiadas para as suas próprias obras, a valorização do seu património e a realização das festas populares.

Por outro lado, à parte dos planos de urbanização, definiu-se uma série de acções com vista a elevar a qualidade ambiental, como por exemplo acontecerá, a partir de 1 de Julho, na Colina do Castelo, com o reforço da acessibilidade a este monumento

participação de diferentes actores e parceiros. Arrancou-se, em cada um dos bairros, com um destes projectos, alguns dos quais estão mais avançados:

- Na Colina do Castelo, o projecto integrado do Castelo;
- Na Costa do Castelo, o projecto integrado do Teatro Taborda;
- Em Alfama, o projecto integrado do Recinto da Praia e do Largo do Chafariz de Dentro.

O projecto de lei do PP para a Segurança Social

■ Eugénio Rosa

Estão também numa fase inicial:

- No Bairro Alto, o projecto integrado do Palácio Marim Olhão;

- Na Madragoa, o projecto integrado do Convento das Bernardas.

Resultados atingidos

Até Maio de 1997 foram reabilitados cerca de 5 800 fogos - 29% do total. O custo por fogo é cerca de metade do que teria se fosse construído um novo fogo social. Como os privados intervm com 38%, os fundos públicos necessários correspondem à quarta parte do custo do fogo social. Os investimentos até essa data tinham totalizado 19,2 milhões de contos, sendo 41% do município, 19% do Estado e 40% dos privados.

Antes da criação do REHABITA estimávamos, há 3 anos atrás, que seriam ainda necessários 20 anos para reabilitar estes bairros. Com este novo programa, pode admitir-se que o processo demore metade desse tempo, pois tornou o anterior RECRUA mais atractivo para o município e particulares, devido ao aumento da comparticipação do Estado. Isto é, depois de iniciado nos finais dos anos 90, este processo de reabilitação urbana deve, no essencial, estar concluído no final da próxima década.

O futuro do processo de reabilitação urbana

Na próxima década importa prosseguir coerentemente este trabalho.

- Acelarando e concluindo o trabalho de reabilitação urbana;

- Melhorando a qualidade de vida e o ambiente urbano nos bairros históricos;

- Concluindo os projectos integrados;

- Valorizando as zonas históricas através da requalificação do espaço público e a reabilitação e valorização dos equipamentos existentes;

- Aprofundando a participação da população;

- Criando condições para serem declaradas novas áreas de intervenção;

- Assegurando no município adequados níveis de investimento e de quadros do pessoal técnico e procurando a participação de outros parceiros e investimentos.

O PP de Paulo Portas apresentou um Projecto de Lei, denominado "Bases do Sistema Nacional de Segurança", a que os órgãos de informação deram uma grande cobertura mediática.

No entanto, como sucede muitas vezes, limitaram-se a repetir, ampliando, aquilo que os autores do projecto estavam interessados que fosse dito, no lugar de prestarem uma informação completa à opinião pública, o que obrigaria a um estudo sério do projecto lei, e a divulgação dos seus pontos mais importantes, bem como das consequências da sua aprovação para os beneficiários actuais ou futuros da Segurança Social.

Como provaremos, por ignorância ou intencionalmente, a esmagadora maioria dos órgãos de informação omitiram aspectos importantes e graves desse projecto, e mesmo aquilo que divulgaram fizeram-no manipulando o que consta do projecto de lei.

Contrariamente ao que divulgaram os órgãos de informação, só uma pequena percentagem de reformados é que, de acordo com o projecto do PP, beneficiariam da aproximação da pensão que recebem em relação ao salário mínimo nacional até ao ano 2005.

Efectivamente, segundo o nº 4 do artº 28º do projecto de lei, "a bonificação social necessária para a convergência ... não se aplica às situações de carreira contributiva inferior a 15 anos". E como se sabe, a maioria dos reformados que recebem a pensão mínima descontaram para a Segurança Social menos de 15 anos, sendo essa mesma a razão principal de receberem uma pensão de tal valor.

Por outro lado, de acordo com o nº 2 do mesmo artigo, tal aproximação ao salário mínimo nacional não se aplica ao chamado subsistema de solidariedade, que inclui os reformados que recebem a pensão social assim como os reformados pertencentes ao regime especial da segurança social dos trabalhadores agrícolas, cujo número, neste momento, deverá rondar os 700.000, e cujas pensões ficarão ligadas apenas ao valor da pensão mínima do Regime Geral da seguinte forma: - não poder ser inferior a 70%, que é já praticamente a situação actual.

Em conclusão, e de acordo com estimativas feitas o número de reformados cujas pensões convergiam, até ao ano 2005, para o montante do salário mínimo nacional deve representar cerca de 20% (apenas 20 em cada 100) do total de reformados que actualmente recebem uma pensão inferior ao salário mínimo nacional. Portanto, um número muito inferior àquele que os órgãos de informação fizeram crer.

E mesmo aquela reduzida percentagem de reformados (20 em cada 100) não veria a sua pensão coincidir com o valor do salário mínimo nacional, pois o valor a considerar não é aquele, mas sim o valor do salário mínimo deduzido da Taxa Social Única, ou seja, reduzido em 11%, o que corresponderia actualmente a cerca de 7000\$00 menos que o salário mínimo.

A destruição do sistema de Segurança Social

Como mostraremos seguidamente, a aproximação da pensão mínima ao salário mínimo nacional constituiu fundamentalmente uma forma de iludir a opinião pública, desviando a atenção desta de partes extremamente graves do projecto de lei do PP, cujos dirigentes nunca falaram, e que a maior parte dos órgãos de informação também omitiram, ou por ignorância ou intencionalmente.

Assim, de acordo com o nº 2 do artº 18º do projecto de lei do PP, "a determinação dos montantes das prestações "que inclui também as pensões de reforma" pode obedecer, igualmente, ao princípio da diferencialidade social ... tendo em conta, entre outros factores, o período contributivo, a duração da prestação, as despesas familiares, o grau de incapacidade e a idade do beneficiário". Portanto, a pensão deixaria de ser um direito, cujo valor é calculado multiplicando o número de anos de desconto vezes 2% vezes o chamado salário pensionável (a média aritmética dos salários revalorizados dos melhores 10 anos dos últimos 15 anos de desconto), portanto um valor facilmente calculado por cada trabalhador, resultante do número de anos de desconto e do valor dos salários sobre os quais o desconto foi feito nos últimos 15 anos de actividade; repetindo, a pensão deixaria de ser um direito, cujo valor é calculado da forma anteriormente referido, e o seu montante passaria a ficar dependente de uma série de factores que poderiam determinar que dois trabalhadores que tivessem descontado o mesmo número de anos sobre valores de salários iguais, recebessem ao fim de 40 anos de trabalho, pensões muito diferentes. Tudo dependeria do peso dos outros factores constantes do projecto da lei do PP.

E de acordo com o artº 15º do mesmo projecto de lei, as contribuições, ou, para utilizar uma palavra mais familiar aos trabalhadores, os descontos para a Segurança Social passariam a ser "determinadas por incidência dos valores per-

centuais fixados na lei sobre as remunerações ou equiparadas até um limite superior o qual seria indexado a um factor múltiplo do salário mínimo nacional" (nº 2 e 3 deste artigo), ou seja, estamos perante o chamado **plafonamento horizontal**, que consiste no seguinte: - Passar-se-ia a descontar para a Segurança Social, incluindo as empresas, apenas até um determinado valor do salário, que, segundo a Comissão do Livro Branco e o ministro Ferro Rodrigues, devia ser igual a cinco salários mínimos nacionais.

Para além disso, o PP defende no seu projecto (nº 4 do artº 15º) que o **plafond** referido anteriormente evolua para um **plafond vertical**, o que significa que todos os trabalhadores, seja qual fosse a sua remuneração, deixassem de descontar para a Segurança Social sobre uma parcela da sua remuneração (por exemplo, 25% do salário de todos os trabalhadores).

E como tudo isto já não fosse suficiente, o nº 6 do artº 15º do projecto de lei apresentado pelo PP diz expressamente que "o limite superior contributivo", ou seja, o chamado **plafond**, «deve ser estabelecido tendo em conta o total de remunerações dos cônjuges». Estamos perante um insólito **plafond conjugal**, que determinaria que o desconto para a Segurança Social de cada trabalhador, e, consequentemente, também de cada empresa, dependeria do rendimento do agregado familiar a que o trabalhador pertencesse.

Interessa ainda referir que de acordo com o artº 16 do mesmo projecto de lei a idade de reforma poderia ser alterada aquando da discussão do Orçamento do Estado, ou seja, todos os anos, e naturalmente ficaria dependente de critérios orçamentais.

Um projecto de lei à medida das seguradoras e das SGFP

É evidente que se as propostas constantes do projecto de lei apresentado pelo PP fossem aprovadas, verificar-se-iam inevitavelmente três consequências a curto prazo: - (1) Uma redução muito acentuada das receitas da Segurança Social, pondo imediatamente em perigo a sua sustentabilidade financeira; (2) Os valores das pensões de reforma desceriam acentuadamente, pois os descontos para a Segurança Social seriam feitos sobre uma parte do salário de cada trabalhador e, consequentemente, o valor do salário com base no qual se calcula a pensão de reforma seria muito mais baixo; (3) Finalmente, as propostas do PP representariam para as empresas o aumento dos seus lucros, pois passariam a não ter de entregar à Segurança Social uma parte dos descontos a que actualmente são obrigadas.



Em resumo, juntando estes três tipos de plafonamentos às restantes medidas que constam da proposta do PP, que já se referiu anteriormente, o que verdadeiramente se procura é destruir o sistema actual de Segurança Social e abrir, deste forma, o caminho fácil aos fundos de pensões, ou seja, às Seguradoras e às Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões (SGFP), a esmagadora maioria ligadas a bancos.

Para terminar interessa recordar o afirmado pelo presidente da Associação das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, num debate organizado pelo Forum Social, do dr. Medina Carreira, em 1997: - "O sistema público de Segurança Social ao permitir ao trabalhador a obtenção de um benefício potencial demasiadamente generoso, não tem deixado espaço para o crescimento sustentado dos fundos de pensões". Portanto, o que pretende o PP com seu projecto de lei é destruir o sistema público de segurança social para abrir "espaço para o crescimento sustentado dos fundos de pensões". O projecto de lei do PP vem assim responder a uma reivindicação do capital financeiro, apresentada também com força na reunião que o governo realizou recentemente no Estoril com os representantes dos grandes grupos económicos portugueses. É preciso não esquecer, que o dr. Bagão Felix, autor do projecto de lei do PP, apesar de se apresentar normalmente como especialista das questões da segurança social, é o responsável pelas áreas de seguros e fundos de pensões do grupo BCP/BPA, portanto um dos homens de confiança de Jardim Gonçalves.

Quem tem o direito de exigir?

Ziliah Branco

No encerramento da Segunda Cimeira das Américas (de que Cuba foi excluída por imposição dos Estados Unidos e submissão dos demais 33 países que a integram), o Presidente do Brasil recomendou paternalisticamente a Fidel Castro como condição de futura adesão: «Por que não dar os passos da democracia, que são tão bem-vindos por todos, para que amanhã nós todos possamos dizer: nossa América é uma só, democrática e feita de irmãos». Com as costas quentes pelos abraços de Clinton acrescentou: «Entendo que a visita do Papa foi muito positiva a Cuba, mas é preciso que continue a haver a libertação de presos políticos, haver um clima de maior liberdade». Generosamente «reconhece os esforços do governo cubano na área social», no seu discurso soberano.

Lata é o que não falta! Se o Brasil pudesse exportar este produto conseguia melhorar a balança comercial que no mês de Abril apresentou um défice de 228 milhões de dólares e 3,7 mil milhões em 1997. Em matéria de realidade social o governo brasileiro não tem qualquer autoridade para fazer recomendações a Cuba que mesmo com o embargo imposto pelo imperialismo alcança os índices de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos. O Banco Mundial revelou que o Brasil apresenta hoje uma situação «pior que a da média da América Latina» com 19% das crianças de 10 a 14 anos trabalhando para sobreviver, com uma expectativa de vida ao nascer de 63 anos (se não for assassinado por acaso antes), com uma mortalidade infantil de 67 por mil, com 17% de analfabetos.

Convinha reciclar nos cursos de ciências sociais, de que o Presidente FHC é mestre, os conceitos de democracia, de liberdade e de desenvolvimento. Se a população brasileira fosse consultada certamente explicaria singelamente que de nada lhe serve a liberdade de privatização e as outras que beneficiam a elite mandante quando não há a liberdade de sobreviver em paz; que democracia que valha a pena é a que assegure a prevenção da saúde pública para combater as contínuas ameaças dos vírus que hoje povoam o território brasileiro transformado em grande coabita; que desenvolvimento é o aproveitamento dos recursos naturais e das forças produtivas que no Brasil morrem por abandono ou usurpação.

Éticas e justiça

Infelizmente os brasileiros já desistiram de protestar contra as formas de arrogância e de sobrançeria diante da avalanche de demonstrações que há tantos anos nos afoga. Não se pode dizer que haja um embotamento da sensibilidade ou falta de discernimento, pelo menos naqueles que trabalham e enfrentam a realidade sem proteccionismos. Nas conversas de rua, nas salas de espera, nas filas para o cumprimento dos deveres burocráticos, as opiniões são lúcidas e revelam uma revolta que promete.

Multiplicam-se as iniciativas tomadas pela população para organizar minimamente a vida nas cidades. A criatividade é tal que até um sindicato de trabalhadores informais (que hoje somam 52% da população activa) já existe e as associações de moradores criam serviços para facilitar aos cidadãos o acesso aos registos que a sociedade exige. Isto para não falar nas formas de socorro às populações quando há cheias, desbarbamentos, falta de água, focos de doenças nas lixeiras e locais abandonados.

A elite governante (sector económico e político) tudo faz para criar a imagem de superioridade em relação ao povo, à plebe tratada como devoradora do pão que nem sempre come. São os céas-modernos com acesso directo a Deus pela Internet. Com esta estratégia o ex-professor Fernando Henrique Cardoso e actual Presidente brindou o país com uma nova teoria: existem duas elites, a dos cientistas obrigados a sempre dizer a verdade, e a dos políticos que nem sempre a podem expressar.

Todos riram, é claro, pois o povo é pobre mas não é burro. Já sabia há muito tempo que as éticas, assim como as justias, são de classe. O que surpreendeu foi a infantilidade de confessar a arma do crime. Será que o poder quando sobe à cabeça espreme alguns neurónios responsáveis pelo discernimento? Talvez.

Os que conheceram FHC quando jovem, inteligente e de esquerda, ficam pesarosos. Por ele, mas sobretudo pelo Brasil.

Momento caótico

Pode-se culpar o fenómeno do «El Niño» e a crise financeira na Ásia Oriental, mas o facto é que o Brasil enfrenta (de olhos vendi-

dos) o cumular das misérias que vem somando há dezenas de anos.

O Nordeste começa a sofrer os efeitos de uma seca que ameaça ser longa. Mais de 1209 municípios estão em estado de calamidade e 10 milhões de pessoas já não têm meios de subsistência. Apesar das previsões antecipadas nada se fez e hoje já há crianças que comem de dois em dois dias e famílias de lavradores que invadem armazéns, lojas e até escolas, em busca de comida. A incompetência oficial foi de tal maneira culposa que o arcebispo da Paraíba, designado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, veio a público defender o direito aos saques a depósitos de alimentos e invasões de terra «por pessoas famintas ou desesperadas» dizendo que está de acordo com a moral católica. Inútil será pretender que o arcebispo é um radical, um terrorista. É um ser humano coerente e corajoso que não se esconde na torre de marfim da elite.

O problema das cadeias é alucinante. Um juiz determinou a proibição de serem mantidos prisioneiros nas esquadras policiais de S. Paulo alegando que a maioria delas, senão a totalidade, alberga 5 ou 6 vezes o número de detidos sem condições mínimas de existência humana e sem espaço até para respirar. «Isto é verdade», diz um oficial responsável à televisão, «mas não poderei cumprir a ordem mandando os prisioneiros para uma cadeia com capacidade para 3 mil detentos que já alberga 6 mil». E esta situação, segundo o jornalista, ocorre em todo o Brasil. Arrebenta-se pelas costuras sem solução à vista.

Os oficiais da polícia já tomaram consciência de que o problema da criminalidade é antes da sociedade desorganizada, sem empregos, sem casas, sem educação, sem assistência social e médica, para depois ser um caso de polícia. O mesmo ocorre no sistema de saúde que enfrenta as epidemias que não desaparecem enquanto a situação sanitária no país não for alterada. As soluções oferecidas pelo governo são paliativos que disfarçam os problemas.

Apesar do actual ministro do Trabalho afirmar que no Brasil não há uma crise de emprego, as estatísticas provam que em São Paulo já há um milhão e meio de desempregados (18,5% da mão-de-obra activa). É outro iluminado que joga com as palavras como o Ronaldinho com a bola, mas não faz golo. Segue o exemplo da Inglaterra que, depois de dar tantos nomes diferentes para os desempregados (32 denominações diferentes entre 1979 e 1997, segundo *Le Monde*) para escapar às denúncias da estatística, descobriu mais 500 000 que não têm emprego. No Brasil também usam esta moda mas tropeçam nos milhões de marginais, de meninos nascidos nas ruas, nos retirantes das terras onde a seca traz a morte.

A não ser na insuportável publicidade eleitoral do Governo, só se lê ou só se ouve denúncias ao enorme buraco nacional. A revista *Carta Capital* demonstra que o Governo contribuiu com 26,35% dos recursos que aparecem como produzidos com as privatizações. É um *dá cá toma lá* que somou até final de 1997 uma contribuição do Estado no valor de 32,3 mil milhões de dólares para que o património nacional voasse para o bolso dos empresários privados.

Caminhos possíveis

Mas, mesmo reconhecendo esta falência da elite económico-política como governante, os donos da *media* tratam a verdadeira oposição como uma anomalia. O medo de um rompimento do esquema que une oligarcas e neoliberais é mais forte que a consciência da cidadania que nos obriga a defender o verdadeiro desenvolvimento com independência nacional. O processo eleitoral ainda está sob o comando da elite com toda a sua técnica publicitária e o uso controlado dos meios de comunicação.

No entanto, nas entranhas da sociedade ferve o descontentamento, o desespero e a agressividade. Urge canalizar todas estas formas de desencanto para uma oposição política consciente capaz de construir a nível nacional as soluções que já experimentam nos bairros e pequenas cidades. Não podemos esperar que as alternativas elitistas para os maus governos criem condições para o rompimento do sistema político e económico que se apoia na desigualdade social. Novas formas de organização do trabalho, assim como de defesa da natureza e da dignidade humana terão de ser produzidas com o conhecimento da realidade que hoje ameaça o mundo inteiro.

O desencanto com as ineficientes formas de oposição que afastam os povos de uma militância empenhada terá de ser vencido com os exemplos de coerência e de conhecimento teórico e prático do caminho de transformação revolucionária necessário.

A Expo 98 e a zona oriental de Lisboa

Modesto Navarro

Gostaria que este texto fosse lido com olhos de ver e de ler. Gostaria de dizer à partida que acompanhei, na Assembleia Municipal, na Assembleia da Área Metropolitana de Lisboa e individualmente, passos importantes que foram dados para que esta realização da Expo 98 fosse, de facto, um contributo decisivo para a modernização e a transformação da zona oriental, da cidade e da região.

Sofri, como muitos sofreram, os impactos da destruição de ruas, casas, empresas e sítios outros que faziam parte da vida local de há muitos e muitos anos. Tudo isso analisámos e tentámos transformar em decisões e operações que levariam a novas e mais desenvolvidas situações de progresso, de bem-estar, de saber e de cultura para todos.

A Assembleia Metropolitana e a Junta Metropolitana tentaram colaborar em áreas que diziam respeito aos dezoito concelhos que representam. Não houve, infelizmente, um diálogo aberto e colaborante, de forma integrada, que levasse cada concelho a participar, nomeadamente no Pavilhão do Território, com o que de mais representativo existe nestes municípios. A Junta e a Assembleia realizaram uma visita à Expo 98 em construção, em Novembro de 1997, e não houve nesse dia um debate necessário e participativo.

Hoje, a Expo 98 aí está, construída, visitada, usufruída por dezenas de milhar de pessoas que a pagaram e que a pagam, ao entrarem e ao percorrerem as áreas e os pavilhões, ao apreende-

rem com orgulho e prazer os conteúdos científicos, culturais e avançados de que se compõe um evento notável e marcante para homens, mulheres, jovens e crianças que sairão de lá mais ricos, mais conhecedores e criativos perante a vida e o mundo.

Foram gastos, na construção da Expo 98, 370 milhões de contos? Ou 400? Alguém o dirá. Mas deixem perguntar ainda se o Estado vai comprar instalações que já pagou, ou como será feita cada passagem de edifícios da Expo 98 para futuros serviços públicos? Os contribuintes pagarão, o Estado pagará por eles, com o dinheiro deles, novamente esses espaços, para serem adaptados a ministérios e a outras áreas de actividades do poder central?

Outubro é já aí adiante. A Expo 98 vai ser um factor dinamizante de economias, de culturas, de alegrias e de saber nas nossas vidas e nas vidas dos que virão a Portugal. Bom, mas valerá a pena olhar à volta, desde já, visitar outros sítios, saber o que se passa nas partes visíveis, diversas, marcantes e ainda desprotegidas da zona oriental. Saber, por exemplo, se as áreas previstas, quando da preparação da Expo 98, para futuras instalações de unidades de produção avançada, não poluentes, estarão de facto ainda destinadas à (re)criação de empregos e à fixação das populações mais jovens. Saber se passará a haver um mercado (que não há) numa freguesia tão grande e popular como Marvila, que passará rapidamente de 60 000 a 80 000 habitantes. Saber se vão ser construídos o Centro de Saúde e o hospital tão necessários naquela área enorme da cidade. Ver se passarão a existir, finalmente, espaços de lazer cuidados, jardins, condições de vida mínimas em Chelas e noutras zonas degradadas.

Temos de olhar para a zona oriental de Lisboa com olhos de ver e de amar o futuro das populações, que ainda hoje, quando vão ao centro da cidade, dizem «Vou a Lisboa», como se vivessem lá longe, na província.

Que a Expo 98 não seja só aproveitada para propaganda pré-eleitoral deste Governo que quer ter a maioria absoluta a todo o preço nas próximas eleições. Que não seja (politicamente, demagogicamente) outra exposição (salvo seja!) como a do «Mundo Português», que resultou em maior fixação do regime salazarista e na criação de zonas para elites onde estava previs-

to criar habitação e zonas de vida digna para camadas mais populares.

São estes desafios enormes que já aí estão, perante o Governo do PS, perante o Município de Lisboa e perante todos nós, que não devemos ver só a árvore que cresce e nos envolve e não ver a floresta enorme de propostas e de desenvolvimentos possíveis e decisivos para a zona oriental, para Lisboa, para o concelho de Loures e para toda a região.

Não há, neste texto, uma palavra ou intenção de deslustrar o que tem a maior valia e o maior encanto para os nossos olhos e sentidos. Que a Expo 98 seja para ti, para mim e para todos, um mundo enorme a fruir, a apreender, dia após dia, noite após noite, e que seja a porta realmente aberta, as mil portas que tragam de facto mais desenvolvimento, mais trabalho e bem-estar a quem o merece, os mais desprotegidos, as populações locais e regionais, esperanças e expectantes perante novos desafios.

A Expo 98, os intelectuais, os trabalhadores e as populações locais da zona oriental de Lisboa podem estar juntos num texto como este?

O senhor Rocha de Matos, que tem aquele ar simpático e foi sempre bom rapaz, comprou a Plessey Automática, num dos consulados de Mário Soares, por uma libra, ou por um penny, ou por um shilling, não se sabe bem, aos donos ingleses, que estavam fartos das lutas dos trabalhadores da empresa e queriam largar o osso ainda vivo na zona oriental de Lisboa.

A certa altura, o novo patrão declarou aos trabalhadores que a Automática nunca acabaria; como empresa avançada que era, em recurso último até poderia vir a fazer sapatos; isto era dito para dar respostas enganadoras e lançar nuvens e

cias culturais e sociais que dariam muitas histórias, muitos filmes, muitas peças de teatro, se não vivéssemos num país que se esgotou nessa coisa maldada do neo-realismo e não pode, hoje, fazer qualquer abordagem que cheire a suor e lágrimas, que tenha o mínimo toque de sofrimento que não seja existencial e ludicamente individualista.

A Expo 98 aí está, numa determinada zona expurgada desses malefícios antigos, cinzentos e brutais do trabalho. Irão deliciar-se milhões de pessoas com o Oceanário, os pavilhões, os edifícios, os avanços grandiosos do progresso. Os olhos dos habitantes locais, e dos que tiveram de ir viver para outros sítios da região e do país não serão os mesmos, perante tanta grandeza e avanço.

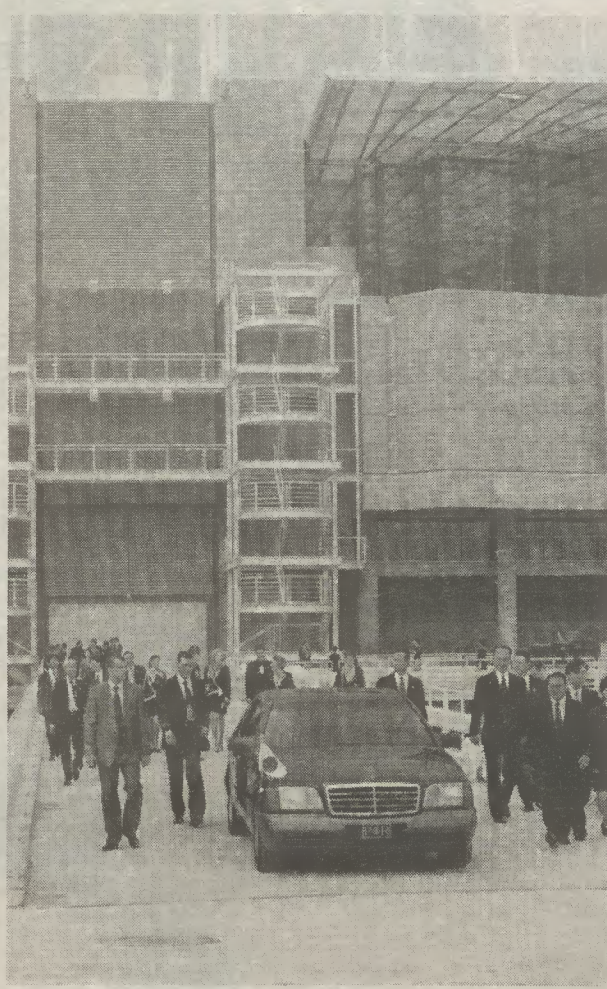
Um casal ambicioso (como outros casais sociais q.b. ...) vendeu há quatro anos a sua casa, que ficava próximo da Rua D. João V, em Lisboa, para entrar numa roda viva de compra e venda de outras casas; comprou uma, velha, próximo da Avenida Almirante Reis, arranjou-a, mal a habitou e vendeu-a por mais dinheiro, comprando outra em Benfica, onde ainda habita com dois filhos, à espera que lhe entreguem o apartamento que tem apalavrado na Expo. Tinham de ir viver para o local sagrado da moda, e, por isso, uma secretária de administração e um quadro médio-superior desta cidade destruíram vínculos seus e dos filhos ao sítio onde viveram muitos anos para negociarem aqui e ali, até prepararem o mínimo de condições financeiras para se apresentarem à sociedade, lá para Outubro, como orgulhosos habitantes de um apartamento da Expo.

Que se passa no resto da zona oriental? Auto-estradas e outras vias rasgaram campos e vales, milhares de carros e autocarros penetram determinadamente por outros caminhos e panorâmicas. Na Avenida Infante D. Henrique, uma operária foi atropelada e morreu. Nas proximidades da escola nº 55, nos Olivais, também uma criança foi atropelada. Na zona do Pão de Açúcar, as pessoas vêem-se e desejam-se para atravessarem as ruas com os sacos das compras. Onde estão os desenvolvimentos necessários, a segurança, os semáforos, as passagens e as promessas de melhoria das condições de vida na zona oriental, para todos? O quotidiano das populações complicou-se, a insegurança cresce, a droga tornou-se tão normal que, em certas zonas, sobretudo perto de escolas, já a oferecem de graça, para criar mais clientelas.

O Pavilhão Multiusos não será suporte de actividades desportivas das associações locais, porque se construiu para maiores e mais bem pagos e aventurados eventos, e as zonas de construção que no Plano Director Municipal e planos de pormenor estão previstas para habitação social são já objecto de olhares conspícuos e de desígnios outros, ou seja, passarão, se não nos opusermos, a zonas de construção emblemática e fina, para famílias à procura de estatuto social mais evidente e elevado, em tal zona gratificante e cara da Expo, com riscos de aumentos de volumetria e de altitudes até liquidadoras das vistas para o rio que ainda são populares e graciosas.

Que têm os intelectuais e a vida social e cultural da cidade e da região a ver com isto?

Há histórias, uma história, mil vidas e traços naquela zona que abarcou quase metade da população da cidade. Há memórias, patrimónios, espaços, lutas dos trabalhadores e de militantes do PCP, longas filas de sonhos realizados e adiados; produção e produções importantes e até decisivas para a vida do país dali saíram e alimentaram outros realidades e economias; milhares de homens e mulheres ali tiveram as suas universidades, as fábricas e outras empresas que amavam mais que os donos, ali lutaram e ali se fizeram militantes da vida e do futuro. Agora, uma zona altamente privi-



legiada, social e culturalmente, cresceu pelo esforço de milhares e milhares de operários e técnicos e criadores que neste momento olham a obra feita e choram por terem de partir para outros lados. Aconteceu isto, camaradas, quando um grupo de militantes do Partido lá esteve recentemente, na Expo, em confraternização com os trabalhadores.

O que fica? Uma zona separada pela linha do caminho-de-ferro, que será local de passeio aos fins-de-semana e nas noites de grandiosos espectáculos; zona devidamente acompanhada e em segurança para habitantes e visitantes, que terão nível de vida compatível com as exigências do progresso e da modernidade avançada do capitalismo, na perspectiva clarividente e na defesa intransigente dos objectivos de um Governo que integra ex-revolucionários tão ágeis a acocorarem-se perante o

neoliberalismo e seus donos e senhores.

Tal como é já proibido levar farnel para a Expo, mesmo que se pague a bela entrada e os restaurantes obriguem a bichas demoradas e tremendas, outras complicações se levantarão a quem quiser ali passear, lá para Outubro-Novembro deste ano e nos anos seguintes. Entretanto, veremos se a população das centenas de ruas e sítios da zona oriental beneficiaram alguma coisa com o pó e as obras que aguentaram estoicamente durante três anos. É isso que teremos de analisar, mas também, os intelectuais que gostamos do progresso e da modernidade mas questionamos quem isso privilegia, quem esteve e está na mira dos governos, se umas minorias mais ou menos privilegiadas ou idiotas e vaidosas, se a massa que luta, paga impostos e continua a viver à espera da reabertura das ruas de acesso às suas casas que foram encerradas pelas obras da Expo, que quer mais escolas, espaços culturais e desportivos, uma vida digna que esteve provavelmente só em vista nas promessas e propaganda feitas enquanto a Expo crescia.

Vamos estar atentos à especulação com os terrenos; vamos ver se o tecido produtivo e o emprego são revitalizados, de forma moderna e avançada, como eles proclamavam; vamos ver se tudo não passa de mais uma aplicação criteriosa de centenas de milhões de contos, nos sentidos de criar áreas protegidas e salvaguardadas para quem já é protegido e beneficiado e na propiciação de novos e suculentos negócios a altíssimos investidores nacionais e estrangeiros.

A Expo 98 vai agora no adro. Saiu da igreja dos segredos e negócios empacotados e aí está, para ser vivida por milhões de pessoas até fins de Setembro. Interessa estarmos atentos, ouvirmos as populações locais e crescermos em iniciativas de defesa e projecção do que precisamos e merecemos. Todos nós pagámos, pagamos e pagaremos a Expo. Que ela não seja exclusivo de alguns, como se vê já em desígnios de mudanças de orientação do Governo e de grupos económicos. Que a zona oriental da cidade, tal como outras zonas de Lisboa e o distrito sejam objecto de estudo e de luta das camadas dos intelectuais, com os trabalhadores e as populações, para mais avanços na cultura e na vida social e económica. Não basta ter belos discursos e produzir excelentes projectos de acção. Isso nunca nos bastou. O que há para fazer, com coragem e determinação, com a coragem e a determinação de José Gomes Ferreira, Carlos de Oliveira, Fernando Lopes Graça e de tantos outros intelectuais corajosos e vivos, comunistas e outros democratas, é estar atento, é participar e dizer «o rei vai nu», ou o «PS é ainda mais elitista e de direita do que o PSD, no Governo e como partido», mas com exemplos concretos e lutas que devemos empreender, iniciativas que devemos tomar e que nos colocam nos terrenos onde gostamos de viver e de agir, ao lado dos que anseiam, sonham e sofrem porque são humanos, porque trabalham e merecem o melhor dos melhores projectos e resultados que a vida nos pode propiciar.

Em Inglaterra

Nova imigração
velha exploração■ Manoel
de Lencastre

A migração para Inglaterra, hoje, é diferente. Usa uma mobilidade que os pioneiros não podiam sequer imaginar. É menos estável no país de destino. Muito mais jovem. Não tem projecto. Extremamente agitada e confiante vende a sua força de trabalho, precariamente, e desaparece. Já não existem vínculos entre as entidades patronais e estes modernos imigrantes "journeymen" e "journeymen" sem educação de base e sem qualificações. Deixaram de estar submetidos a controlos de fronteira e viajam, livremente, sem passaporte. O velho "work permit" (licença de trabalho que era emitida pelo Home Office) perdeu significado. Alguns, entre os que emigraram há 20 ou 30 anos, guardam esse extraordinário documento como peça digna de museu.

Nestas condições, quem são os modernos emigrantes portugueses que partem para Inglaterra em busca de trabalho? Como disse, são bastante jovens. Eliminadas, agora, as tenazes barreiras que condicionavam a entrada na Grã-Bretanha, chegam a este país quase alegremente. Já não existe o emigrante que temia o fantasma de condições que não conhecia e recuava perante o desconhecido do idioma inglês. Agora, quase todos "arranham" a língua de Shakespeare e chegam a Londres na certeza de que encontrarão trabalho imediatamente (precário) mesmo a níveis de remuneração abismalmente baixos. Mas o jovem trabalhador chama "liberdade" a estas condições e avança. Dorme em qualquer sítio, agrupa-se, participa logo em festas de carácter duvidoso, gasta "livremente" as poucas libras conseguidas nesse próprio dia e prepara-se para nova jornada de aventura na manhã seguinte. Mantém firme na sua perspectiva a hipótese de sair de Inglaterra e tentar fazer o mesmo estilo de vida noutro país até voltar a Portugal e "fazer férias" em casa de familiares, com amigos, deslocando-se, distanciando-se das realidades, tornando-se num desconhecido. O tempo célebre dos "journeymen", que ajudaram a fazer a Inglaterra, regressou e estabeleceu-se em todos os países da liberdade e da democracia. Estamos a viver tempo de trabalhos e actividades "macdonalizados". A aceitar ou experimentar a exclusão e a fome.

Mantém-se, porém, a tradição de busca de trabalho na indústria hoteleira, cafés e restaurantes. Trabalho precário, como se disse, pagável à hora e sem garantias. Nos hospitais londrinos, a presença de trabalhadores portugueses é ainda bastante visível. Mas os hospitais diminuíram em número porque a crise social britânica conduziu ao encerramento de muitos. Surgiram, é certo, bastantes unidades hospitalares particulares mas, essas, dispersaram-se por áreas distanciadas do centro e os "novos" portugueses (e portuguesas) que buscam trabalho em Inglaterra não querem afastar-se das zonas da Grã-Bretanha. Conhecemos meia dúzia delas em Cardiff, em Bristol, Manchester ou em Birmingham, um ou dois em Glasgow - o resto não conta.

Consulado
- um ninho salazarista

No tumulto da modernidade, as velhas estruturas cederam. Diz-se,

agora, que a imigração portuguesa já excede o número de 50 000 pessoas. O Consulado, sempre tão cioso em manter os velhos processos do salazarismo e onde a ossificada tendência para "julgar" as pessoas antes de conceder-lhes um passaporte se mantém viva, perdeu-lhes o controlo e o rasto. Já se fala, talvez com exagero, em 100 000 portugueses. Alguns, mais espertos, concluíram que isto da presença portuguesa em Inglaterra é um mercado. E, sendo assim, logo pensaram em explorar esse mercado e criar rendimentos e lucros procurando oferecer resposta às necessidades e aos problemas dos compatriotas. Os homens e as mulheres de iniciativa começaram a surgir.

Coisa impensável e impossível, há 30 anos, as actividades portuguesas na zona de Londres são já tão vastas que permitiram (ou exigiram) a publicação de uma lista telefónica própria. Distribuída gratuitamente, já vai na sua 3.ª edição. Trata-se, sem dúvida, de uma preciosíssima publicação que tira 30 000 exemplares e que os nossos compatriotas João Ramalho e Paula Ramalho dirigem. Folhear a lista telefónica portuguesa da área de Londres é conhecer a nova Londres portuguesa, o novo mercado onde tudo se procura e oferece, vende e compra. É conhecer uma nova era, diferente daquela vivida por um nosso amigo que trabalhou há 30 anos na Royal Shakespeare Company e conheceu Lénine.

A nova
Londres
portuguesa

Eis o Portugal londrino, ou algumas das suas actividades. Não faltam advogados. Por exemplo: Figueiredo & Co., que trata de assuntos civis, criminais e comerciais; D. Lourdes Prazeres, que trata de bilhetes de identidade e registos criminais; Harris da Silva, com escritório em plena City

Road. As agências de emprego, tal como as de viagens, devem ter negócio garantido - são muitas.

Outros grandes e pequenos negócios do Portugal londrino: automóveis de aluguer, com ou sem motorista; apartamentos para férias no seu país natal; entre as companhias de aviação, evidentemente, aparece a TAP, ainda a mãe de todos os meios de transporte entre Portugal e a Inglaterra; no sector dos Bancos, eles aí estão, todos em busca de recolhas das economias dos imigrantes (em libras, que é o que pretende): o Totta & Açores, cujo manual de exigências para que se abra uma conta é, simplesmente, de antologia; o Espírito Santo, o Mello, o Nacional Ultramarino, o Pinto & Sotto Mayor, todos com escritórios próprios, e o Borges & Irmão, apenas com um agente. De todos estes bancos, só o Totta & Açores possui balcão - os restantes funcionam como representações. Aliás, os bancos portugueses, segundo as imposições do Banco de Inglaterra, não podem transaccionar como "clearing" e as suas operações de cobrança de cheques no mercado britânico têm de ser efectuadas através de um dos bancos ingleses. Quer dizer: o português deposita um cheque no BES, por exemplo, e este tem, por sua vez, de depositá-lo num banco inglês - assim, muitos dos nossos compatriotas chegaram à conclusão de que lhes é mais favorável fazer os seus depósitos directamente nos bancos britânicos. Mas os nomes portugueses continuam no imaginário dos imigrantes. Os referidos Bancos nacionais conseguem chamar a si valores consideráveis.

O sector dos cafés e pastelarias é admirável. O "Café de Portugal" oferece pastelaria, sandes, almoços; a "Patis-

cais", no "Continental Snack-Bar", no "Madeira Star", no "Mangualde", no "Café do Orlando" em plena zona de King's Cross, no "Ponto de Encontro", no "Sintra", servem-se petiscos nacionais e as inevitáveis "bicas" de que os portugueses continuam inseparáveis.

A.P.I., ainda e sempre

Entre as associações e os clubes de recreio e actividades culturais, surge em primeiro lugar a gloriosa e sempre orgulhosa dos seus princípios democráticos e antifascistas Associação dos Portugueses em Inglaterra. Depois, notam-se a ressuscitada Liga do Ensino e da Cultura, o também antigo Centro Desportivo e Cultural, o Clube Lar Português, o Clube Portugues a Família, o Clube Santacruzense, o Madeira Centro. Mas, significativamente, dado o interesse que o futebol continua a despertar, também os principais clubes portugueses estão representados em Londres: o Sport Londres e Benfica cujas actividades em Botts Mews No.3 são extensas, O Sporting Clube de Londres e o FC Porto of London.

Na construção civil, nas inúmeras tarefas de decoração, pintura, serviços eléctricos, na contabilidade, nas escolas de condução-automóvel, nas garagens, nas reparações de viaturas, verificamos um extraordinário movimento que atinge as necessidades dos portugueses e emprega, certamente, muita gente. Por exemplo, a "Mendes Garage", oferece serviço de pinturas e bate-chapas, banco de ensaio, tal como a "Auto Lisboa" a "V.A. Autos". A rubrica Igrejas oferece serviços variados - Lady of Hal", "St. Mary of the Angels", "Christ Church", "St. Thomas of Canterbury". Mas a "Exótica", perto da cosmopolita Gloucester Road, oferece "lingerie" brasileira e José Fernandes anuncia um serviço completo de massagens, terapia, acupunctura, controlo de dores.

Especialmente pobre achámos o sector das publicações em língua portuguesa. Verificámos a existência de uma revista que se propõe "ser a nossa voz, fazer reportagens da nossa vida

nova, pôr a nossa comunidade no mapa". Vimos logo que havia religião no assunto. Eis a razão porque a revista "Vida Nova" não consegue publicar-se senão quatro vezes por ano. Mesmo assim, ambiciosamente, os seus editores declaram: "Os nossos anunciantes nunca estão fora de época!" Duvidamos...

Restaurantes e fados

Deixámos para o fim do sector de restaurantes. É negócio especial que, ao contrário de quase todos os outros, também atrai o público inglês - principalmente os muitos milhares que visitam Portugal em férias e ganharam experiência da revolucionária cozinha nacional. O primeiro restaurante português que abriu em Londres foi o "Fado", em Beauchamp Place (Knightsbridge) e revelou-se um êxito desde o dia inicial. Mas, ao afirmar-se, elevou os preços, diminuiu a qualidade do serviço e, como costuma dizer-se, passou a viver dos louros recolhidos ao longo do tempo. Agora, a concorrência é feroz. Mas temos algumas reservas quanto ao profissionalismo e à autenticidade da oferta - este correspondente do "Avante!" nunca visita os restaurantes portugueses e tem razões para isso.

Notemos, contudo, alguns dos estabelecimentos mais conhecidos entre a clientela portuguesa e britânica: "Churrasco Restaurante", em Harrow, "O Farol", na Brixton Road, o "Cantinho de Portugal" em Stockwell, o "Porto Bello" que se especializa em grelhados e é dirigido pelo Victor e pela Paula no 67, Wornington Road, W10, o "Carlos's", em Aylesbury no Buckinghamshire, o "Porto Novo" na zona londrina de Holloway conhecida por profundas particularidades históricas, o "The Gallery", que oferece churrascos, cataplanas e, aos sábados, sessões de fado vadio, o "Alvaro's", em Westcliff-on-Sea, Essex, o "Alvorada", em Cornwall, o "Vasco da Gama Pub", na Old South Lambeth Road, em Stockwell. Finalmente, o "Caravela" que é dirigido pelo casal Nóbrega, aparece em Preston, muito perto de Blackburn, de Blackpool e da própria Manchester.

Para traduções, é a Eunice. Também a Gorete Figueiredo. Para serviços de tipografia, a "Nicadian Press", de José Semedo, e a "JR Print". Joaquim Reis, dedica-se a transportes internacionais e é especializado no empacotamento e na armazenagem de objectos de arte com transportes semanais para Portugal. Tem concorrentes neste competitivo mercado: "Ada, Transportes"; "Trans-Santar", de João Neves; "Trans-Viriato" com recolha e entrega ao domicílio de malas, caixas e recheios de casas. Também Luís Correia é um dos mais activos transportadores de bagagem entre o Reino Unido e a Península Ibérica.

Nos vinhos, a oferta é considerável. Mas as firmas "D&F Wine Shippers, Ltd", a "Casa Douro" e a "Portugália Wines" parece concentrarem na sua órbita o quinhão mais importante do mercado. Este, evidentemente, inclui a Inglaterra propriamente dita e não, apenas, os círculos da vida portuguesa na pátria de Rose Macaulay, a tal que escreveu a obra clássica "They went to Portugal too" - um trabalho que se ocupa dos ingleses que também foram para o nosso país, e que ficou célebre.



Os milhões da EDP

A terceira fase de privatização da EDP está a agitar o País. Os jogadores da Bolsa fervilham em cálculos e contra-cálculos na gula de obterem lucros rápidos e fartos com uma simples manobra de capitais, enquanto o Governo faz render o peixe até à exaustão, fazendo chegar a diligentes órgãos de Comunicação Social informações bombásticas como a de se estar perante a maior privatização jamais realizada no nosso País e que o Estado irá arrecadar para cima de 500 milhões de contos, que serão muito bem vindos para «reduzir a dívida pública».

Com tal quadro, esta terceira fase da privatização da EDP surge ao País como uma espécie de maná eléctrico, com ondas de choque a abanar toda a gente com novas bem aventuranças.

Nisto tudo ficam no esquecimento alguns pormenores.

Um, o de que a EDP é das empresas mais rentáveis do País, continuando sem se perceber onde é que está o «interesse nacional» de se entregar uma tão fabulosa fonte de rendimento à apropriação privada.

Outro, o de que a EDP é, por definição, uma empresa das mais estratégicas do País, dado abastecê-lo de energia, pelo que não se vislumbra onde estará o «interesse nacional» em a colocar sob o controle dos interesses privados.

Outro ainda, o de que o «lucro» de 500 milhões de contos que

PONTOS CARDEAIS

dizem o Estado ir arrecadar mais parecer um negócio dos tempos da expansão colonial, quando os grandes colonizadores europeus davam aos «indígenas» missangas a troco do ouro e da prata. Sendo que, neste caso, é o Estado português que está a receber as missangas...

As dídivas de Champalimaud...

Usando de «toda a frontalidade», o grupo Champalimaud fez saber, através do *Expresso*, que o PS e o CDS/PP foram os únicos contemplados com os seus «financiamentos institucionais», tendo recebido o ano passado, cada um deles, a módica quantia de 11 mil contos. Mostrando grande à vontade nesta prestação de contas, os homens de Champalimaud esclareceram, até, como é que tais prebendas foram concretizadas: os donativos saíram da seguradora Mundial Confiança e dos bancos Chemical, Totta, Crédito Predial e Sotto Mayor, todos do grupo Champalimaud. E acrescentaram que o PSD não foi beneficiário, nos últimos três anos, de qualquer donativo do grupo. Não foi nos últimos três anos porque, naturalmente, nos últimos três anos o PSD tem estado arredado da área do poder, o que não acontece ao PS, que

governa precisamente há três anos, com a convicção estratégica do CDS/PP.

Apesar de tão afoita declaração sobre os recentes financiamentos, o grupo de Champalimaud, prudentemente, não falou dos que distribuiu enquanto o PSD esteve no Governo.

Entretanto, o mais significativo destas arrogantes «confissões» de Champalimaud não é o que dizem, mas o que não dizem. E o que não dizem é que tais donativos apenas podem significar uma escandalosa dependência dos partidos beneficiários aos interesses deste grande monopolista. Isto porque, quanto mais não seja e como se sabe, se ninguém dá seja o que for a troco de nada, muito menos um perito em exploração como Champalimaud o faria...

... e as queixas dos empresários

Acontece que estas declarações do grupo Champalimaud surgem, exactamente, no fragor das declarações de Belmiro de Azevedo a sugerir a «eliminação» de Marcelo Rebelo de Sousa e a exibir um arrogante desprezo pelo PSD, tudo afirmado do alto de uma arrogante «coabitação» com o governo PS de António Guterres.

Curiosamente, no mesmo número o *Expresso* apresenta mais um dos seus famosos painéis (desta vez baptizado «painel *Expresso*/Empresários), onde apura que «a maioria dos empresários e gestores portugueses (53,5%) considera que o Governo de António Guterres tem favorecido alguns grupos económicos», explicitando que «a Sonae, de Belmiro de Azevedo, lidera de longe a lista dos grupos que, na opinião dos empresários portugueses, têm sido mais beneficiados», acrescentando que «o grupo de Belmiro é apontado por 34,9 por cento dos inquiridos, seguindo-se-lhe os grupos Espírito Santo e José de Mello (18,6 por cento) e depois os grupos Champalimaud e BPI». Os painéis do *Expresso* valem, geralmente, tanto como as previsões do totobola, mas convenhamos que, desta vez, as avaliações até condizem. Se calhar é porque os resultados estão à vista de toda a gente...

Conclusões precipitadas

No passado domingo, os dois principais diários do País chamavam à primeira página a mesma notícia - a neutralização da revolta militar de Bissau, com o desalojamento das tropas guineenses revoltosas do quartel de Brá por forças expedicionárias senegalesas, ao serviço do regime presidido por

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Carta de António Justino trabalhador da EXPO

Também fui eu

Querida Maria e filhos. Oxalá estejam todos bem, que ao fazer desta eu vou indo graças a Deus. A festa como deves saber, começou já.

Que está obra aseada, isso é que está. Toda a gente a alegria manifesta. Pasmado do que vê, bate na testa o estrangeiro graúdo que lá vâ.

Sei que a televisão já tem mostrado a Expo que deixa o mundo embasbacado. Eu cá, por minha parte, estou tranquilo.

Olha, aos gaiatos, quando estão a ver não te esqueças, Maria, de dizer que foi também o pai que fez aquilo.

Sou outro

Maria, estou sempre a pensar em ti mas em Abril e Maio foi de mais. Tudo em mim eram pedras e metais. Essa a razão por que não te escrevi

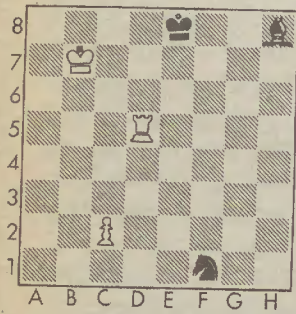
e nem sequer telefonei. Aqui ninguém tinha os seus dias pessoais. Era a febre dos grandes temporais. Eu nos últimos dias nem dormi.

XADREZ

DCLXII - 18 DE JUNHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998X25

Por: L. Wimborsky
«Práxe» - 1947

Pr.: [3]: Cf1 - Bh8 - R68
Br.: [3]: Pç2 - Td5 - Rb7



Branças jogam e ganham

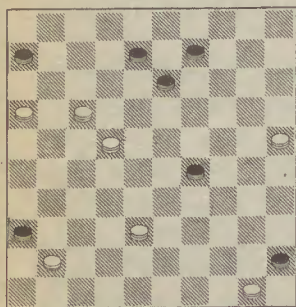
SOLUÇÃO DO Nº 1998X25 [L. W.]
1. Td1!, Cç3; 2. Tç1, Bd4; 3. ç3, Bç5; 4. Rç6, Ba7; 5. Tal e g.
1. ..., Cç3 [h2]; 2. Tg1 [h1], Bç5; 3. Tç1 e g.
A. de M. M.

DAMAS

DCLXII - 18 DE JUNHO DE 1998
PROPOSIÇÃO Nº 1998D25

Por: Maurice Nicolas [F.]
«De Problemista», NL, IX 1957

Pr.: [7]: 6-8-9-13-29-36-45
Br.: [7]: 16-17-22-25-38-41-50

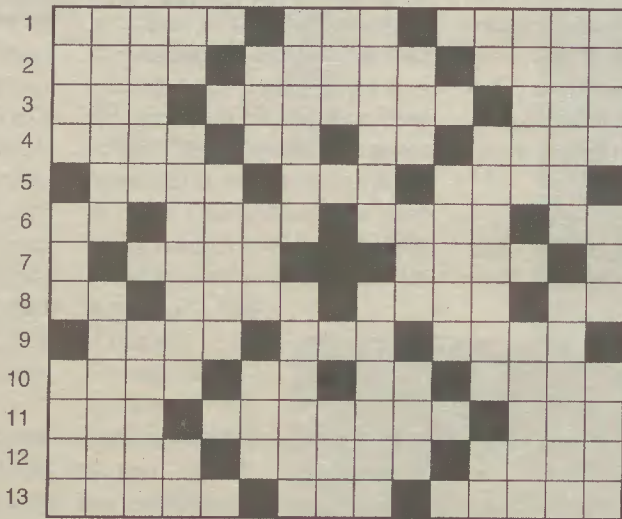


Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO Nº 1998D25 [M. N.]
1. 50-44! (36x47=D); 2. 44-40 (x); 3. 16-11, (x); 4. 22-18, (13x22); 5. 17x30 (x); 6. 30-24, (29x20); 7. 25x21 +
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Traço de pena ou de pincel; fluxo radiante capaz de estimular a retina para produzir a sensação visual; designação genérica de compostos de carbono, oxigénio e hidrogénio, glicídios polissacarídeos, muito abundantes nos vegetais. 2 - Cantiga; embarcação de vela, semelhante à fragata, com duas velas latinas triangulares; magistrado romano encarregado da inspeção e manutenção dos edifícios públicos. 3 - Lista; cabo náutico (pl.); base aérea portuguesa. 4 - Patrões; apelido; Bromo (s.q.); trajas. 5 - Apêndice, geralmente recurvado, de alguns utensílios, pelo qual se lhes pega (pl.); soberano; cingir com nó. 6 - Também (arc.); aquilo que se aposta ao jogo; prova automobilística; avenida (abrev.). 7 - Fêmea do rato; planície entre duas montanhas ou colinas. 8 - Atmosfera; oferecerá; vestimenta de mulher indiana; a tua pessoa. 9 - Anéis de cadeia; hora canónica; má sorte. 10 - Estimar muito; Astatino (s.q.); aqui; erva-doce. 11 - O tio americano; temperada com anis; espécie de capa sem mangas, usada por irmandade e confrarias, em actos solenes. 12 - Rochedos (bras.); neste momento; anual. 13 - Porção de quinhentas folhas; remoinho de água (prov.); carvão ou lenha incandescente.

VERTICAIS: 1 - Pouco densa; autor de «Os Maias»; empunhar. 2 - Perfumar; arremesso da bola para a baliza do adversário. 3 - Reservatório, com ar rarefeito, onde as colheitas verdes se guardam comprimidas para sofrerem fermentação e depois servirem de forragens (pl.); mamífero ruminante da América do Sul (pl.). 4 - Gálho (s.q.); soldado de engenharia preparado para o assalto a fortificações; Samário (s.q.). 5 - Instrumento que serve para marcar ângulos no terreno (pl.). 6 - Nota musical (pl.); a família; nome de mulher. 7 - Cantara para adormecer as crianças; areeiro. 8 - Gemido (bras.); esplendor (fig.). 9 - Sussurrar (fig.); tirara com violência. 10 - Principal rio suíço; nome de mulher; junte. 11 - Asara. 12 - Pron. pess. reflexo; emprega utilmente; aparência. 13 - Muito velha; fruto da anoneira. 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; intestinos. 15 - Carta ou documento escrito numa só folha (pl.); tecido mais ou menos transparente com que se encobre o rosto ou qualquer objecto; compartimento principal de uma casa.

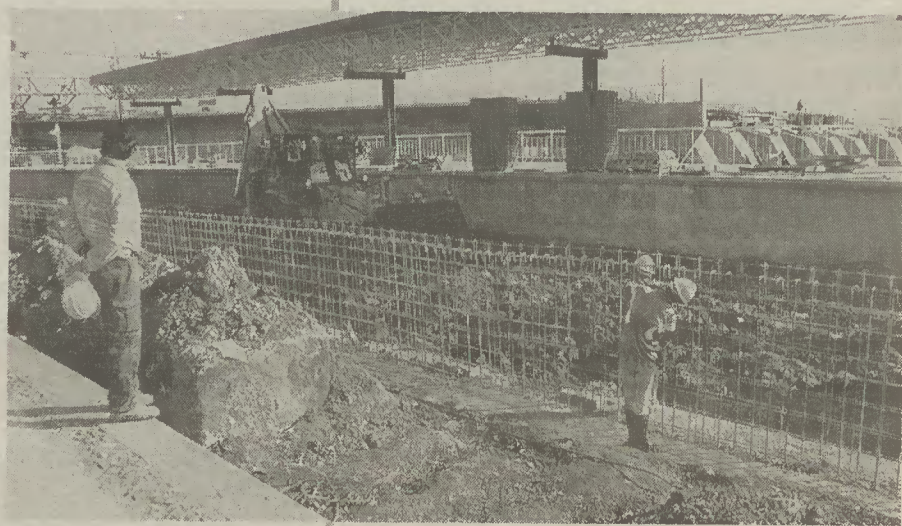
Resposta: 1 - Rato; 2 - Fumaça; 3 - Reservatório; 4 - Gálho; 5 - Apêndice; 6 - Também; 7 - Fêmea do rato; 8 - Atmosfera; 9 - Anéis de cadeia; 10 - Estimar muito; 11 - O tio americano; 12 - Rochedos; 13 - Porção de quinhentas folhas; 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; 15 - Carta ou documento escrito numa só folha.

Resposta: 1 - Rato; 2 - Fumaça; 3 - Reservatório; 4 - Gálho; 5 - Apêndice; 6 - Também; 7 - Fêmea do rato; 8 - Atmosfera; 9 - Anéis de cadeia; 10 - Estimar muito; 11 - O tio americano; 12 - Rochedos; 13 - Porção de quinhentas folhas; 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; 15 - Carta ou documento escrito numa só folha.

Resposta: 1 - Rato; 2 - Fumaça; 3 - Reservatório; 4 - Gálho; 5 - Apêndice; 6 - Também; 7 - Fêmea do rato; 8 - Atmosfera; 9 - Anéis de cadeia; 10 - Estimar muito; 11 - O tio americano; 12 - Rochedos; 13 - Porção de quinhentas folhas; 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; 15 - Carta ou documento escrito numa só folha.

Resposta: 1 - Rato; 2 - Fumaça; 3 - Reservatório; 4 - Gálho; 5 - Apêndice; 6 - Também; 7 - Fêmea do rato; 8 - Atmosfera; 9 - Anéis de cadeia; 10 - Estimar muito; 11 - O tio americano; 12 - Rochedos; 13 - Porção de quinhentas folhas; 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; 15 - Carta ou documento escrito numa só folha.

Resposta: 1 - Rato; 2 - Fumaça; 3 - Reservatório; 4 - Gálho; 5 - Apêndice; 6 - Também; 7 - Fêmea do rato; 8 - Atmosfera; 9 - Anéis de cadeia; 10 - Estimar muito; 11 - O tio americano; 12 - Rochedos; 13 - Porção de quinhentas folhas; 14 - Dissera em voz alta o que outrem há-de escrever; 15 - Carta ou documento escrito numa só folha.



Nino Vieira. O *Diário de Notícias* ocupava, mesmo, toda a primeira página com o esmagador título «Revolta esmagada», enquanto o *Público*, um pouco menos triunfal, assegurava em 4/5 da página de rosto que «Senegal controla rebelião»

Ainda a tinta de tais notícias mal tinha secado e já surgia a confirmação de que os combates prosseguiam, de que os revoltosos continuavam nas posições ocupadas e de que as tropas senegalesas estavam a enfrentar sérias dificuldades no seu papel de esmagar-rebeliões. Estas «notícias» tiveram origem nos respectivos enviados especiais em Dacar, o que significa que se ouviu apenas um dos lados, o do Senegal. A partir daí, se já foi grave transformar informações subjectivas em conclusões definitivas, tornou-se caricato fazer disso, em Lisboa, uma manchete desmentida ainda antes de as edições saírem para a rua.

Tudo mais calmo está presentemente. Três diazitos de folga tem a gente. Eu de vos abraçar não chega a hora.

Outra funda alegria em mim existe. Porque, Maria, o homem que tu viste não é o mesmo que vais ver agora.

Os tesouros de mim

Maria, aí vivia no recato da couve e da batata por quinhão. Era o futuro coisa com que não dia após dia tinha o menor trato.

O homem sem futuro é um homem-rato vive no mato e esconde-se no chão e nem sabe que estrelas tem à mão. Hoje sou outro. Estou no sindicato

e ganhei no trabalho outro sentido. Inscrevi-me hoje mesmo no Partido. Os tesouros de mim hoje são meus.

Sei que sem mim nunca haveria Expo. Não haveria mesmo nada. Vou no comboio que chega às sete. Adeus.

AGENDA

Assembleias da organização

COVILHÃ

5ª Assembleia da Organização Concelhia

«Novo impulso no Partido - Um concelho melhor»
Dia 20, a partir das 15h, na Sala da Assembleia Municipal com a participação de Francisco Lopes

*

6ª Assembleia da Organização dos comunistas

trabalhadores em estruturas sindicais do Sector Sindical da ORL
Dia 26 às 18h30, no CT Vitória com a participação de Rosa Rabiais

1ª Assembleia da Organização dos comunistas

do Sector Químico do Barreiro
Dia 20 às 15h no CT Concelhio do Barreiro

1ª Assembleia da Organização Local

das Fazendas do Cortiço
Dia 20 às 20h30, no Posto Médico do Cortiço

2ª Assembleia da Organização

da Freguesia da Landeira
Dia 20 às 16h, no Salão da Junta de Freguesia

Outras reuniões

● AZAMBUJA

Plenário de militantes das células de empresa do concelho: dia 20 às 16h, no CT local

● GOLEGÃ

Plenário de militantes de Azinhaga, com Jorge Cordeiro: dia 19 às 21h30

● LISBOA

Plenário de militantes sobre a IVG: dia 18 às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé, com Vítor Sarmento

Plenário de militantes do Sector de Empresas: dia 19 às 19h30, no CT da Av. Duque de Loulé

Plenário de militantes da organização dos Bancários de Lisboa: dia 23 às 17h30, no CT Vitória

Reunião de Bancários Reformados: dia 25 às 14h30

● OEIRAS

Reunião da célula da Lusallite: dia 24 às 18h, no CT de Algés

● PALMELA

Assembleia da célula dos trabalhadores da CM, com Carlos Humberto: dia 20 às 14h30, na Casa do Lavrador

● SEIXAL

Reunião da célula da Metalbaia: dia 20 às 15h, no CT da Amora

Debate concelhio sobre Movimento Associativo: dia 20, às 15h, no Independente Futebol Clube

JOVENS pelo Sim

Juventude Comunista Portuguesa

Domingo - 21 Junho

15 horas

Jardim dos Jerónimos

Participação de

Carlos Carvalhas

Secretário Geral do PCP

Espectáculo

com "CLA"

PÓ D'ESCRER Participa!

Sim ao Direito de Optar!

ALCÁCER DO SAL

- Carrasqueira - Dia 18 - 18h - Escola - Debate

- Comporta - Dia 18 - 20h30 - Cinema - Debate

- S. Martinho - Dia 19 - 21h - Casa do Povo - Debate

- Rio Moinhos - Dia 20 - 20h30 - Centro Social - Debate

ALCOCHETE

- Alcochete - Dia 18 - 21h30 - JF - Debate com Anita Vilar

- S. Francisco - Dia 20 - 21h30 - Debate com Conceição Moraes

- Alcochete - Dia 23 - Almoço-convívio

ALGUEIRÃO-MEM MARTINS

Dia 19 - 21h30 - Delegação dos Sindicatos (R. António Botto)

Debate com Fernanda Mateus

ALMADA

- Laranjeiro - Dia 18 - 21h30 - Debate com Fernanda Mateus

- Cacilhas - Dia 18 - 21h30 - Fugueirinhas - Debate com Regina Marques

- Cova da Piedade - Dia 19 - 17h30 - SFUAP - Debate com Luísa Araújo

ALPIARÇA

Dia 19 - 21h30 - JF Alpiarça

Debate com Luísa Mesquita

AMADORA

Dia 18 - 21h - Recreios da Amadora

Debate com António Filipe

AVEIRO

Dia 24 - 21h30 - Salão Cultural da CM

Debate com Vítor Dias

BARREIRO

- Santo António da Charneca - Dia 21 - Quinta dos Amadores

Pic-nic pelo Sim. Animação musical

- Mata da Machada - Dia 21 - Convívio com Regina Marques

Distrito de BEJA

Dia 21 - Com Fernanda Mateus:

- Entradas/Castro Verde - Encontro com a população - 10h

- Castro Verde - Colóquio na Casa do Povo - 10h30

- Aljustrel - Colóquio no Cine Oriental - 16h

BENCATEL

Dia 17h - Centro de Dia dos Reformados

Sessão de esclarecimento com Lino de Carvalho

Concelho de CASCAIS

Dia 24 - 21h30 - Soc. Musical e Sportiva Avidense:

Debate com Luís Sá

- Alcábaldeche - Dia 19 - 21h30 - Grupo Instr. Popular da Amoreira:

Debate com Francisco Lopes

- Vinhais - Dia 21 - 15h - Clube Desporto. e Recreativo:

Debate com Luísa Araújo

CASTELO BRANCO

Dia 22 - 21h - Auditório da Esc. Superior de Educação

Debate com António Filipe e Rosa Rabiais,

que participam também em encontro com a população na Centro da Cidade, às 18h

CHAMUSCA

Dia 19 - 21h30 - Junta de Freguesia

Debate com Noélia Oliveira



BAIXA DA BANHEIRA

Dia 20 - 16h - Cine Parque

Encontro com

CARLOS CARVALHAS

COIMBRA

Dia 19 - Restaurante "O Casarão"

Jantar e debate com Sérgio Teixeira

- Palheira - Dia 21 - 15h30 - Centro Soc. Polivalente

Sessão pública com António Rodrigues e Clara Firmo

FIGUEIRA DA FOZ

Dia 20 - 15 - Hotel Costa da Prata

Debate com Octávio Teixeira

GUIMARÃES

Dia 20 - 15h - Novo Centro de Trabalho

Reunião de militantes do PCP

LISBOA

- Ameixoeira - Dia 18 - 21h30 - Esc. Prim. das Galinheiras

Debate com Adelaide Pereira

- S. Domingos de Benfica - Dia 19 - 21h30 - Museu da República e da Resistência

Debate com Rosa Rabiais

- Alcântara - Dia 20 - 16h - Jardim do Alto Sto. Amaro

Festa Popular. Intervenção de João Amaral

- Bairro Alto e Docas - Dia 20 - 22h

Jornada de propaganda promovida pela Juventude da Cidade de Lisboa

- LNEC - Dia 22 - 13h

Debate promovido pelo Sector da FP da ORL

- Telheiras - Dia 23 - 21h - Esc. E/B, 2,3

Debate com Vítor Dias, Maria João Duarte, Manuel Figueiredo, Hélia Santos

MATOSINHOS

Dia 18 - 21h30 - Esc. Secundária do Padrão da Légua

Debate com Ilda Figueiredo, Cristiano Ribeiro e Andreia Peniche

MOITA

- Arrotes - Dia 19 - 21h30 - no "Chinquilho" -

Debate com Regina Marques

- Sarihos Pequenos - Dia 21 - 13h - Almoço-convívio

- Alhos Vedros - Dia 24 - 13h - Contactos com as trabalhadoras com Fernanda Mateus

- Moita - Dia 24 - 17h - Debate com as trabalhadoras da CM, com Fernanda Mateus

MONTIJO

Dia 20 - 21h30 - Auditório da Biblioteca

Debate com Regina Marques

MORA

Dia 20 - 16h - Casa da Cultura

Debate com Raimundo Cabral

NISA

Dia 19 - 21h30 - Biblioteca Municipal (Casa da Cultura)

Encontro-debate com Lino de Carvalho, José Manuel Basso, Gabriela Tsukamoto, Esmeralda Almeida

ODIVELAS

Dia 18 - 21h30 - Pavilhão Polivalente (junto às Piscinas)

Debate com Jerónimo de Sousa

PALMELA

- Bregos do Assa - Dia 20 - 21h30 - Com. de Moradores - Debate com Valdemar Santos

CARLOS CARVALHAS EM BEJA

Sexta-feira, 19

O Secretário-geral do PCP visita às 17h o Centro de Saúde e encontra-se com a Direcção e responsáveis do Planeamento Familiar.

Às 21h30 participa, na Biblioteca Municipal, num colóquio/debate sobre a despenalização da IVG

ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE SOBRE A IVG

- um direito da mulher no limiar do 3º milénio
Terça-feira, 23, às 18h30, no CT Vitória, com a participação de

CARLOS CARVALHAS

- Pinhal Novo - Dia 20 - 21h - Debate com Odete Santos

- Quinta do Anjo - Dia 23 - 21h30 - Debate com Regina Marques

- Palmela - Dia 24 - 21h - C.D.R. Padre Nabeto - Debate com Odete Santos

PAREDES

Dia 19 - 21h30, JF de Recarei

Debate com Cristiano Ribeiro e Armanda Resende,

promovido pela JCP de Paredes

PENACOVA

Dia 20 - 21h30 - Assoc. Recreativa de Lorrão

Debate com Octávio Teixeira

PENAFIEL

Dia 20 - 21h - JF de Novelas

Colóquio com Cristiano Oliveira, Pe. Mário Oliveira, Armanda Resende

PORTEL

Dia 18 - 21h - Salão da JF

Debate com Vídal Amaro e José Soeiro

PORTO

Dia 21 - 15h - Passeio Alegre, na Foz (junto ao Coreto)

Sessão pública promovida pelas Mulheres CDU com Odete Santos e Ilda Figueiredo,

seguida de caravana automóvel até ao Mercado Ferreira Borges, onde decorre uma iniciativa do Movimento Sim pela Tolerância

RIO MAIOR

Dia 22 - 21h30 - Auditório Municipal

Debate com Aurélio Santos

SACAVÉM

Dia 25 - 21h30 - Sport Grupo Sacavenense

Debate com João Amaral

SALVATERRA DE MAGOS

Dia 19 - 21h30 - Biblioteca Municipal

Debate com Adelaide Pereira

SAMORA CORREIA

Dia 20 - 21h30 - Salão da JF

Debate com Adelaide Pereira

SANTA IRIA DA AZÓIA

Dia 19 - 21h - Sociedade 1º de Agosto

Debate com Luísa Araújo

SANTIAGO DO CACÉM

- Ermidas do Sado - Dia 20 - 16h - Debate com Augusto Flor

- Santiago - Dia 24 - 21h - CM - Debate com Conceição Moraes

S. JOÃO DA MADEIRA

Dia 20 - 21h - Biblioteca Municipal

Com Graça Mexia

SEIXAL

- Corroios - Dia 20 - 21h30 - Debate com Anita Vilar

- Paio Pires - Dia 23 - 15h30 - Debate com Luísa Araújo

SETÚBAL

- Azeitão - Dia 19 - 21h30 - Debate com Ana Teresa Vicente

- Palhavã - Dia 24 - 21h30 - Debate com Anita Vilar

VILA FRANCA DE XIRA

Dia 21 - Quinta da Piedade

Festa popular: almoço, espectáculo musical. Intervenções de Manuela Prates e Pedro Dias

VILA NOVA DA BARONIA

Dia 19 - 21h - Centro Cultural

Debate com José Soeiro

VILA REAL

Dia 20 - 15h - Centro Cultural

Sessão de esclarecimento com Manuela Bernardino

PORTUGAL 2000

A participação dos cidadãos, valor inseparável da democracia

- debate com a participação de

Diana Andringa, Fernando Nunes da Silva, Luís Sá,

Manuel Carvalho da Silva, Óscar Mascarenhas

na Sociedade Musical Capricho Setubalense, Sexta-feira, 19, às 21h30

Para um sistema fiscal mais justo

- debate com a participação de

Medina Carreira, Octávio Teixeira, Saldanha Sanches

na Casa Amarela da AR, segunda-feira, 22, às 17h

A adesão de Portugal ao Euro e os Pequenos e Médios Empresários

- jantar seguido de debate, promovido pela DORL,

com a participação do deputado Sérgio Ribeiro:

Segunda-feira, 22, às 20h, no CT Vitória

Conheça melhor Gershwin e Robeson

com a ajuda de Ruben de Carvalho e de excertos musicais e sequências vídeo: na Biblioteca do Palácio Anjos, sexta-feira, 19, às 22h, a convite dos eleitos CDU da freguesia de Algés

Tarde fadista

no CT do Lumiar:

Américo de Sousa,

António Maia, Alípio Lopes,

Arménio Silva,

Benjamin, João Pereira,

Manuel Maia, entre outros:

Sábado, a partir das 16h

CONVÍVIO DE TRABALHADORES DO CONCELHO DE SINTRA

promovido pelo OD de Empresas do Concelho de Sintra
Domingo, 21, a partir das 12h30, no JIP

Festa do Avante!

● AS JORNADAS DE TRABALHO

da célula dos trabalhadores da CM do Seixal

têm início no próximo sábado, dia 20

e no dia 21 a célula promove na Quinta da Atalaia

uma Jornada de Convívio que inclui almoço e intervenção política

● Em VILA FRANCA de XIRA

- Pátio da Esc. Primária do Forte da Casa, a partir das 21h, realiza-se no sábado

TELEVISÃO

Quinta, 18

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.15 Consultório
15.30 Isto Só Vídeo
16.25 Mundial '98: África do Sul-Dinamarca
18.35 Maria do Bairro
19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.15 País País
19.45 País Regiões
20.00 Telejornal
20.45 Cais do Oriente
21.05 As Lições do Tonecas
21.40 Terra Mãe
22.35 Maria Elisa
00.40 Mundial '98
01.10 24 Horas
02.10 Especial Musical

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.35 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.00 Hugo
19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.55 Mundial '98: França-

Sexta, 19

RTP 1
08.00 Infantil
10.10 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Mundial '98: Paraguai-Bulgária
15.30 Perdidos de Amor
16.25 Mundial '98: Nigéria-Bulgária
18.35 Maria do Bairro
19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.15 País País
19.45 País Regiões
19.55 Mundial '98: Espanha-Paraguai
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Terra Mãe
24.00 Mundial '98
00.30 24 Horas
01.30 Máquinas
02.05 Arma Violenta
(de Tamara Davis, EUA/1992, com Drew Barrymore, James LeGros, Rodney Harvey, Billy Drago. «Thriller» Dramático)

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa

Sábado, 20

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
12.15 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Mundial '98: Japão-Croácia
15.30 Top +
16.25 Mundial '98: Bélgica-México
18.30 Há Horas Felizes
19.10 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.55 Mundial '98: Holanda-Coreia do Sul
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.45 Jet 7
23.20 Contra-Infomção
23.40 86-60-86
00.15 Reportagem
01.10 Mundial '98
01.45 24 Horas
02.35 Amor e Dinheiro
(de James Tobak, EUA/REA/1980, com Ray Sharkey, Ornella Muti, Klaus Kinski, Armand Assante, King Vidor. Drama)
04.15 Sem Limites

RTP 2
09.00 Universidade Aberta
12.00 Música Maestro - «O Som do Cárcere»
12.55 Horizontes Selvagens
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Segredos da Corte

Domingo, 21

RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.25 Mundial '98: Alemanha-Jugoslávia
15.30 Made in Portugal
16.25 Mundial '98: Argentina-Jamaica
18.30 Casa Cheia
19.10 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.55 Mundial '98: EUA-Irão
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.45 Riscos
23.50 Assalto à Televisão
01.30 Mundial '98
02.05 24 Horas
02.55 Limites do Terror

RTP 2
09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Missa
10.50 70 x 7
12.30 Sinais do Tempo
13.30 Jornal d' África
14.45 Desporto 2
16.30 Musical: Sweet Home Chicago
17.40 Meus Amigos
(de António Cunha Telles, Port/1962, com Manuel Madeira, Teresa Mota, António Modesto Navarro, José Vaz Pereira, Lia Gama. Ver Destaque)

Segunda, 22

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
15.35 Nico d' Obra
16.25 Mundial '98: Colômbia-Tunísia
18.35 Maria do Bairro
19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.15 País País
19.40 País Regiões
19.55 Mundial '98: Roménia-Inglaterra
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Terra Mãe
23.50 Mundial de Futebol '98
00.20 24 Horas
01.15 Horizontes da Memória

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Jogo Falado
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Espaço Vital - Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.45 Hugo

Terça, 23

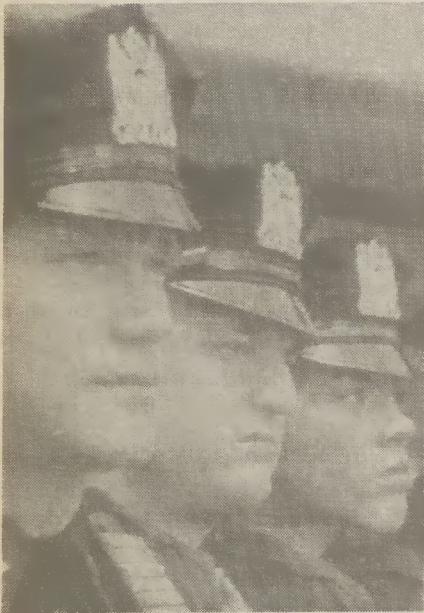
RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
14.55 Mundial '98: Itália-Áustria ou Chile-Camarões
17.05 Made in Portugal
18.05 Maria do Bairro
19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.15 País País
19.40 País Regiões
19.55 Mundial '98: Escócia-Marrocos ou Brasil-Noruega
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Herman 98
00.40 Mundial de Futebol '98
01.20 24 Horas
02.25 Rotações

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.40 Jogo Falado
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.45 Hugo
20.15 Tudo em Família

Quarta, 24

RTP 1
08.00 Infantil
10.05 A Banqueira do Povo
11.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Perdidos de Amor
14.10 Consultório
14.55 Mundial '98: França-Dinamarca ou África do Sul-Arábia Saudita
17.10 Nós, os Ricos
17.40 Maria do Bairro
19.00 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.15 País País
19.40 País Regiões
19.55 Mundial '98: Nigéria-Paraguai ou Espanha-Bulgária
22.00 Telejornal
22.30 Cais do Oriente
22.50 Terra Mãe
23.50 Fuga de Absalom
(de Martin Campbell, EUA/1994, com Ray Liotta, Lance Henriksen, Stuart Wilson, Kevin Dillon. Aventuras / Acção)
02.00 Mundial '98
02.30 24 Horas

RTP 2
15.00 Informação Gestual
15.35 Falatório
16.45 Amigos para Sempre
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa



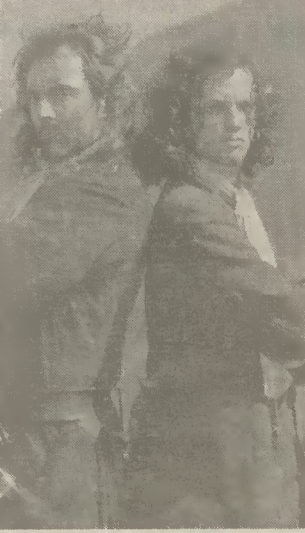
«A Esquadra de Brooklin», onde já não há polícias-modelos



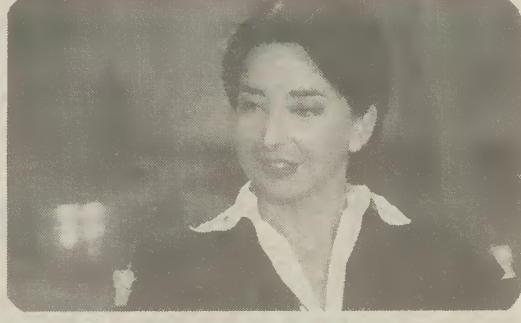
«Camilo na Prisão»



«Quem sabe, sabe»



«Raptados», em repetição na SIC



«Falatório»: de segunda a sexta na RTP2



«Portugalmente», RTP2

Arábia Saudita
22.00 Jornal 2
22.45 Acontece
22.55 Amor É Fogo
(de Joshua Brand, EUA/1995, com William Baldwin, John Leguizamo, Sadie Frost, Erika Elénik. Comédia Romântica)
00.30 Falatório
01.30 Objectivo Lua

SIC
08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Bom Baíão
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Malucos do Riso
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Ora Bolas, Marina
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Por Amor
22.10 A Última Chance
23.15 Esta Semana
00.30 Diário do Mundial
00.50 Último Jornal
01.15 Flash
02.35 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 F/X - Efeitos Mortais
(de Vincent Minelli, EUA/1959, com Frank Sinatra, Dean Martin, Shirley MacLaine, Martha Hyer, Arthur Kennedy. Ver Destaque)
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Terra: Conflito Final
23.00 Cocoon: O Regresso
(de Daniel Petrie, EUA/1988, com Don Ameche, Wilford Brinley, Courteney Cox, Steve Guttenberg. Fantástico)
01.20 Seinfeld
01.50 Ponto Final

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

18.30 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.45 Hugo
20.20 Tudo em Família
20.50 Portugalmente
21.30 Quem Sabe Sabe...
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.10 Acontece
23.20 A Bela Época
(de Fernando Truêba, Esp./Fr./Port./1992, com Fernando Fernan-Gomez, Miriam Diaz-Aroca, Jorge Sanz. Ver Destaque)
01.10 Falatório
02.10 Ternuras e Arrufos

SIC
08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Bom Baíão
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Malucos do Riso
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Ora Bolas, Marina
16.00 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
20.50 Diário do Mundial
21.00 Bom Baíão
21.30 Por Amor
22.30 Ponto de Encontro
23.40 Diário do Mundial
01.20 Último Jornal
02.05 Vibrações

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.20 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
15.50 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pretender
23.00 A Esquadra de Brooklin
24.00 Sonho Perdido
(de Jack Bender, EUA/1996, com Tiffani-Amber Thiessen, A. Martinez, David Newsom, Amy Yasbeck. Drama)
01.45 Seinfeld
02.15 Ponto Final

15.55 Com Jeito Vai... na Pândega
(de Geral Thomas, Gr.Br./1972, com Sidney James, Kenneth Williams, Charles Hawtrey, Joan Simms. Comédia)
17.30 Festival Pop (Baden-Baden)
18.30 Desporto 2
20.10 2001
20.40 Jogo do Alfabeto
21.20 Onda Curta
(Canção do Entardecer (Esti Dul), de Toth Pal, Hungria/1997; O Piquenique com Weissman (Picnic With Weissman), de Jan Svankmajer, Checoslováquia/1968; Alice e o Aurifactor, (Alice und der Aurifactor), de Jörg Fockele, Alem./1995; O Coro (Hamsorayan), de Abbas Kiarostami, Irão/1982. Curtas Metragens.)
22.30 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
24.00 O Filme da Minha Vida
01.45 Os Sexos Humanos

SIC
08.00 Buérré
11.30 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.10 007, Operação Tentáculo
(de John Glen, Gr.Br./1983, com Roger Moore, Maud Adams, Louis Jourdan. Acção / Espionagem)
16.30 Norte e Sul
18.05 Crocodilo Dundee
(de Peter Faiman, Austrália/1986, com Paul Hogan, Linda Kozlowski, John Meillon. Comédia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
21.30 Corpo Dourado
22.30 Big Show Sic
01.30 Diário do Mundial
01.50 Último Jornal
02.15 Vida de Solteiro
(de Cameron Crowe, EUA/1992, com Bridget Fonda, Matt Dillon, Campbell Scott, Kyra Sedgwick, Sheila Kelly. Ver Destaque)

TVI
10.00 Animação
12.40 Gémeas
13.35 Contra-Ataque
14.40 Feed Back
15.45 Os Julgamentos de Rosie O'Neill
16.40 Competente e Descarada
17.25 Memórias da Meia-Noite
19.10 Aventuras no Pacífico
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Corações em Fogo
(Longa-metragem, EUA, com Patrik Duffy. Drama)
00.30 Jogo Violento (de James Merendino, EUA/1994, com Matt McCoy, Edward Albert Jr., Leo Damian, Stella Stevens. Drama)

19.25 Bombordo
20.15 Artes e Letras: «História da Arte Americana (VI)»
21.10 Rhodes, o Poderoso
22.30 Jornal 2
23.05 Horizontes da Memória
23.35 Bailado: «Carmen»
00.35 Vidas do Século - «Lindbergh»

SIC
08.30 Buérré
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Três Homens e um Bêbé
(20 A Leonard Nimoy, EUA/1987, com Tom Selleck, Steven Guttenberg, Ted Danson. Comédia)
15.45 Viper
16.45 Stargate
17.40 007 - Ao Serviço de Sua Majestade
(de Peter Hunt, Gr.Br./1969, com George Lazenby, Diana Rigg, Telly Savalas. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
20.40 Diário do Mundial
20.50 Camilo na Prisão
21.10 Surprise Show
22.10 Corpo Dourado
23.15 Ritual de Sangue
(de Donald P. Bellisario, EUA/1988, com Tom Berenger, Daphne Zuniga, Chick Vennera. «Thriller»)
01.15 Diário do Mundial
02.35 Último Jornal
03.00 Norte e Sul

TVI
10.00 Animação
10.30 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Portugal Português
14.00 Cousteau - As Novas Descobertas
15.05 O Céu Como Horizonte
16.35 Competente e Descarada
17.05 Memórias da Meia-Noite
18.50 Desafios
19.00 Nightman
20.00 Flipper
21.00 Directo XXI
22.00 Causa Justa
23.00 A Face
(de Jack Bender, EUA/1996, com Yasmine Bleeth, James Wilder, Robin Givens. Drama)
01.00 A Magia do Cinema

20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente
21.25 Sarihos com Elas
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.10 Acontece
23.20 Chuva de Pedra
(de Kenneth Lauch, Gr.Br./1993, com Bruce Jones, Julie Brown, Gemma Phoenix, Ricky Tomlinson, Tom Hickey. Ver Destaque)
00.50 Duckman, o Trapalhão

SIC
08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Bom Baíão
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Malucos do Riso
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Ora Bolas, Marina
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 Roda de Milhões
24.00 Toda a Verdade
01.00 Diário do Mundial
01.20 Último Jornal

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem sem Passado
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pensacola
23.00 Justiça numa Pequena Cidade
(de Jan Egleson, EUA/1994, com Kate Jackson, John Shea, Dean Stockwell. Drama)
00.50 Seinfeld

20.45 Portugalmente
21.25 Ellen
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.10 Acontece
23.20 O Bêbé de Macon
(de Peter Greenaway, Gr.Br./1993, com Ralph Fiennes, Julia Ormond. Drama)
01.05 Falatório
02.05 Musical

SIC
08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Bom Baíão
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Malucos do Riso
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Ora Bolas, Marina
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 Furor
23.15 Casos de Polícia
00.30 Diário do Mundial
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.35 Portugal Radical

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem Sem Passado
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Casos de Arquivo
23.00 PSI Factor
24.00 Seinfeld
00.35 Feedback
01.20 Ponto Final

18.30 Universidade Aberta
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.30 Campanha "Referendo sobre o Aborto"
19.45 Hugo
20.15 Tudo em Família
20.45 Portugalmente

21.25 Simpsons
22.00 Murphy Brown
22.30 Jornal 2
23.10 Acontece
23.20 O Bêbé de Macon
(de Peter Greenaway, Gr.Br./1993, com Ralph Fiennes, Julia Ormond. Drama)
01.05 Falatório
02.05 Musical

SIC
08.00 Buérré
10.00 Baila Comigo
11.00 Bom Baíão
11.30 Cuidado com o Fantasma
12.00 Malucos do Riso
12.30 Imagens Reais
13.00 Primeiro Jornal
13.55 O Juiz Decide
15.00 Ora Bolas, Marina
15.30 Vidas Cruzadas
17.00 Fátima Lopes
19.00 Era Uma Vez
20.00 Jornal da Noite
21.00 Por Amor
22.00 Furor
23.15 Casos de Polícia
00.30 Diário do Mundial
00.50 Último Jornal
01.15 Conversas Secretas
02.35 Portugal Radical

TVI
10.10 Animação
13.30 TVI Jornal
14.15 Lágrimas de Mulher
15.05 Caprichos
16.00 Império de Cristal
17.00 Animação
18.00 Um Homem Sem Passado
19.00 F/X - Efeitos Mortais
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Pícaro o Ponto
22.30 Paradise
(de Mary Agnes Donoghue, EUA/1991, com Melanie Griffith, Don Johnson, Elijah Wood, Thora Birch, Sheila McCarthy. Drama)
00.55 Seinfeld
01.25 Lanterna Mágica
02.00 Ponto Final

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

A Bela Época (Sexta, 23.00, RTP2)

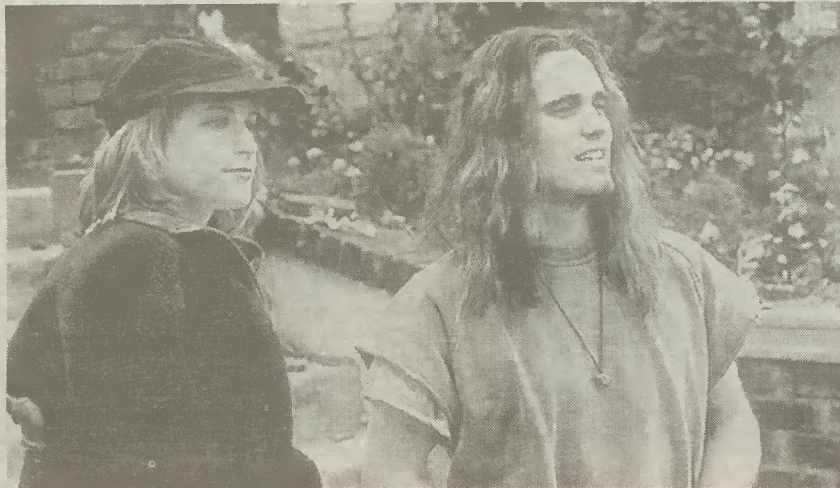
Com uma carreira de êxitos assinaláveis em termos de certames internacionais – tendo ganho já o Goya, prémio do cinema espanhol, e o Óscar para o Melhor Filme de Língua Estrangeira em 93 – *A Bela Época* é uma co-produção hispano-franco-portuguesa realizada por **Fernando Trueba**. O argumento do filme, uma crónica de sensibilidade e humor em plena situação de conflito, está situado em Espanha no início dos anos 30 e conta-nos a história de um desertor republicano que procura abrigo em casa de um velho artista plástico, também ele republicano. Mas a vida pachorrenta que ambos passam a levar complica-se para o nosso desertor, se assim se quiser entender o vai-e-vem que ele tem de empreender (em termos amorosos) entre cada uma das quatro filhas do pintor que, a dada altura, regressam à casa paterna... Diz-se que este filme nos faz lembrar uma atmosfera típica do melhor **Renoir**, até mesmo na circunstância de nos fazer experimentar duas situações paralelas: o radicalismo de uma sociedade à beira da guerra civil e os jogos de sedução entre as várias personagens. A descobrir.

Vida de Solteiro (Sábado, 02.15, SIC)

Num prédio de apartamentos de Seattle vivem uma série de jovens solteiros de ambos os sexos que, com as mais variadas gradações, procuram à sua maneira criar laços definitivos que possam levá-los a encarar uma vida em comum. Realizado por um cineasta (**Cameron Crowe**) que já em experiências anteriores se havia debruçado sobre o mesmo tipo de problemas (mais no âmbito da adolescência) o filme é construído como uma espécie de pequenos *sketches* aparentemente desligados entre si. Ao que nos dão conta as referências, não se tratando, assim, de um filme com uma organização interna e uma consistência dramática particularmente homogênea, ele não deixa de ser interessante pela sensibilidade e naturalidade com que alguns problemas são focados. Boas interpretações, das quais se destacam as de **Brigitte Fonda** e **Matt Dillon**.

Meus Amigos (Domingo, 17.40, RTP2)

Rodado em 62, época dos começos do chamado Cinema Novo português, este filme realizado por **António Cunha Telles** (ele próprio produtor empenhado de tantos dos filmes desse período) mos-



Brigitte Fonda e Matt Dillon, em «Vidas de Solteiro», de Cameron Crowe

Chuva de Pedra (Segunda, 23.20, RTP2)

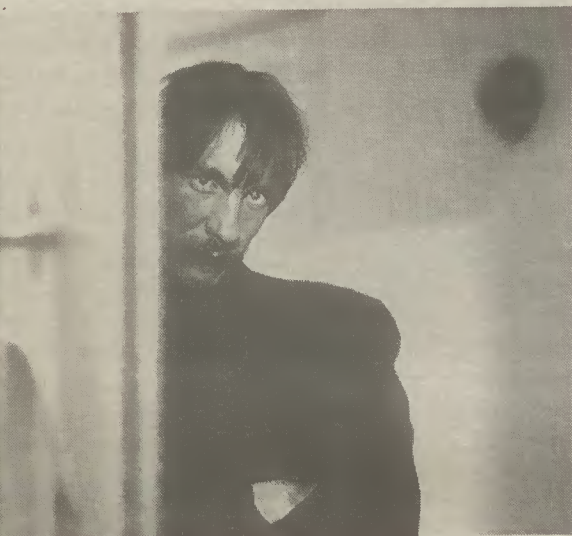
Ao organizar um ciclo sobre o cinema britânico moderno (que hoje começa), a **RTP** permite-nos em boa hora estabelecer contacto com uma das mais interessantes cinematografias actuais e com alguns dos seus melhores representantes, geralmente recusando a produção de filmes que se destinem à alienação e ao mero divertimento mas, ao contrário, se mostrem empenhados em realizar obras cinematográficas que tenham que ver com os reais problemas com que se debate a sociedade dos nossos dias. Por exemplo, **Kenneth Loach**, um dos mais destacados entre eles, confronta-nos aqui com a história de um operário da Irlanda do Norte no desemprego que procura arranjar maneira para impedir que a sua situação laboral interfira de algum modo no quotidiano da sua mulher e do seu filho. Um filme sério, que não exclui (antes pelo contrário) um saudável humor e uma certa ironia.

Nu (Terça, 23.20, RTP2)

Ainda segundo as referências (e ao contrário do filme de **Loach**), este *Nu*, realizado por um cineasta e argumentista de peso (**Mike Leigh**), dá-nos conta de um outro quadro das sociedades contemporâneas: a alienação e a perda de valores que em grande medida as afecta. Parece tratar-se, em geral, de um retrato altamente cru e impiedoso das relações sentimentais e amorosas ou simplesmente de amizade em meio de uma impressionante solidão aquele que o realizador nos proporciona ao seguirmos a chegada de um homem que regressa ao apartamento de uma ex-namorada em férias, agora povoado e visitado por seres completamente destruídos por dentro, nas suas vidas e ligações pessoais. *Nu* arrebatoou o Prémio Para o Melhor Realizador no Festival de Cannes de 96 e **David Thewlis**, seu intérprete principal, alcançou o Prémio Para o Melhor Actor. Um filme importante mas anárquico e terrível, difícil de digerir.



Um cartaz de «007, Ao Serviço Secreto de Sua Majestade»



David Thewlis, intérprete principal de «Nu», filme de Mike Leigh

tra a preocupação de nos dar um retrato da sociedade daquela época, sobretudo de um grupo de amigos pertencentes à camada intelectual e estudantil lisboeta, com todas os seus problemas, frustrações e também aspirações em relação à realidade circundante. Um filme ao estilo do «cinema-verdade», construído a partir de elementos de diálogo muito ténues, as mais das vezes semi-improvisados pelos próprios protagonistas, muitos deles amadores. Uma curiosidade.

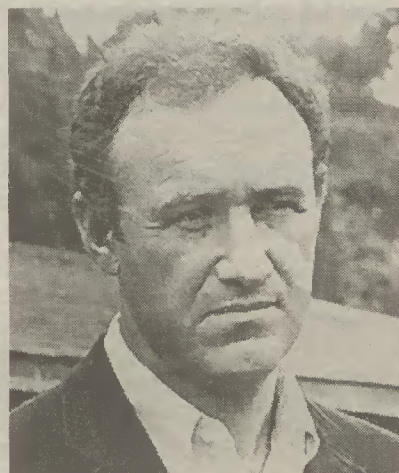
007, ao Serviço Secreto de Sua Majestade (Domingo, 17.40, SIC)

A ameaça dos eternos inimigos de *Bond* e, portanto, da «civilização ocidental» de que Sua Majestade é peça-chave, paira agora nas montanhas suíças. E é para ali que o intrépido agente secreto é enviado sob falsa identidade, descobrindo que, sob o pretexto de um tratamento contra as alergias, uma série de jovens, extremamente belas, são hipnotizadas para cumprir a missão de espalhar nos diferentes países de origem uma terrível doença. Como é previsível, *Bond* vai procurar resolver a situação mas as dificuldades não são poucas e, por isso, ao contrário do que é habitual, o filme não acaba bem (!). Para além desta originalidade, o que torna oportuno este destaque (sendo certo e sabido que a **SIC** várias vezes tem enveredado pela enésima repetição das «obras completas» de *James Bond*) é o facto de este episódio ser dos menos vistos nas televisões portuguesas e, ainda, a circunstância de o principal papel ser desempenhado por **George Lazenby**, numa fase em que chegara ao fim a série de interpretações de **Sean Connery** e ainda não começara a de **Roger Moore**. Além disso, ainda há uma espantosa perseguição na neve e uma avalanche aterradora. Para divertir.

CABO & SATELITE

Noite temática: a droga

O canal franco-alemão **Arte** escolheu para esta semana a droga, como assunto principal da sua noite temática. Tudo começa com «**The French Connection**» (1971) de **William Friedkin** e com **Gene Hackman** no principal papel, um bom filme de acção (em versão original, com legendas em francês) cujo ambiente é precisamente o do grande tráfico internacional da droga. Seguem-se, depois, dois documentários. «**Les Blanchisseurs**», que nos fala dos (apenas) 1 % do montante do negócio da droga que é recuperado pelas autoridades em todo o mundo, sendo o restante objecto de operações de branqueamento; e «**L' Argent Sale**» sobre o desmantelamento de um cartel na Colômbia em 1992. (Quinta, Arte, entre as 19.45 e as 23.20)

**Música por todo o lado**

Considerado «o primeiro retrato televisivo autorizado» de **Lou Reed**, o canal **Arte** transmite no próximo sábado, na sua série «**Music Planet**», o filme «**Lou Reed, Rock' n' Roll Heart**» de **Timothy Greenfield-**

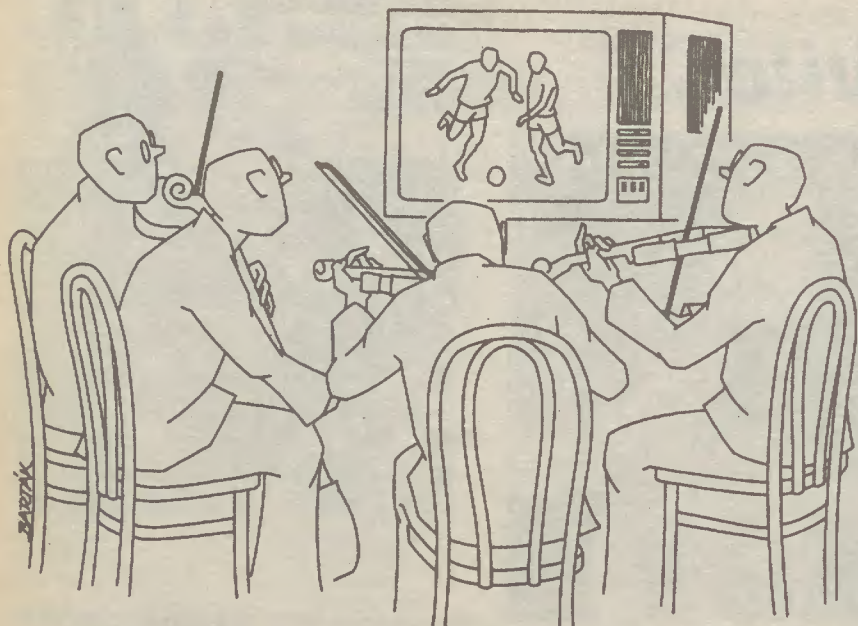
Sanders, no qual se poderão ver excertos da ópera-rock «**Time Rocker**», de **Bob Wilson**, e de um concerto no **Knitting Factory** em Nova Iorque. No dia anterior, também o canal **Muzzik** apresentará o documentário «**Ray Charles Omnibus**», de **Charlie Gillet**, ao qual se segue a gravação de um concerto realizado em 90 no **Festival de Jazz d'Antibes – Juan les Pins**. Mas para os adeptos da música portuguesa, esta terá o seu lugar neste último canal, com um programa dedicado aos **Madredeus**, no sábado, e outro que terá **Amália** no centro das atenções, no domingo.

(Sexta, Muzzik, das 20.00 às 22.45; Sábado, Arte, das 22.30 às 23.45; Sábado, Muzzik, das 22.05 às 00.20, e Domingo, das 19.05 às 20.00)

**Teatro de Guitry**

No seu espaço teatral «**Premières Loges**», o canal **TV 5** apresenta «**Une Folie**», uma peça de teatro de **Sacha Guitry**, encenada por **Jacques Échantillon**. Nos papéis principais veremos em acção **Michel Duchaussoy** e **Yolande Folliot**. Segue-se, ainda, um documentário de **Luc Boland** intitulado «**A La Folie**». (Sexta, TV 5, das 19.00 às 21.00)





Apontamentos em tempo de feriados

«Bastaram cinco anos a uma estação privada com muito menos dinheiro, muito menos pessoas e muito menos experiência (a SIC) para provar que os privados fazem não só melhor entretenimento como melhor informação.»

(Eduardo Cintra Torres - «TV 1998» - «Público», 15.06.98)

Quem ainda não tenha percebido a verdadeira «estratégia da aranha» que, desde há muito tempo, paulatinamente, vem sendo delineada no sentido de serem acumuladas sugestões, palpites, «bocas» e, finalmente, «argumentos de peso», objectivos e subjectivos, susceptíveis de conduzir a opinião pública a encarar a admissibilidade da privatização do serviço público de televisão em Portugal – quem tenha andado, portanto, altamente distraído – talvez compreenda agora que tudo se vai conjugando para que a campanha neste sentido adquira contornos mais claros, a ponto de ser possível desferir um ataque final e decisivo na altura julgada apropriada.

Desde as intervenções aparentemente desgarradas e sem nexos (às vezes, de algum modo, despropositadas e apatetadas) de responsáveis máximos do PSD, até às entrevistas concedidas por personalidades ligadas ao meio, passando (pasmem-se!) por afloramentos cada vez mais explícitos por parte da «crítica institucional» - tudo tem sido tentado para criar um estado de espírito favorável às pressões junto de um Governo que jamais rejeita a possibilidade de «entregar o ouro ao bandido», constatação que logicamente decorre da observação da sua actuação noutras áreas importantes da vida nacional.

A este propósito, a peça que **Eduardo Cintra Torres** lançou a público recentemente - e de que acima transcrevemos uma significativa passagem - não pode assim deixar de ser considerada como mais uma acha para a fogueira de uma sinistra campanha a favor da privatização (total ou parcial) da RTP. Uma peça também algo despudorada já que, independente de outras considerações mais sensíveis que poderiam fazer-se a seu propósito, ela joga de forma tortuosa e ardilosa com as meias-verdades - um processo sempre viciado à partida - como é aquela de, numa única frase, apresentar a SIC como capaz de fazer melhor entretenimento e informação. Ora a verdade é que, quanto ao primeiro, sabe-se como a crítica em geral e o próprio **Cintra Torres** em particular tem zurdido no «tele-lixo» instituído pela estação de Carnaxide e caninamente seguido pelos outros canais. E quanto à segunda, independentemente da qualidade, agilidade e acutilância de certas iniciativas no campo informativo, continua a haver fortes razões para lamentar a inexistência, na SIC, de qualquer alternativa de fundo em termos de debate político, social, económico e cultural, verdadeiramente plural.

Aquilo que não se discute e tem sido escamoteado junto da opinião pública - aquilo

que se tem procurado apagar da memória do comum espectador de televisão, empobrecendo e limitando a discussão acerca desta

materia importante para o devir da democracia, também neste campo - é a estratégia de permanente abastardamento e desqualificação da actividade da televisão no nosso país, sobretudo porque a discussão foi deslocada e se centra cada vez mais à volta dos financiamentos do serviço público de televisão entre nós. Ora, não deixa de ser oportuno recordar que tudo começou a agravar-se, neste capítulo, ainda no tempo do «cavaquismo», com a eliminação demagógica da taxa de televisão - como se, afinal, não continuássemos a pagar (e bem!) do nosso bolso a permanente incompetência e irresponsabilidade administrativa dos sucessivos responsáveis da RTP - e, por tabela, com a desregulamentação progressiva das regras quanto à inserção de publicidade na televisão pública, entendida como determinante fonte de rendimento, precisamente ao contrário do que se passa lá fora na maioria dos países da União Europeia (que, nesta área, parece não convir imitar!) e em vez de se eliminar totalmente ou limitar fortemente essa inserção em determinados períodos da emissão, no sentido de mais claramente definir as fronteiras entre canais públicos e canais privados.

Uma definição de fronteiras que passa, também e sobretudo, pela urgente elevação da qualidade da programação no serviço público, abandonando a estratégia «classista» e «elitista» de apenas conferir à RTP 2 essa dignidade e voltando a instituir também a RTP 1 como «estação de referência» em matéria de entretenimento. A não fazer-se isto, a situação não deixará de agravar-se e também não deixará de se aprofundar o fosso entre telespectadores de primeira e telespectadores de segunda - os primeiros usufruindo nas calmas dos seus privilégios para poderem escolher (porque podem pagá-las) as alternativas de programação proporcionadas pela TV Cabo, pelos já instituídos serviços «pay-TV» e pelos anunciados canais temáticos, e os segundos (a esmagadora maioria) cada vez mais vulneráveis e impotentes face à progressiva inundação, em suas casas, de uma programação completamente alienante, desclassificada, anti-social e anti-cultural.

Por isso, contrariando esta estratégia altamente condenável, é necessário continuar a recusar aquilo que nos querem fazer crer como sendo evidências indiscutíveis e, ao mesmo tempo, chamar o Governo ao cumprimento das suas repetidas promessas neste domínio.

O incauto e a teia

Abro a caixa do correio antes de meter a chave na porta. Cartas, papelada. Muita papelada. O assombro dos preços num dos hipermercados do bairro, as delícias de umas férias de Verão nas Caraíbas ou na Tailândia, a melhor das soluções para o flagelo da celulite. E o paraíso ao alcance da mão. Basta o gesto, o gesto que não deixarei de assumir. Vou lá desperdiçar uma oportunidade assim. Por um punhado de trocos, em vinte e quatro ou quarenta e oito suaves prestações, disporei dos clássicos que nunca lerei e, sem mais, recebo em casa uma aparelhagem de som, uma estante, um relógio de quartzo e o sol do Algarve. Sim, sim, o sol do Algarve. Não vai fugir-me o apartamento mobilado na Quarteira, mesmo com os pés no mar. Entretanto chegarão os telemóveis do engenheiro Belmiro de Azevedo, na hora exacta, para

rebrantar com aquela gente da TMN e da Telecel. Numa das idas ao Continente aumento o volume das despesas, dez contitos gastam-se numa coisa de nada, e zás, aí fico com um celular de borla, à medida dos sonhos e das necessidades que passarão a ser minhas!

Mas, como de costume, oferecem-me também o alívio de todas as dores, incluindo as do pensamento e as da coluna. Para o primeiro, nada melhor do que um romance de Barbara Cartland ou de uma dessas tias portuguesas com lugar cativo nas emissões de televisão. Para a outra, a coluna, haverá sempre um colchão duro e afável por tuta e meia, é só preencher o cupão e ir pagando como quem espalha ao vento o perfume do dinheiro. E a Grumóveis que me põe o resto da felicidade em casa? Satisfaz a exigência e o requinte, concebe interiores de marajá, mognos, espelhos, linhas tão pessoais que nunca ninguém terá sentido uma harmonia assim dentro do lar. A piscina, se as coisas correrem de feição, talvez calhe aos tipos da Araquí. Com eles, não restem dúvidas, a chatice é uma impossibilidade. Uma colega minha, professora de filosofia, contratou-os recentemente. Dizia-me ontem ao café: são uns génios do senso prático, podes crer. E nem exploram demasiado.

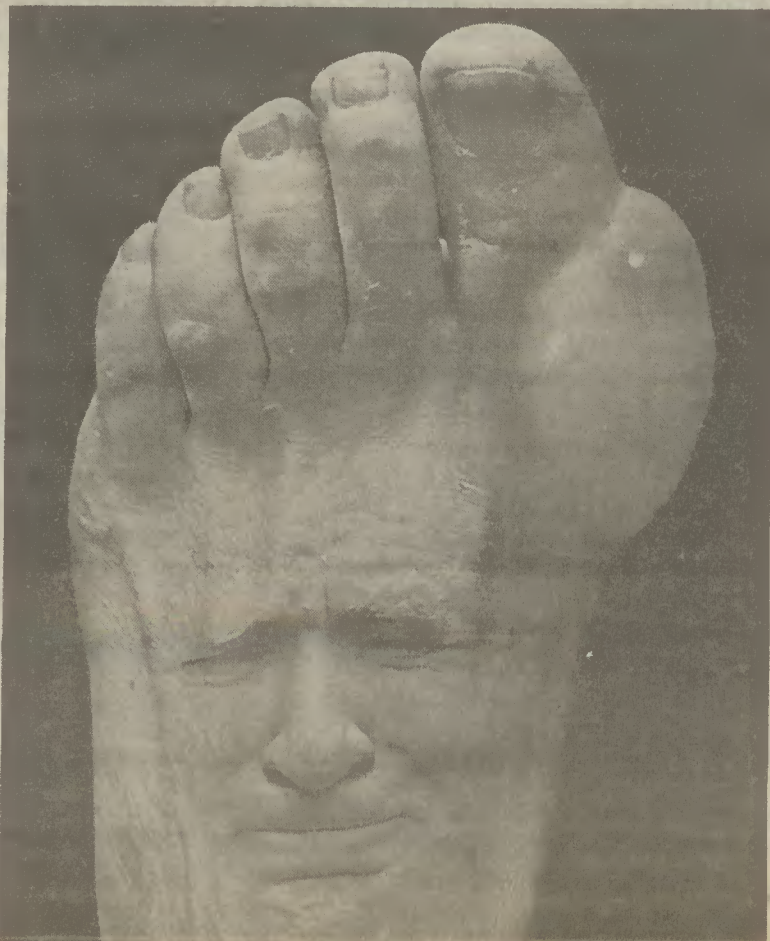
Seguem-se os preços imbatíveis do Pingo Doce e do Carrefour. Os materiais de bricolage da Noitidia. Os novos computadores, o boletim da paróquia, as velaturas, as quinquilharias, os electrodomésticos. Uma folheca da extrema-direita, outra a protestar contra o Presidente da Junta por causa dos pavimentos e passeios que o Inverno esburacou. Estranho, nenhum desdobrável das campanhas sobre o aborto... Não será tarde, vá!

E este envelope da Pretexto? Segunda via do original, segunda ou terceira, tanto faz - «agora, ao ADOPTAR Pretexto Editora GANHA ainda mais vantagens». Um curso de Internet, por exemplo. E dicionários, audiovisuais para fins didácticos. Não compre por mil nem por

quinhentos, quatrocentos, duzentos ou sequer cem. Por setenta e cinco, setenta e cinco certos, leve já o estimável ouvinte um conjunto caneta/esferográfica Vivólux, elegância e distinção, leve e obtenha o nosso brinde de ocasião, uma osga de gelatina viscosa até mais não, ão, ão! E a charanga da memória a tornar presentes os figurões da trapaça, do paleio-enleio, da banha da cobra, outrora-hoje, não perca o ensejo, a sorte não bate duas vezes a uma única porta. O facto é que um curso na Net dá jeito. Pena não ser uma semana em Bora Bora, na ilha da Reunião, no Big Apple. Ou na Expo, com a família a tiracolo, dúzias de sandes clandestinas e direito a fotografia à ilharga do dr. Mega Ferreira. Para a posteridadezinha, claro. Pena. Pena não ser um cruzeiro ao alto dos Himalaias. Enfim, não se deve aspirar a tudo. Umás braçadas no oceano cibernético, vídeos, lapiseiras, piroteiras? Nada mau. Benefícios! Os manuais, aliás, cheios de requintes modernações, trazem nomes de peso a creditá-los. Corruptos, nós? Se escolhermos em plena consciência? Eu cá gosto das obras escolares da Pretexto Editora. Gosto a valer. E é isso que conta...

ANACRÓNICAS

■ Manuel de Melo



ESCAPARATE

teatro malaposta
 Marcações: 938 85 70 / 938 84 07

de A. TCHECOV
TIO VÂNIA
 de RUI MENDES
 ANA NAVE • ELISA LISBOA • ELSA VALENTIM • JORGE ESTRELA • JORGE SILVA
 JOSÉ PEIXOTO • LUÍS ALBERTO • MARIA JOSÉ • MÁRIO JACQUES

Estreia 18 de Junho
 3ª a Sáb. às 21h30
 Dom. às 16h00

TEATRO

Nova estreia na Malaposta

«É comumente aceite que a peça TIO VÂNIA, de Anton Tchekov, foi terminada em 1896 e estreada na província em 1898, portanto há exactamente cem anos. Só um ano depois, a 26 de Outubro de 1899, o Teatro de Arte de Moscovo (cujo centenário também passa este ano) a levaria à cena encenada por Stanislavski». Assim nos é apresentada pelos seus responsáveis artísticos, a nova encenação da conhecida peça de Tchekov, que hoje será estreada no Centro Cultural Malaposta com carreira prevista até 31 de Julho. Numa tradução e encenação de Rui Mendes, com cenografia e figurinos de Juan Soutullo, esta peça será interpretada por Ana Nave, Elisa Lisboa, Elsa Valentim, Jorge Estrela, Jorge Silva, José Peixoto, Luís Alberto, Maria José e Mário Jacques. Espectáculos de 3ª. a sábado às 21.30 e aos domingos pelas 16 horas.



Ofensiva cultural da Flandres

A Bélgica foi um dos países que melhor compreendeu a importância e o impacto de um evento de repercussão internacional, como é a Expo'98, para promover a sua cultura. Em particular a região da Flandres cuidou de apresentar com o apoio do governo Flamengo, do seu ministro-presidente e do Ministro da Cultura toda uma série de manifestações culturais e artísticas que agora atingem um ponto essencial de arranque em diversas áreas como sejam a música, o teatro, o bailado ou as artes plásticas. Assim, e para além da fabulosa exposição «O Fascínio das Faces da Flandres, Através da Arte e da Sociedade» que será inaugurada neste sábado e estará patente ao público até 25 de Outubro, as coisas começam a animar já amanhã com as primeiras apresentações da companhia de bailado «Les Ballets C. de la B.», neste momento dirigida colectivamente por Alain Platel, Hans Van Den Broeck, Koen Augustijnen e Christine De Smedt. Segundo o programa de apresentação, trata-se de um grupo que «funcio-

na como uma larga plataforma artística. O respeito pelo trabalho dos outros, a influência mútua e uma colaboração temporária e sem compromissos são conceitos fundamentais para esta companhia». Os primeiros espectáculos desta companhia são os seguintes: 19 e 20, no Pequeno Auditório do CCB, pelas 22 horas, «(They feed we) Eat, eat, eat», de H. van den Broeck com música e som de Charo Calvo e Johan Derycke, cenografia de Marion Gizard e Charles Goethals e luzes de Gerd van Looy. A propósito deste bailado, afirma o seu autor que «estava a pensar em rituais, num grupo ou numa sociedade que precisa de rituais, mas já não os tem ou nem sequer sabe como criá-los». Mais tarde, em 23 e 24, também no Pequeno Auditório e às 22 horas, a mesma companhia apresentará «Flippers» de Samuel Louwyck, interpretado e criado por Ana Rita Barata e o autor, com música de Elco Blijweerd, dramaturgia de Hilde de Vuyst, luzes de Gerd van Looy e cenografia de Pol Heyvaert..

LIVROS

Treinador
Saber Estar
Saber Ser

Numa época em que a figura do treinador é tão frágil que bastará uma derrota - ou, quem sabe?, a descida das acções dessas novas entidades que dão pelo nome sociedades desportivas -, para serem arreadados do seu trabalho, deixando as equipas à aventura dos nomes, a leitura deste livro que a Caminho acaba de lançar, da autoria de Jorge Araújo, na colecção Desporto e Tempos Livres, é uma lufada de ar fresco. Pelo menos lança uma esperança em que o treinador venha a ser, no futebol como noutras modalidades, uma figura de responsabilidade, encarada por todos como um profissional e não um talismã que influa na sorte que faça correr a bola favoravelmente. Este livro, que se reclama do 25 de Abril e que, em introdução, o autor, lhe dedica, fala do saber e do estar do treinador, que «está para além de uma carreira de vitórias». Jorge Miguez Araújo, licenciado em Educação Física e professor da Escola preparatória da Areosa, Porto, é membro do Conselho Superior do Desporto e do Conselho Consultivo da Fundação do Desporto. É ainda coordenador técnico da modalidade de basquetebol do Futebol Clube do Porto e colabora no jornal A Bola.



Desporto Popular

Fiquemos ainda pelo desporto, nesta quadra de bom tempo que acorda em quase toda a gente a vontade de o praticar. Mas não abordemos este livro, da autoria de A. Melo de Carvalho, com a displicência do veraneante. É que o próprio autor avisa: «O desporto, tal como se exprime, na actualidade, constitui um fenómeno social contraditório. Quem o estuda e analisa fica cheio de perplexidade provocada não só pela complexidade dos elementos que estão em jogo, como pela gravidade e pela extensão de alguns dos seus aspectos.» E interroga: «O Desporto Popular poderá vir a constituir uma forma nova de organizar e praticar o desporto ou, pelo contrário, não passa de simples utopia sem qualquer possibilidade de se ancorar na realidade?» Esta uma das várias questões a que o autor responde, na reflexão séria a que ao longo dos anos nos habituou. Uma edição da Campo das Letras.

MÚSICA

maio junho 1998
 acarte

Ciclo Jovens Compositores no ACARTE

Integrado no seu programa de actividades, o ACARTE apresenta neste mês de Junho um Ciclo Jovens Compositores coordenado pelo pianista Nuno Vieira de Almeida. Ele próprio sublinha que «o compositor de hoje escreve para ser ouvido. Com a extrema competitividade da nossa vida quotidiana, a ideia de que um criador musical possa escrever para a gaveta deixa definitivamente de ter sentido. Para fomentar a criação musical, é pois necessário propor desa-

fios (ou obras) aos novos compositores que podem, num trabalho prático, «afinar» a sua linguagem e o seu estilo. É isso que, mais uma vez, o ACARTE pretende fazer». E é isso que vamos comprovar nas duas próximas semanas. Amanhã, às 21.30, será ouvida a obra «Retábulo de Brecht», de Sérgio Azevedo (1968) por um quarteto instrumental; no domingo às 17 horas será a vez de o Moscow Piano Quartet interpretar composições de Luís Tinoco (1969);

na quarta-feira 24, às 21.30, subirá à cena um espectáculo imaginado e concebido por António de Sousa Dias, intitulado «...Há Dois Ou...» com texto e obras de Sousa Dias, Constança Capdeville, Berio, Macedo, Pessoa, Sofia de Mello Breyner Andresen e Almada, entre outros. Finalmente, no sábado 27, também às 21.30, ouvir-se-á «O Sentimento de Um Ocidental», espectáculo preenchido com composições de Nuno Côrte-Real (1971).

JAZZ

Festival em Matosinhos

Depois do êxito que constituiu a sua primeira edição (realizada no ano passado), começa hoje à noite naquela cidade o «Matosinhos em Jazz'98», este ano com o subtítulo «Encruzilhadas», e que durará até ao próximo domingo 21. Todos os concertos (duplos) se realizarão diariamente às 21.30 no Anfiteatro do Parque 25 de Abril (Jardins Casa da Juventude) e o festival começa com o Duo Ibérico (Laurent Filipe e Pedro Sarmiento) e o

Matosinhos em Jazz'98
 Encruzilhadas
 18, 19, 20 e 21 Junho
 Anfiteatro do Parque 25 de Abril (Jardins Casa da Juventude)

«Groove Gang» do francês Julien Lourau; na sexta-feira, actuarão Bernardo Moreira, que convida João Moreira, Patrick Favre e Olivier Fauque, e, ainda, o trio espanhol de Angel Rubio com Curro Cueto; no sábado, será a vez do grupo francês «Triple Gee» e do quinteto do guitarrista português Nuno Ferreira; finalmente no domingo, para além do grupo espanhol de Baldo Martinez, actuará um grupo multinacional denominado «Criação Após Residência», que apresentará obras compostas durante uma semana de troca de experiências.

VIDEO

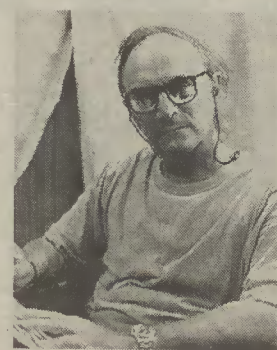
A propósito de «Carmen»...

A propósito de um espectáculo que, chamado «Carmen» e se diz ser uma ópera de Bizet, será apresentado em Lisboa, a Videoteca Municipal teve a boa ideia de realizar um ciclo de filmes subordinados à temática da ópera. Nos dias que ainda são cobertos por esta recensão, o leitor poderá ainda ver amanhã, às 21,30, o filme «Carmen» (1983) de Carlos Saura; sábado 20, pelas 15.30, «Carmen de la

Ronda» (1959) de Tulio Demicheli; e no mesmo dia às 21.30 o filme «Prénom, Carmen» (1983) de Jean-Luc Godard. Das conferências que enquadram este ciclo, ainda poderá assistir no sábado 20, pelas 18.30, a uma mesa-redonda-debate subordinado ao título «Histórias e Fotogramas» com Lauro António, José de Matos-Cruz, Luís Machado, Maria Teresa Horta e Nuno Barreiros.



Jean Luc Godard



Carlos Saura

ATALHE DE FOICE

À sombra do Vesúvio

O Vesúvio, na margem oriental do Golfo de Nápoles, em Itália, é o único vulcão do continente europeu que há quase 19 séculos manifesta actividade regular, extravagância que até nas línguas latinas deixou rasto. Em português, quando alguém apelida alguma coisa de «estrombólica» ou «estrambótica» (tanto faz, porque o segundo é derivação popular do primeiro) está, exactamente, a reduzir essa coisa à condição de extravagante, se não mesmo de ridícula. A origem estará nas famosas erupções do Vesúvio, designadas por «vulcano-estrombolianas» porque umas vezes rebentam com grande produção de cinzas e lava espessa (tipo «vulcânico»), outras eclodem com magma fluido, poucas cinzas mas muitos gases explosivos, que projectam materiais sólidos como se disparassem bombas (à semelhança do que ocorre no vulcão de Estrômboli, uma ilha a Norte de Itália - a outra hipótese, aliás mais lógica segundo alguns, para a raiz fundadora do supracitado adjectivo).

De qualquer modo, um vulcão «estrombólico» é digno de pouca confiança, apesar da persistência e regularidade das suas manifestações.

Todavia, a comprovada instabilidade do Vesúvio nunca conseguiu afastar os homens das suas férteis encostas, onde desde a antiguidade se produzem diversos tipos de cereais e vinhos afamados. Foi lá que se instalou Espartaco na década de 60 antes de Cristo para desbaratar sucessivos exércitos romanos que procuravam aniquilar a sua revolta dos escravos, foi lá que, pouco mais de 100 anos depois, na erupção de 79 da nossa era - a primeira e a mais violenta registada na sua longa história de 19 séculos de actividade -, as cidades de Pompeia e Herculano foram mumificadas pelas cinzas e Plínio, o Velho, perdeu a vida por excesso de curiosidade.

Espartaco renasceu das cinzas do esquecimento com que as legiões de Pompeu julgaram destruí-lo, passando directamente para a História universal das lutas emancipadoras dos homens, enquanto Pompeia e Herculano conservaram nas cinzas vulcânicas o impressionante registo físico das vítimas no momento da tragédia, reconstituídas ao pormenor no simples preenchimento com gesso dos alvéolos deixados pelos seus corpos carbonizados.

Quanto a Plínio, o Velho, não ficou na História por ter morrido asfixiado nos arredores do vulcão quando, ao comandar a esquadra romana em Misenum durante a erupção de 79, quis observar de perto o fenómeno e desembarcou em Stabiae, expondo a sua asma aos vapores fatais.

A honra de figurar nos compêndios e enciclopédias deve-a Plínio, o Velho, à sua frenética actividade no domínio da escrita, chegando até nós qualquer coisa como 37 volumes da sua História Naturalis e sabendo-se que se perderam na poeira do tempo pelo menos outros tantos volumes sobre a História Romana.

É certo que o mérito científico da sua História Naturalis não consta ser grande espingarda. Diz quem teve a persistência de o ler e estudar que o velho Plínio disqueteava sobre tudo e mais alguma coisa - Astronomia, Meteorologia, Geografia, Mineralogia, Botânica, Zoologia, instituições e invenções humanas, história das belas-artistas, etc., etc. - metendo no mesmo saco o verdadeiro e o falso, o provável e o fantasioso, enquanto se perdia em raciocínios frequentemente obscuros, umas vezes por ignorância das matérias tratadas, outras por, simplesmente, não compreender o sentido das passagens que citava ou traduzia.

Todavia, um mérito ninguém lhe tira: o de nos ter legado um aluvião de informações únicas sobre o seu tempo, dado que aborda uma infinidade de assuntos de que não há qualquer outra fonte de informação, consagrando-o, quicá, como o primeiro autor «estrombólico» de que há registo e, portanto, fundador da velha escola da parlapate que hoje se continua a praticar com afinco.

E é aqui que bate o ponto desta estrombólica conversa. Um ponto dirigido quer aos reescrevinhadores da História quer aos que «trabalham» para ficar nela, suando em infatigáveis exercícios de show off como a rapaziada do body building destila nos ginásios de musculação.

As «figuras do século» não se coreografam no presente nem os lugares na História se ganham por candidatura.

À sombra do Vesúvio, um vencido como Espartaco pode impor-se ao seu vencedor de que ninguém se lembra, tal como uma obra medíocre como a de Plínio, o Velho, pode tornar-se uma preciosidade pela circunstância de constituir um registo único.

O mais são cinzas, onde até os mortos podem entrar no testemunho da História pelo simples facto de morrerem.

■ Henrique Custódio

ÚLTIMAS

Leiria

Trabalhadores manifestam-se

Decididos a lutar em defesa dos seus postos de trabalho e pela viabilização das empresas, intensifica-se a luta social em diferentes pontos do País, designadamente no distrito de Leiria, onde se sucedem as manifestações.

Assim, marcada para o próximo sábado, dia 20, está já uma manifestação de repúdio pelas propostas do Governo de alteração da legislação laboral e de reforma da Segurança Social, decidida pelo plenário distrital de activistas sindicais que a União dos Sindicatos de Leiria promoveu no passado dia oito.

Os trabalhadores, exigindo o «recuo» do Governo em relação a estas propostas - «contrárias aos interesses dos trabalhadores» -, decidiram ainda desenvolver «uma ampla campanha de esclarecimento nos locais de trabalho» sobre as pretensões governamentais.

“Lutar contra as pretensões do Governo vai ser difícil, mas trata-se de uma batalha muito importante que terá de ser ganha pelos trabalhadores”, disse Sérgio Moiteiro, coordenador da USLEI, para quem é “escandaloso pretender-se desequilibrar cada vez mais o prato da balança em desfavor dos trabalhadores no que respeita aos seus direitos sociais”.

O alargamento do conceito de “trabalho a tempo parcial”, a alteração do “conceito de retribuição” e a “tentativa de transformação da Segurança Social num regime assistencialista, escalonado consoante os rendimentos da família”, foram ques-

tões abertamente contestadas por Sérgio Moiteiro, e contra as quais os activistas da USLEI enviaram ao governador civil de Leiria e à presidente do Serviço Sub-Regional de Segurança Social uma «resolução» justificativa

Marinha Grande

Por sua vez, os trabalhadores da IVIMA realizaram, no passado dia 9, uma marcha a pé, durante mais de duas

horas e meia, entre Marinha Grande e Leiria, para exigir junto do governador civil a viabilização da empresa. Nas faixas que empunhavam podia ler-se: “Basta de mentiras e vigarices. É tempo de o Governo assumir as suas responsabilidades” e “Pelo quarto ano consecutivo, trabalhadores da IVIMA vão de férias sem o respectivo subsídio”.

Ocupando uma faixa de rodagem, e precedidos de uma viatura da PSP, os vidreiros distribuíram comunicados à população da Marinha Grande, onde apelavam à solidariedade e prometiam “encetar as lutas necessárias” para garantir a reestruturação da unidade fabril e a

manutenção de todos os postos de trabalho.

Apontando para cerca de 8 milhões de contos o passivo da empresa - 250 mil contos dos quais correspondentes a salários em atraso -, os trabalhadores contestam a recente dação do património imobiliário da IVIMA ao Instituto de Gestão Financeira para pagamento de 1,3 milhões de contos de dívida ao fisco e à Segurança Social.

Esta situação, segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV), para além de deixar a IVIMA sem património, terá afastado “potenciais interessados em ficarem com a empresa”, entre os quais se encontra a Atlantis.

Couço comemora as lutas de 1958-1962

Ao longo de todo um mês - entre 19 de Junho e 19 de Julho - as lutas de 1958-62 vão ser assinaladas no Couço, com diversas iniciativas.

Amanhã, pelas 19.00 horas, na Casa do Povo do Couço, procede-se à abertura das comemorações e à inauguração da exposição “A luta de um povo”. Dia 26, realiza-se uma sessão evocativa das lutas operárias com José Casanova a que se segue um momento musical com Manuel Freire. Dia 11 de Julho, na Praça 25 de Abril, há Música de Abril

com Carlos Alberto Moniz e a 19, na Praça da República, é colocada a primeira pedra do monumento de homenagem ao povo do Couço, seguindo-se, no Largo da Junta de Freguesia, um almoço de confraternização. As comemorações serão encerradas nesse mesmo dia com uma intervenção de Carlos Carvalhas sobre o PCP e as lutas no Couço, terminando com um espectáculo com Carlos do Carmo.

Comemorar o aniversário das lutas de 1958 é relebrar um importante momento da luta antifascista, com a intervenção da oposição democrática na campanha eleitoral para as presidenciais, a partir das candidaturas de Arlindo Vicente e de Humberto Delgado, que se vieram a fundir na fase final da campanha.

Uma intervenção que constituiu “uma das mais poderosas movimentações de massas contra o regime salazarista”, como se sublinha em documento da Câmara de Coruche que, com a Assembleia Muni-

cipal de Coruche e a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia do Couço, integra a Comissão Promotora das comemorações.

O documento lembra o “vasto conjunto de acções de protesto contra a fraude eleitoral” e sublinha o envolvimento da “quase totalidade da população da freguesia” do Couço nessa luta. Luta a que o regime fascista respondeu com a violência da repressão.

“É esse tempo - de terror, de opressão, de violência mas, simultaneamente, de coragem, de determinação, de dignidade e de esperança; são esses dias heróicos do Verão de 1958 e das lutas posteriores pelo direito às 8 horas de trabalho diário, nos quais o povo da freguesia do Couço ergueu exemplarmente as bandeiras da Liberdade e da Democracia - que nos propomos relebrar e comemorar, quarenta anos” - conclui o documento sobre as comemorações.

Álvaro Cunhal em conferência sobre Bento Caraça

Bento de Jesus Caraça, o homem e o seu tempo, foi o tema da Conferência proferida por Álvaro Cunhal, terça-feira passada, no auditório da CGTP-IN.

A Conferência insere-se num conjunto de iniciativas - promovidas pela CGTP-IN, a Escola e o Instituto Bento de Jesus Caraça, em associação com a Câmara Municipal de Lisboa, o Instituto Superior de Economia e Gestão e a Câmara Municipal de Vila Viçosa - com o objectivo de evocar a memória, a praxis e o património intelectual de Bento de Jesus Caraça.

Dia 15, foi inaugurada uma exposição sobre a sua vida e obra, que contou com a presença de Guida Lami que fez entrega de uma colecção da Biblioteca Cosmos, fundada pelo home-nageado.

As iniciativas irão prosseguir, até ao fim de Junho, em diversos locais do país.

Tempos de Antena do PCP

Teve início na terça-feira passada a campanha do PCP para o SIM à despenalização do aborto no Referendo que ocorrerá no próximo dia 28. Através, porém, dos tempos de antena que serão passados nas três cadeias de televisão (que a seguir se transcrevem), os portugueses terão mais uma oportunidade de melhor conhecer as posições dos comunistas.

DIA	Televisão *	1º TA **	2º TA **
5ª feira, 18	RTP	19,12h.	
	SIC	19,10h.	
	TVI	19,47h.	
6ª feira, 19	SIC	19,05h.	
	TVI	19,43h.	
Sábado, 20	RTP	19,14h.	19,25h.
	SIC	19,23h.	
	TVI	20h.	
Domingo, 21	RTP	19,15h.	
	SIC	19,03h.	19,13h.
	TVI	19,40h.	19,50h.
2ª feira, 22	RTP	19,07h.	
	TVI	19,52h.	
3ª feira, 23	RTP	19,03h.	
	SIC	19h.	
4ª feira, 24	RTP	19,12h.	
	SIC	19,10h.	
	TVI	19,47h.	
5ª feira, 25	SIC	19,05h.	
	TVI	19,43h.	
6ª feira, 26	RTP	19h.	
	SIC	19,10h.	
	TVI	19,49h.	

* Emissões:

RTP - 2ª a 6ª - das 19h. às 19,15h. Sábado e Domingo - das 19,10h. às 19,40h.

SIC - 2ª a 6ª - das 19h. às 19,15h. Sábado e Domingo - das 19,10h. às 19,30h.

TVI - 2ª a 6ª - das 19,40h. às 19,55h. Sábado e Domingo - das 19,40h. às 20,10h.

** Horários aproximados das emissões

